



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB**

**CAIO VINÍCIUS SILVA TEIXEIRA**

**A “TERRA DOS CARNAUBAIS” EM TEMPOS DE AUTORITARISMO:**

**A construção de representações legitimadoras da Ditadura Civil-Militar**

**em Campo Maior-PI (1964-1979)**

**TERESINA**

**2022**

**CAIO VINÍCIUS SILVA TEIXEIRA**

**A “TERRA DOS CARNAUBAIS” EM TEMPOS DE AUTORITARISMO:**

**A construção de representações legitimadoras da Ditadura Civil-Militar  
em Campo Maior-PI (1964-1979)**

Dissertação apresentada ao curso de Pós- Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Orientadora: Professora Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles.

**TERESINA-PI**

**2022**

**CAIO VINÍCIUS SILVA TEIXEIRA**

**A “TERRA DOS CARNAUBAIS” EM TEMPOS DE AUTORITARISMO:**

**A construção de representações legitimadoras da Ditadura Civil-Militar**

**em Campo Maior-PI (1964-1979)**

Dissertação apresentada ao curso de Pós- Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Orientadora: Professora Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles – UFPI (Orientadora)

---

Thiago Coelho Silveira – IFMA (Examinador externo)

---

Pedro Pio Fontineles Filho – UFPI (Examinador interno)

---

Francisco Alcides do Nascimento – UFPI (Suplente)

*Dedico este trabalho à minha mãe, Francisca,  
por todo amor e carinho que tem a mim, e por  
todo o esforço que sempre fez para que eu  
pudesse estudar. Te amo, mãe!*

## **Agradecimentos**

O desenvolvimento desta dissertação foi atravessado diretamente pela pandemia do Coronavírus, na qual o mundo ainda se encontra no momento da defesa deste trabalho. Esta situação interferiu na produção do trabalho, fazendo-se considerar diferentes questões que não foram imaginadas na produção do projeto de pesquisa apresentado ao programa de pós-graduação. Entretanto, apesar de provocar algumas interferências na produção deste trabalho, a pandemia não impediu a realização desta dissertação, ora apresentada, em que eu devo alguns agradecimentos por concluir esta etapa de minha vida.

Agradeço primeiramente ao meu Deus e Senhor, criador do céu e da terra, o princípio e o fim de todas as coisas. Deus me concedeu saúde, física e psicológica, para superar todas as adversidades e concluir este trabalho, por meio do Espírito Santo. Obrigado Senhor!! Agradeço também à minha Mãe Santíssima, a Virgem Maria, por sempre me auxiliar em todos os momentos de minha vida por sempre ser um porto seguro para mim. Tudo por Jesus, nada sem Maria! Obrigado minha Nossa Senhora!! E, ainda no plano espiritual, agradeço a todos os santos aos quais eu recorri, e sempre recorro, nos apertados da escrita deste texto. Obrigado!!

Agradeço à minha família, que sempre me apoiou e me incentivou nos meus estudos. De modo especial, agradeço à minha mãe, Francisca Delmira, por tudo que sempre fez e faz por mim. Não há palavras suficientes para eu expressar minha gratidão por todo o amor, carinho e dedicação que minha mãe tem por mim. Sem ela, eu não teria chegado até aqui. Obrigado por tudo, minha mãe. Te amo!

Agradeço a todos os meus professores que tive ao longo da minha vida, os da educação básica, por me ajudarem a entender a importância que o estudo teria na minha vida; e aos do ensino superior, os professores do curso de História da UESPI de Campo Maior, por terem me incentivado a continuar na vida acadêmica e por terem me ajudado a perseverar nesta caminhada. E aqui eu cito aquela que foi fundamental para que hoje produza uma dissertação de Mestrado: a professora Conceição Pimentel, que foi quem me alfabetizou. Foi a “Tia Pimentel”, como eu ainda hoje a chamo, que me apresentou o mundo das letras e, sem isso, eu não teria trilhado o caminho que trilhei. Obrigado!

E agradeço ainda aos professores do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, em especial aos professores Edwar de Alencar Castelo Branco, Francisco Alcides do Nascimento e Pedro Pio Fontineles Filho, pelos conhecimentos que me transmitiram ao longo

do curso e pelas valiosas contribuições que concederam ao meu trabalho. De maneira especial, agradeço à minha orientadora, a Prof.<sup>a</sup> Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles. A pandemia não nos permitiu que nossa relação de orientações se desse de maneira presencial, mas isso não impediu que a professora Cláudia orientasse meu trabalho, com sua atenção, responsabilidade, profissionalismo e conhecimento, de modo que eu pudesse oferecer à comunidade científica e à sociedade uma produção historiográfica bem elaborada. Obrigado professora!

Agradeço a todos os meus amigos de infância, amigos que fiz na UESPI, amigos “de Igreja”, pois diante das dificuldades da escrita deste trabalho, eu encontrava neles um repouso para continuar neste empenho. Não citarei nomes aqui, pois muito me delongaria, mas quero externar minha gratidão a todos que Deus colocou em minha vida e a quem sou muito grato pela amizade. Obrigado meus amigos!

Enfim, quero agradecer a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este momento acontecesse em minha vida. Não caminhei até aqui sozinho, tive ajuda e companhia de muitas pessoas, às quais eu digo o meu humilde Muito Obrigado!

*“Vou perseguir tudo aquilo  
que Deus já escolheu pra mim*

*Vou persistir, e mesmo nas  
marcas daquela dor*

*Do que ficou, vou me lembrar*

*E realizar o sonho mais lindo  
que Deus sonhou*

*Em meu lugar estar à espera  
de um novo que vai chegar*

*Vou persistir, continuar a  
esperar e crer*

*E mesmo quando a visão se  
turva e o coração só chora*

*Mas na alma, há certeza da  
vitória”*

**(Tudo Posso – Pe. Fábio de  
Melo)**

## RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem como objetivo analisar a construção de representações e memórias legitimadoras da Ditadura Civil-Militar em Campo Maior para compreender em que medida a produção desses elementos foi fundamental para a construção de um consentimento social sobre o regime autoritário nessa cidade piauiense, entre os anos de 1964 e 1979, esboçando as relações constituídas entre a política local e a nacional. Utilizamos como chave analítica para entender a problemática da pesquisa a *cultura política campomaioreense*, entendida nas perspectivas de Motta (2009; 2018) e Bersteisn (1997) percebendo-a como um elemento que proporcionou a construção de representações glorificadoras do regime militar na cidade. Nesta empreitada, analisamos alguns agentes legitimadores da ditadura em Campo Maior, tais como a própria política municipal, o jornal *A Luta* (semanário local) e as noções e valores de civismo e patriotismo, fortemente expressados na cidade no período. Inserido no campo da Nova História Política, o objeto em estudo articula discussões entre História e Imprensa, a partir de Capelato (1988), Peixoto e Cruz (2007), relacionando-o com o contexto da Ditadura civil-militar em que estava inserido o semanário, tendo como suporte os estudos de Kushnir (2001) e Fico (2019), Rezende (2013), Reis (2014) entre outros, a partir do uso da metodologia da análise de conteúdo das matérias do jornal, sendo que este se configura em um elemento imprescindível para a análise em questão. Diante das análises empreendidas, observamos que o discurso legitimador do regime militar foi intensamente produzido e divulgado na cidade campomaioreense, fazendo com que a ditadura fosse representada em Campo Maior como um importante capítulo da história nacional que seria digno de lhe serem entoados louvores, reverberando na imagem construída sobre o regime no presente em que tal texto é produzido.

**PALAVRAS-CHAVES:** História. Ditadura civil-militar. Campo Maior. Legitimação.



## ABSTRACT

This master's thesis aims to analyze the construction of representations and memories that legitimize the Civil-Military Dictatorship in Campo Maior to understand to what extent the production of these elements was fundamental to the construction of social consent over the authoritarian regime in that city. from 1964 to 1979, outlining the relationships established between local and national politics. We used as an analytical key to understand the research problem the Campo Maior's political culture, understood from the perspectives of Motta (2009; 2018) and Bersteisn (1997), perceiving it as an element that provided the construction of glorifying representations of the military regime in the city. We analyzed some legitimizing agents of the dictatorship in Campo Maior, such as municipal politics itself, the newspaper A Luta (local weekly) and the civic spirit and patriotism, strongly expressed in the city at the time. Inserted in the field of New Political History, the object under study articulates discussions between History and the Press, from Capelato (1988), Peixoto and Cruz (2007), relating it to the context of the civil-military Dictatorship in which the weekly, supported by the studies of Kushnir (2001) and Fico (2019), Rezende (2013), Reis (2014), among others, from the use of the methodology of content analysis of newspaper articles, which is configured an essential element for the analysis in question. In view of the national proposals made to it, they observe that legitimized discourses were disseminated and disseminated in the larger city, causing the institution to be recognized in Campo Maior as an important standard in the history of history that would be praised, reverberating in history the image built on the regime in the present in which such text is produced.

**KEYWORDS:** History. Civil-military dictatorship. Campo Maior. Legitimation.

## **LISTA DE SIGLAS**

AI (Ato Institucional)

ARENA (Aliança Renovadora Nacional)

MDB (Movimento Democrático Brasileiro)

PCB (Partido Comunista Brasileiro)

PDS (Partido Democrático Social)

UDN (União Democrática Nacional)

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Manchete da capa do jornal A Luta de um convite do Presidente Geisel aos brasileiros nas eleições de 1976.....	63
Imagem 02: Cumprimento dos dois candidatos ao Executivo Municipal de Campo Maior nas eleições de 1976.....	66
Imagem 03: Capa da segunda edição do jornal A Luta.....	76
Imagem 04: Manchete do jornal A Luta da edição que comemorava o aniversário de 8 anos do golpe de 1964.....	89
Imagem 05: Projeto do Monumento “Heróis do Jenipapo”.....	111
Imagem 06: Encenação da Batalha do Jenipapo no dia da inauguração do Monumento Heróis do Jenipapo em Campo Maior – 1973.....	121

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>13</b>
<b>1 Campo Maior e a ditadura: relações entre a política campomaiorense e o regime militar.....</b>	<b>21</b>
1.1 A Campo Maior dos anos 1960 e 1970.....	21
1.2 O golpe de 1964 em Campo Maior: entre legitimações, contradições e conflitos.....	26
1.3 A(s) Arena(s) política(s) campomaiorenses na Ditadura civil-militar: cultura política e conflitos partidários.....	45
<b>2 O jornal <i>A Luta</i> e a construção de representações legitimadoras da ditadura militar em Campo Maior.....</b>	<b>69</b>
2.1 História, imprensa e ditadura no Brasil.....	69
2.2 O jornal <i>A Luta</i> e a ditadura civil-militar em Campo Maior.....	74
<b>3 A construção da memória cívica e a tentativa de legitimação da ditadura civil-militar em Campo Maior-PI.....</b>	<b>105</b>
3.1 A ditadura civil-militar e os “Heróis do Jenipapo”.....	105
3.2 Entre discursos e ritos cívicos: o Dia da Independência em Campo Maior.....	126
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>145</b>
<b>Fontes e referências.....</b>	<b>147</b>

## INTRODUÇÃO

“O lenço da história não cessa de ser dobrado e redobrado de diferentes maneiras, afastando ou aproximando eventos conforme as dobras promovidas em seu tecido de acordo com as perguntas e provocações a ele direcionadas pelo presente”<sup>1</sup>.

Diferentes regimes políticos se revezaram na história do Brasil ao longo do século XX, cada um deixando para a posteridade suas marcas, seus símbolos, suas ideias e cabe a nós, historiadores, procurar entrelaçar, de modo inteligível, os fios com os quais se compõe o tecido da história, numa árdua tarefa de procurar entender o presente no qual estamos. Situado numa dimensão temporal entre o passado e o presente está o historiador, com suas problematizações, buscando mediar as idas e vindas do desenvolvimento histórico das sociedades. É nesse contexto em que se insere esta pesquisa que apresentamos, em um período em que intensas, e extremamente necessárias, discussões sobre Democracia e Ditadura protagonizam o debate não só político, mas também, social, cultural e econômico no Brasil.

Aprendemos que nenhuma pesquisa histórica é fruto do acaso, mas desde a sua fase embrionária ela é motivada pelas subjetividades do historiador. Não fugi desta “regra” historiográfica. O interesse por estudar a Ditadura Civil-Militar em Campo Maior existe desde meu ensino médio, realizado entre 2011 e 2013, no Colégio Estadual Professor Raimundinho Andrade, em Campo Maior-PI, quando nas aulas de história sobre o período eu ficava imaginando como teria sido a minha cidade naqueles anos. Ao entrar para o curso de História e saber que teria que desenvolver uma pesquisa sobre algum tema não tive dúvidas: vou pesquisar a Ditadura em Campo Maior!

Contudo, como é impossível abarcar tudo o que diz respeito a qualquer momento histórico, tive que recortar o objeto, e assim, após entrar em contato com as fontes e a bibliografia do período, decidi que pesquisaria as festas cívicas em Campo Maior na Ditadura Civil-Militar<sup>2</sup>. Percebi que na cidade o civismo e o patriotismo propagados pelos militares foram muito fortes, sobretudo através da tradição dos “Heróis do Jenipapo”. A partir disso,

---

<sup>1</sup> FONTINELLES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p. 381.

<sup>2</sup> TEIXEIRA, Caio Vinícius Silva Teixeira. **Moral, civismo e patriotismo**: festas cívicas em Campo Maior na Ditadura Militar (1971-1978). Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Piauí, Campo Maior, 2018.

desejei continuar pesquisando sobre a cidade no período militar, procurando perceber as relações políticas existentes na cidade entre a política local e a política do governo ditatorial.

No início da década de 1960, Campo Maior era um dos principais pontos de movimentos de esquerda no Piauí, com a presença das Ligas Camponesas na região – sob a liderança de Luís Edwiges, na comunidade Matinhos – e também foi nesse período que houve a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade (1963), que teve à frente Antônio Damião de Sousa. Ou seja, as questões de luta pela terra, entre lavradores/camponeses e latifundiários, que foi tão forte no Brasil entre as décadas de 1950-1960, também existiu na região de Campo Maior. Ambos foram perseguidos e presos após o golpe militar de 1964. Entretanto, após esses acontecimentos, percebe-se que houve um arrefecimento dos movimentos de esquerda na cidade, que, ao contrário, passou a evocar discursos favoráveis ao novo regime e glorificar os governantes da nação brasileira.

O que se percebeu na cidade foi um apoio maciço da classe política ao golpe dias depois de sua deflagração e a construção da legitimação do novo regime, envolvendo diversos elementos presentes na sociedade campomaiorense. Diante disso, chegamos ao seguinte problema: como se deu a construção de discursos e representações legitimadoras da ditadura civil-militar em Campo Maior e que elementos tiveram participação nesse processo? Como que em Campo Maior, que no início dos anos 1960 era um dos principais focos dos movimentos de esquerda no Piauí, ao longo da ditadura houve um silenciamento das oposições ao regime militar na cidade e, ao mesmo tempo houve a emergência de representações que glorificavam o golpe de 1964 e o governo vigente no Brasil? Que fatores proporcionaram isso na cidade?

Estudando as características históricas da política campomaiorense, pode-se observar que as ideias dos movimentos de esquerda – sobretudo as Ligas Camponesas – iam à contramão dos interesses dos grandes proprietários de terras da cidade que muitas vezes eram quem ocupavam os poderes Executivo e Legislativo municipais, e esses movimentos passaram a ser vistos como perigosos, não só para a classe política, mas para toda a sociedade campomaiorense. Nesse sentido, percebemos que houve uma colaboração de grande parte da sociedade campomaiorense para que os movimentos que se colocassem em oposição ao novo regime fossem eliminados, a ditadura fosse legitimada, e os interesses da classe política fossem mantidos.

Assim, a proposta central dessa pesquisa é compreender a constituição de cidade de Campo Maior como um palco de onde se proferiam discursos glorificadores do regime militar,

haja vista que em momentos anteriores a cidade era um foco dos movimentos de trabalhadores no Piauí; entender como se deu a construção de discursos e representações legitimadoras da ditadura civil-militar em Campo Maior e que elementos tiveram participação nesse processo. E o estudo de nosso objeto é empreendido mediante a análise de agentes de legitimação da ditadura que identificamos na pesquisa, a saber, a própria política municipal, o jornal *A Luta*, e o civismo e o patriotismo estimulados na cidade no período<sup>3</sup>.

Nesse sentido, apresento algumas perguntas norteadoras que ajudarão no desenvolvimento da pesquisa: Quais as relações existentes entre a ditadura militar e a política campomaiorense? Qual o papel da sociedade campomaiorense no enfraquecimento dos movimentos de esquerda na cidade e na construção de representações glorificantes do regime em Campo Maior? O poder político local superou o poder político da ditadura? A cultura política campomaiorense foi afetada pela ditadura militar? Qual a dimensão da atuação dos agentes de legitimação da ditadura em Campo Maior?

Para tentar responder a essas questões, como chave analítica do objeto em estudo, propomos que foi a *cultura política campomaiorense* que silenciou os movimentos de esquerda e proporcionou comportamentos apologéticos ao regime militar na cidade. Partindo disso, empreender-se-á uma tentativa de formular o que seria essa *cultura política campomaiorense*, procurando compreender suas características para, assim, entender suas relações com o problema acima exposto.

A partir do que observamos na pesquisa, entre a análise das fontes e da bibliografia, compreendemos que a cultura política campomaiorense expressa um conjunto de valores, normas, e comportamentos políticos, sociais e culturais, fortemente baseado no domínio do poder político local por grupos de pessoas ligados às grandes e tradicionais famílias políticas campomaiorenses.

O recorte temporal dessa pesquisa situa-se entre 1964, ano do início da ditadura *também* em Campo Maior com as prisões dos líderes da esquerda local, e discursos enaltecendo o golpe de 31 de março já sendo proferidos pela classe política local no início de abril; e 1979,

---

<sup>3</sup> Cada um desses elementos será abordado em cada um dos capítulos, como será explicado posteriormente.

pois este é o ano em que as fontes nos permitem ver os últimos discursos alusivos ao período militar em Campo Maior, no que se refere ao nosso objeto em estudo<sup>4</sup>.

Quanto à denominação do período em que os militares estiveram à frente do Executivo nacional<sup>5</sup>, diante das discussões teóricas-metodológicas levantadas por pesquisadores nos últimos anos, defendemos a participação de alguns grupos da sociedade brasileira no golpe de 1964 e na sustentação da ditadura dele originada, o que faz parte da problemática central de nosso estudo, o que nos leva a adotar neste texto a expressão *ditadura civil-militar*, no entanto sem desconsiderar alguns pontos de vista que se contrapõem a essa identificação do regime<sup>6</sup>.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizaremos a ideia de *cultura política* desenvolvida Rodrigo Patto Sá Motta, para quem a cultura política é um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”<sup>7</sup>. A partir desse conceito poderemos compreender as características culturais da política campomaiorense que tornaram possível silenciar os movimentos de esquerda na cidade e enaltecer o novo regime político.

Outro autor que nos ajudará nessa questão será Serge Bernstein. Para o autor, a cultura política “se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro”<sup>8</sup>. Diante disso, podemos entender que os movimentos de esquerda na região de Campo Maior do início dos anos 1960

---

<sup>4</sup> Encontramos outras fontes posteriores a 1979 que aludiam ao regime militar, entretanto, observamos que não dialogavam diretamente com as questões que problematizamos, e, portanto, decidimos recortar àquele ano o nosso objeto, sem considerar algumas posições que colocam 1979 como o fim da ditadura civil-militar.

<sup>5</sup> Essa questão vem suscitando debates no campo historiográfico devido ao fato de que o historiador Daniel Aarão Reis levantou um questionamento acerca da expressão usada para se referir à ditadura. Para o autor, a nomenclatura mais adequada para a ditadura deve abranger a participação civil não só na preparação e efetivação do golpe em 1964, mas também em toda a conjuntura social e política que sustentou o regime por tanto tempo. Ver: REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>6</sup> Por exemplo, em artigo publicado em 2012, o historiador Demian Bezerra de Melo, se contrapõe à ideia de “ditadura civil-militar”, proposta por Daniel Aarão Reis, e que vem norteando várias pesquisas nos últimos anos, e defende que o mais adequado seria retirar o termo “civil” da expressão, substituindo-o por “empresarial”, pois em sua visão grande parte dos empresários do país desempenharam um papel fundamental para a sustentação do regime. Ver: Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. In: **Espaço Plural**, Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012, p. 39-53. Embora concordemos com algumas ideias apresentadas pelo historiador, acreditamos que “civil-militar” é a expressão que melhor caracteriza a ditadura que aqui estudamos, sendo que nossa problemática é orientada a partir dessa compreensão e as fontes que utilizamos nos apontam para esse caminho.

<sup>7</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. – Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 20.

<sup>8</sup> BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma história cultural**. Paris: Éditions du Seuil, 1997, p. 353.



colocavam em risco a continuidade do domínio político dos grandes proprietários rurais da cidade, afetavam a representação que tinham de si de serem os donos do poder local, ou seja, atingiam a *cultura política campomaiorense*.

Ambos os autores enfatizam a importância da categoria das “representações” para se entender a cultura política. Dessa forma, torna-se necessário enquadrá-la em um referencial teórico de análise do problema da pesquisa. Assim, usaremos a ideia de representação de Roger Chartier, para quem:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza<sup>9</sup>.

Com isso pretendemos compreender como as representações construídas pela classe política campomaiorense – e também por outros segmentos da sociedade - tanto sobre os movimentos de esquerdas, como acerca da ditadura civil-militar contribuíram para que na cidade se silenciassem os movimentos opositores ao regime e se entoassem louvores aos militares sem, contudo, alterar a cultura política campomaiorense.

Neste trabalho, usaremos a expressão “elite política campomaiorense” para designar uma minoria que, dentro da esfera social, detém mandatos eletivos. Grande parte dos representantes desse grupo advém de ricas e tradicionais famílias da cidade, que historicamente exercem o poder político local. Não obstante, para efeitos de enquadramentos teóricos, evitaremos o uso do termo “oligarquia” na conceituação ou caracterização dessa elite, uma vez que não é objetivo desta dissertação empreender uma análise da política campomaiorense a partir da ótica desse conceito, o que não nos impede de, vez por outra, relacionar características da elite política campomaiorense ao que se denomina de oligarquia (como a tradição familiar, por exemplo), contudo sem realizar uma definição precisa do termo a partir de determinadas perspectivas teóricas

Dessa maneira, a dissertação se desenvolverá a partir de dois eixos de análise, que terá como fio narrativo condutor a *cultura política campomaiorense*. Primeiramente, procurarei compreender as relações políticas e sociais de Campo Maior no período entre o fim do Estado Novo e o início da década de 1960 que possibilitaram a emergência dos movimentos de

---

<sup>9</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre Práticas e Representações**. Lisboa. 2. ed. Memória e sociedade, 2000, p. 17.

esquerda na região, bem como os elementos que promoveram seu fragmento e sua extinção após o início da ditadura civil-militar. Ou seja, procurarei entender como a cultura política campomaiorense atuou para o seu desmonte.

Feito isso, passarei a analisar como essa mesma cultura política possibilitou a emergência de representações positivas do regime militar na cidade. Como que Campo Maior passou a glorificar a ditadura, mantendo as características da sua cultura política, bem como as realizações do governo militar na cidade que impulsionaram os louvores aos militares, tentando demonstrar, assim, a existência de uma certa reciprocidade política, que contribuiu para que aquele período ficasse marcado positivamente na história da cidade e na memória dos campomaiorenses, atentando para o que nos mostra Francisco Falcon, ao afirmar que:

(...) apesar de estarem presentes, os acontecimentos políticos não se auto-explicam; longe de excluírem, eles impõem a análise de outras dimensões da realidade histórica. De formas distintas, abordam a sociedade, a economia e a cultura, quase sempre em busca de determinações ou fatores não-políticos importantes ou essenciais para a compreensão/explicação dos processos políticos<sup>10</sup>.

A metodologia dessa dissertação se dará com a análise qualitativa de fontes hemerográficas, orais e oficiais. As fontes hemerográficas consistem nos jornais veiculados na época, especificamente o jornal *A Luta*. Este jornal, que foi fundado em 1967, é uma importante fonte para se estudar o período militar em Campo Maior. Apresenta-se como um noticioso independente e imparcial, mas em suas páginas há várias publicações que enaltecem o regime militar contribuindo, assim, para que se construam na cidade representações positivas daquele governo.

Nesse sentido, analisando-o nas perspectivas das relações entre História e Imprensa, esse jornal nos ajuda a entender a cultura política campomaiorense, uma vez que traz os aspectos da política campomaiorense e sua relação com a ditadura militar. Além disso, essa fonte nos permitirá compreender também as relações entre política e imprensa, não só no âmbito local, mas também no contexto nacional.

Serão usadas também fontes oficiais como as atas das sessões e as leis da Câmara Municipal e os decretos da Prefeitura. Esses documentos nos permitem vislumbrar qual o

---

<sup>10</sup> FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia** – Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 105.

pensamento dos políticos locais acerca da ditadura civil-militar, bem como entender quais as relações que empreendiam com o governo em vigor e que mecanismos foram usados para manter a *cultura política campomaiorense* no período. E as fontes orais são constituídas de entrevistas feitas durante a graduação com pessoas que vivenciaram o período militar em Campo Maior, cujas memórias serão fundamentais na construção desse trabalho.

Assim, a presente dissertação será desenvolvida em três capítulos, dispostos da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, pretendo apresentar o que seria a cultura política campomaiorense, apresentando contexto político local entre 1945 (período pós-Estado Novo) e 1964 (início da ditadura civil-militar). Nesse período dá-se a reorganização política de Campo Maior com o fim da ditadura Vargas e é também o momento embrionário das questões de lutas agrárias na região. Nesse capítulo, apresentarei os principais nomes dos movimentos de esquerda em Campo Maior do início da década de 1960, abordando suas ações tanto no que se refere às Ligas Camponesas quanto Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Procurarei também demonstrar a interferência da cultura política campomaiorense nesse momento para entender como ela contribuiu para o enfraquecimento dos movimentos opositores ao regime militar na cidade.

Posteriormente, passamos à discussão da relação entre a cultura política campomaiorense e a ditadura militar, expressando as maneiras pelas quais as relações entre si foram constituídas, mantendo suas tradições e o comportamento da política municipal. Analisarei os discursos proferidos pelos vereadores locais procurando entender as representações que eram construídas pelo legislativo municipal sobre o momento. E ainda abordarei a divisão da ARENA em duas alas em Campo Maior (I e II) entendendo esse fato como uma sobreposição da cultura política campomaiorense em relação à ditadura civil-militar.

No segundo capítulo, discutiremos a atuação do jornal *A Luta* na cidade de Campo Maior e sua relação com o regime autoritário. Problematizando o seu perfil político para demonstrar como ele se relacionava, ao mesmo tempo, com a política local – contribuindo para a cultura política campomaiorense – e com a política nacional – construindo representações positivas do regime em vigor. Analisaremos discursos exaltadores do regime veiculados no jornal, sobretudo em períodos comemorativos do golpe de 31 de março de 1964, com o intuito de compreender como essa ação foi importante na construção da legitimidade do governo militar em Campo Maior. Ainda neste capítulo, discutiremos os discursos de modernização e

progresso difundidos no jornal a partir das ações modernizadoras propostas pelos militares e realizadas em Campo Maior, entendendo sua utilização na construção de representações glorificadoras do regime na cidade.

No terceiro e último capítulo, abordaremos a construção do civismo e do patriotismo em Campo Maior, sobretudo no que se refere à Batalha do Jenipapo e à Independência do Brasil, destacando sua participação do processo de legitimação do regime militar na cidade e em que dimensão tais discursos atuaram na produção de representações do regime. Neste sentido, tratarei da construção do monumento aos “Heróis do Jenipapo” como um elemento que, ao mesmo tempo, reforçou a identidade política local com a Batalha do Jenipapo e as representações do regime militar na cidade; a importância dos discursos e práticas cívico-patrióticas referentes ao Dia da Independência, problematizando sua importância na construção de representações exaltadoras do regime autoritário em Campo Maior.

## **1 CAMPO MAIOR E A DITADURA: RELAÇÕES ENTRE A POLÍTICA CAMPOMAIORENSE E O REGIME MILITAR**

Neste capítulo, discutiremos as relações estabelecidas entre a política municipal de Campo Maior e a ditadura civil-militar, pondo em relevo como a elite política local contribuiu na construção de representações legitimadoras do regime na cidade. Demonstraremos como a cultura política campomaiorense foi fundamental nessa articulação e como políticos da cidade, participantes dessa cultura política, produziram e difundiram discursos imbuídos das ideias e noções defendidas pelos militares, contribuindo para a legitimação do governo em Campo Maior. E problematizaremos ainda as tensões existentes no seio da política campomaiorense que não deixaram de existir com o novo regime, mas que se adequaram a ele, conservando suas tradições, no intuito de esboçar sua força no âmbito local, não obstante o governo militar que então vigorava.

### **1.1 A Campo Maior dos anos 1960 e 1970**

Campo Maior, uma pequena cidade localizada ao norte da capital piauiense, é uma cidade histórica do estado, cuja existência remete aos tempos coloniais brasileiros sendo uma das sete primeiras vilas instaladas na Capitania de São José do Piauí em 1762, tendo sua emancipação política ocorrida no dia 08 de agosto daquele ano. Historicamente, a cidade é uma grande produtora de gado que foi durante muitos anos a base de sua economia e que tem na pecuária um elemento de sua identificação cultural; além disso, podemos lembrar, nesse sentido, a figura do vaqueiro que é muito valorizada na região e que agrega uma grande importância cultural para a cidade, sendo que sua presença é percebida em vários lugares e momentos relacionados à Campo Maior<sup>11</sup>.

Ao longo do tempo, a cidade foi sofrendo diversas alterações em seus espaços, costumes e sociabilidades, recebendo interferência das transformações que a economia, a política e os movimentos sociais e culturais impunham ao Brasil e ao mundo. Por mais que seja uma pequena cidade e que esteja longe, geograficamente, dos grandes centros urbanos, Campo Maior se

---

<sup>11</sup> Podemos citar, como exemplo da presença do vaqueiro em Campo Maior, um quadro em mosaico existente no centro da cidade que mostra um vaqueiro, montado em um cavalo, perseguindo uma rês (gado), além de imagens e nomes espalhados em estabelecimentos da cidade que remetem ao vaqueiro e/ou a elementos a ele ligados.

relaciona com diferentes lugares, em diferentes épocas, além de contribuir com os processos históricos, inclusive a nível nacional<sup>12</sup>.

Além do gado, símbolo da cidade e que tem uma grande importância para seu desenvolvimento, Campo Maior é identificada também como a “Terra dos Carnaubais”, pela abundância desta palmeira na região. E, assim como a pecuária, a carnaúba não é apenas um elemento cultural da cidade, mas também um importante fator de seu crescimento econômico. Pauliana Maria de Jesus, em seu livro no qual aborda o processo de modernização da cidade entre as décadas de 1930 e 1970, destaca, por exemplo, a importância da cera de carnaúba no desenvolvimento econômico da cidade:

Essas modificações econômicas e sociais advindas da comercialização da cera no estado, também trouxeram muitas melhorias urbanas para Campo Maior que tiveram início a partir de 1930 associadas às transformações que ocorriam no Brasil e no mundo que iam chegando aos poucos na pequena cidade que em muitos de seus aspectos predominava traços e características ruralista, haja vista que a política era dominada pelas elites locais, ricos fazendeiros e coronéis que interferiam na administração da cidade<sup>13</sup>.

Impulsionada por essa prosperidade econômica, Campo Maior viverá intensas modificações em sua estrutura que afetarão os costumes e comportamentos de seus habitantes. Nesse período podemos destacar a igreja do padroeiro da cidade. A construção do novo prédio da matriz de Santo Antonio é um grande marco para Campo Maior. Ocorreu entre 1944 e 1962, sob a liderança do Pe. Mateus Cortez Rufino<sup>14</sup>, e mobilizou vários setores da sociedade para sua realização. A igreja é um símbolo do forte catolicismo da cidade, além de uma importante marca histórica, e sua nova edificação contribui para tornar a cidade mais moderna. Com isso, “A partir deste momento, Campo Maior e a Igreja Católica passam a contemplar um novo ornamento na paisagem urbana da cidade. O espaço religioso, que antes se apresentava timidamente na paisagem, agora, de forma suntuosa, surge como elemento cultural (...)”<sup>15</sup>.

<sup>12</sup> Basta citar a Batalha do Jenipapo que tem uma grande e indiscutível relevância no processo da Independência do Brasil.

<sup>13</sup> JESUS, Pauliana Maria de. **A cidade dos desejos: Reflexões sobre a modernização em Campo Maior-PI (1930-1970)**. – Teresina: Cancioneiro, 2020, p. 34-35.

<sup>14</sup> Padre Mateus Cortez Rufino nasceu em Ipiranga-PI, em 05/07/1915, e faleceu em Teresina em 22/10/1990. Foi nomeado pároco de Campo Maior em 30/11/1941, e durante sua gestão foi expressiva a expansão da paróquia, da qual ficou à frente por 30 anos. In: LIMA, Reginaldo Gonçalves de. **Geração Campo Maior: anotações para uma enciclopédia**. Teresina: Júnior, 1995.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Natália; AFONSO, Alcília. **Da matriz vejo a cidade: A Igreja de Santo Antônio em Campo Maior**. – Teresina: Halley, 2015, p. 95.

A primeira igreja foi construída no século XVIII e passou por várias reformas ao longo dos anos. Com a chegada do padre Mateus, no início da década de 1940, tem-se o desejo de ampliar o principal templo católico da região, adornando-o com uma arquitetura moderna. Assim, a velha igreja é demolida e um novo, e maior, templo é construído em seu lugar. A partir de então, novos espaços, como bares, casas comerciais, lojas, surgirão nas proximidades da igreja. Diante disso, compreendemos que a Igreja é considerada “(...) um elo facilitador da urbanização campomaiorense desde sua gênese, pois foi responsável pela criação da Freguesia, que mais tarde propiciaria a implantação da Vila de Campo Maior”<sup>16</sup>, e também contribuiu para as modificações urbanas na cidade no século XX.

Os espaços de sociabilidade dos campomaiorenses iam além dos passeios e diversões nas praças. Os Festejos de Santo Antonio, que ocorrem anualmente entre 31 de maio e 13 de junho, modificavam a cidade e eram motivo de festa para seus moradores. A cidade contava também com alguns clubes, como o Campo Maior Clube (com as suas tertúlias e bailes de carnaval) – que tinha como sócios membros da elite econômica e política local – e o Centro Operário, voltado para a classe trabalhadora.

Mas, havia um outro elemento que proporcionava o lazer aos campomaiorenses: o rádio. Este meio de comunicação já estava presente na cidade desde a década de 1920, sendo possuído, nesse período, pelas famílias ricas<sup>17</sup>. Além disso, na década de 1950 na cidade passaram a funcionar rádios amplificadoras que divulgavam notícias locais, tocavam músicas, propagavam o comércio, e contribuíram para que o rádio se tornasse um aparelho presente nos lares campomaiorenses. Gírlêudo Silva, historiador e radialista local, mostra como elas funcionavam:

Com programação similar as emissoras de rádio, utilizando grade de programas definidos e locutores fazendo apresentação das atrações, na década de 1950 já funcionavam em Campo Maior as amplificadoras. Esses sistemas de som tocavam músicas, mandavam recados, utilidade pública, prestação de serviço e publicidade do comércio (...). O alcance do som amplificado dependia de alguns fatores como, por exemplo, o horário de funcionamento, a interferência de outros barulhos e até a posição do vento. Por esses motivos, os alto-falantes ficavam dependurados em galhos de carnaúbas mais altos que os postes elétricos, ou em torres específicas, para maior abrangência. Esses veículos de comunicação, precursores da radiodifusão campomaiorense e

---

<sup>16</sup> OLIVEIRA; AFONSO, op. cit., p. 111.

<sup>17</sup> SILVA, Antônio Gírlêudo da. **A história do rádio em Campo Maior: da implantação à consolidação das primeiras emissoras no município.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual do Piauí, 2018.

ponto de lazer e sociabilidades, estavam estrategicamente posicionados próximos às praças (...)¹⁸.

Aos poucos o rádio foi fazendo parte da vida dos campomaiorenses e se tornando um objeto essencial nas famílias locais, além de ser um símbolo de diferenciação social, é claro. A cidade, com seus espaços modernos, passa a ganhar novos elementos que modificam seu dia-a-dia. O seu desenvolvimento proporciona não só melhorias físicas na sua paisagem urbana, mas também interferem no cotidiano e no imaginário dos seus moradores, passam a ter acesso a outras realidades. E Campo Maior deve isso à cera de carnaúba.

Nesse sentido, percebemos como o cotidiano de Campo Maior foi se modificando em função das novas conquistas materiais que iam chegando na cidade, além do desejo dos seus governantes em trazer essas conquistas para a sede do município, com o objetivo de tornar os habitantes civilizados através de bons hábitos, comportamento e respeito às condutas de posturas na cidade¹⁹.

Todavia, por mais que a cidade tenha passado por um progresso econômico neste período que teve reflexo em espaços da cidade, é oportuno lembrar o caráter classista e segregacionista desse fenômeno. As grandes famílias proprietárias rurais eram quem detinham o poder econômico e político da cidade, logo, eram quem se beneficiam das melhorias urbanas de Campo Maior. Pauliana de Jesus nos lembra esse fator:

Ressalta-se que nem todos foram afetados de forma positiva pela modernização da cidade, uma vez que os primeiros benefícios modernos, eram implantados no centro da cidade, onde existia o comércio e as residências de famílias mais abastadas, enquanto isso, alguns habitantes das camadas sociais de menor poder aquisitivo, principalmente as que habitavam os bairros periféricos, estavam longe de vivenciar o bem-estar social provocado pelos serviços de energia elétrica, água encanada, ruas calçadas e limpas²⁰.

Assim, podemos perceber que essas melhorias beneficiaram somente aqueles que possuíam poder financeiro, os grandes proprietários que moravam no centro da cidade. Nas áreas periféricas de Campo Maior a realidade era outra, bem diferente, como é característico dos processos de modernização das cidades brasileiras. Por mais que se propague uma suposta melhoria em todos os espaços da cidade, com um discurso de que todos os seus habitantes

---

¹⁸ SILVA, op. cit., p. 28-29.

¹⁹ JESUS, op. cit., p. 91.

²⁰ Id., p. 35.



usufruem de suas melhorias, a verdade é que as camadas mais pobres não são beneficiadas e, pelo contrário, vivem em péssimas condições de vida. Podemos observar esse retrato contraditório da modernização de Campo Maior na citação a seguir:

(...) a situação de infraestrutura da cidade de Campo Maior/PI era precária. Mais de 50 ruas compunham os perímetros urbano e suburbano da cidade, com 20 delas calçadas com pedra em formato de paralelepípedo (20%). Dos 9.890 domicílios da cidade em 1970, somente 1.134 eram atendidos por ligações de água (777 ligados a rede geral de água e 357 atendidos por poços ou nascentes de água) resultando em torno de 11,46% de domicílios atendidos. Somente 1.762 desses domicílios eram atendidos por sistemas de fossas (17,81%) – 273 por fossas cépticas e 1.489 por fossas rudimentares. No mesmo período, 682 (6,89%) ligações de energia elétrica existiam na cidade, através da CEPISA (Centrais Elétricas do Piauí S/A).<sup>39</sup> Somente 100 ligações (1,01%) telefônicas ligavam Campo Maior a outras paragens, através da TELEPISA (Telefones do Piauí S/A)<sup>21</sup>.

A citação é muito enriquecedora para demonstrar como o progresso econômico campomaiorense atingia somente alguns setores da sociedade em detrimento de outros. Elementos que simbolizavam o desenvolvimento da cidade eram restritos somente àqueles cujo poder econômico permitisse adquiri-los, e aos demais cabia viver sob as difíceis condições de sempre. Mesmo não sendo uma grande cidade brasileira, Campo Maior foi palco das grandes diferenciações sociais e econômicas provocadas pelos processos de modernização vividos no Brasil em diferentes épocas. Aqui, mais uma vez, é perceptível a relação da cidade com os fenômenos sociais existentes no resto do país, inclusive em suas faces lamentáveis.

Esse processo de modernização da cidade se estende até o fim da década de 1970, quando a cera de carnaúba perde, de vez, seu prestígio no comércio, e quando se tornam escassos os recursos do governo militar que foram muito importantes para o desenvolvimento da cidade em anos anteriores. Nesse período, percebemos a continuidade de grandes famílias locais na política campomaiorense exercendo poder e influência na sociedade, que, com a ditadura militar, terão que fazer novos arranjos políticos para manterem seu domínio e prestígio na cidade, adequando-se, assim, às exigências do novo governo.

Assim, percebemos que no início da década de 1960 Campo Maior vive um processo de modernização, que se estenderá até a década seguinte, proporcionando intensas transformações

---

<sup>21</sup> ROSA, José de Ribamar de Sena. **Quando a imprensa miúda é o veículo**: o semanário “A LUTA” e a cidade de Campo Maior-PI – falando de trocas e meios (Dissertação de Mestrado). Universidade Severino Sombra: Vassouras-RJ, 2012, p. 19-20.

no viver cidadão, sendo que essas alterações no pensamento e no comportamento dos campomaiorenses produzirá efeitos também no novo regime político que passa a existir a partir de 1964. “Na década de 1970, Campo Maior passará por transformações bem significativas com o crescimento populacional, a construção de obras de grande porte como o mercado municipal, a construção do Palácio das Carnaúbas, nova sede da prefeitura, e a construção do terminal rodoviário Zezé Paz”<sup>22</sup>. E é nessa configuração histórica que a cidade de Campo Maior estará na ditadura militar.

## 1.2 O golpe de 1964 em Campo Maior: entre legitimações, contradições e conflitos

É nesse clima de desenvolvimento socioeconômico que Campo Maior se encontrará quando da deflagração do golpe de 1964 e isso será fundamental para a legitimação da ditadura na cidade<sup>23</sup>. A elite política municipal recebeu positivamente a notícia de que os militares haviam tomado o poder em 31 de março. Na Câmara Municipal, alguns dias após o golpe, os vereadores se manifestaram aplaudindo a ação dos militares. Na sessão realizada em 06 de abril de 1964, os principais articuladores do golpe foram louvados por todos os vereadores campomaiorenses:

Foi aprovado por *unanimidade*<sup>24</sup> um requerimento de autoria do vereador Antonio Pedro Sobrinho solicitando constar na ata um voto de louvor aos eminentes brasileiros Ademar de Barros, Ildo Meneghet, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto e que se telegrafasse aos mesmos hipotecando inteira solidariedade pela atitude assumida pelos mesmos em face aos últimos acontecimentos verificados no Brasil. O vereador Antonio Wilson Andrade sugeriu que fossem também homenageados com voto de louvor os ilustres chefes militares que participaram do movimento. Referida solicitação foi também aprovada por unanimidade<sup>25</sup>.

Esta é a primeira manifestação oficial ao golpe de 1964 registrada pelo poder político de Campo Maior (houveram novas manifestações nas sessões seguintes, como veremos posteriormente). Menos de uma semana após o acontecimento, a Câmara Municipal demonstrou seu apoio àquela ação perpetrada pelos militares, o que nos permite observar que

<sup>22</sup> JESUS, op. cit., p. 69.

<sup>23</sup> Observaremos, mais à frente, como o processo de modernização vivido em Campo Maior no período foi fundamental para a construção de representações legitimadoras do regime militar, sobretudo através de obras públicas edificadas na cidade nas décadas de 1960 e 1970.

<sup>24</sup> Grifo nosso.

<sup>25</sup> CAMPO MAIOR. *Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal*. 06/04/1964.

parte da sociedade campomaiorenses já se configurava em um terreno fértil onde as ideias que justificaram aquele golpe dariam muitos frutos naquele sistema de governo que era implantado.

Essa atitude nos proporciona alguns questionamentos: o que fez com que todos os vereadores daquela legislatura apoiassem aquele golpe militar? Não houve margem para oposições àquele acontecimento em Campo Maior? Posteriormente, esse apoio, documentado como unânime, continuou existindo na cidade, haja vista as diferentes fases existentes no governo militar? E como a política local se organizou frente ao sistema político-partidário imposto pelo governo? Esses questionamentos podem ser entendidos analisando essa conjuntura por meio do conceito de “cultura política”.

O conceito de cultura política permite analisar como se dá o comportamento político de uma sociedade em uma determinada época, que fatores característicos dessa sociedade permitem tais comportamentos. Nesse sentido, a cultura política seria um:

(...) conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro<sup>26</sup>.

Assim, um determinado grupo político expressa suas representações, ou seja, sua ideologia, sua linguagem, sua memória, seus ícones, seus símbolos, suas tradições nessa cultura política que possibilita, desse modo, uma leitura das relações existentes entre os fenômenos políticos, diferentes ou não em sua articulação, que preservam suas características básicas ao longo do tempo, pois “O valor explicativo do conceito reside em mostrar como as ações políticas podem ser determinadas por crenças, mitos, ou pela força da tradição”<sup>27</sup>.

Dessa maneira, sob a luz da cultura política podemos compreender o que faz com que determinados grupos de pessoas tenha certos comportamentos políticos e quais elementos estão por trás desses comportamentos, das práticas e das representações construídas por esses grupos. Isso nos leva a entender que a cultura política “se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro”<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> MOTTA, op. cit., p. 21., 2009.

<sup>27</sup> Idem, p. 22.

<sup>28</sup> BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma história cultural**. Paris: Éditions du Seuil, 1997, p. 353.

Articulando essa concepção teórica com nosso objeto de estudo, compreendemos que a cultura política campomaiorenses, cuja construção remonta a períodos anteriores à década de 1960, foi fundamental para que o golpe militar fosse exaltado na cidade por políticos locais. Durante a experiência democrática (1945-1964), houve a predominância da UDN e do PSD – partidos com viés ideológico de direita – em Campo Maior que se revezavam no domínio do poder público municipal<sup>29</sup>, que se constituíam no canal de representação política dos latifundiários que dominavam a política na cidade, preservando as tradições da cultura política campomaiorenses.

É válido conceituar, dessa forma, o que estamos chamando neste trabalho de cultura política campomaiorenses, a partir do que já esboçamos a respeito deste conceito. Entendemos que ela expressa um conjunto de valores, normas, pensamentos e comportamentos políticos e sociais fortemente ligados à elite política local, concentrada nas grandes e tradicionais famílias políticas campomaiorenses, estruturadas em torno do comércio de dos grandes latifúndios da cidade. Essa cultura política tem suas raízes, portanto, na histórica tradição política campomaiorenses, em que poucas e ricas famílias exercem o poder na cidade.

Diante disso, podemos compreender os valores sociais e políticos daqueles que compunham o poder político campomaiorenses quando da eclosão do golpe militar em 1964. Em sua grande maioria são herdeiros de uma tradição política que se faz presente na cidade ao longo de sua existência e que dita seus rumos na história, através de uma leitura comum do passado e de uma mesma perspectiva de futuro, os quais se relacionam com representações construídas sobre a sociedade. Campo Maior chega às vésperas do golpe militar sendo comandada por sua elite política que, a partir de seus valores e ideais forjados no seio da cultura política campomaiorenses, apoiou aquele movimento político.

Os dados da última eleição municipal ocorrida na cidade antes do golpe (1962) demonstram a permanência dessa tradição política: a grande maioria dos vereadores eleitos<sup>30</sup>,

---

<sup>29</sup> Desde as eleições municipais de 1948, PSD e UDN dominaram a política campomaiorenses. Durante o período democrático, a elite política local se organizou em torno desses partidos e, assim, dois grupos políticos se rivalizaram na cidade: um grupo que tinha como líder Sigefredo Pacheco, ligado ao PSD; e o outro liderado por Francisco Alves Cavalcante, ligado à UDN. Essas disputas ressoariam na posteriormente na ditadura quando ambos os grupos se abrigariam na ARENA e manteriam suas rivalidades nas alas do partido. Com isso queremos demonstrar que a cultura política campomaiorenses já era exercida antes do regime militar e que suas práticas continuariam sendo percebidas no novo governo, como veremos à frente.

<sup>30</sup> Os dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) referentes às eleições de 1962 não trazem informações precisas quanto aos vereadores eleitos e quais os seus partidos. Entretanto, pode se observar que os concorrentes eram todos da UDN e do PSD. Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI), disponível em <https://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1945-a-1992>.

assim como o prefeito que venceu a disputa, João de Deus Torres<sup>31</sup>, e o seu vice, Agenor Leite Melo<sup>32</sup>, eram da União Democrática Nacional. A não existência de representantes eleitos pelo PTB, partido de ideologia centro-esquerdista, demonstra a força da tradição política campomaiorense, ligada aos partidos de direita.

Dessa forma, a representação política de Campo Maior nas vésperas do golpe militar de 1964 era homogeneamente composta por políticos historicamente ligados a partidos e grupos de direita que, trazendo consigo os valores e características de uma forte tradição política, exercida por famílias ligadas ao comércio e ao latifúndio de gado e de carnaúba, que detinham o poder local, manifestou seu apoio àquele movimento político, nos permitindo notar a influência da cultura política campomaiorense nesse momento de grande crise política e social brasileira. É este o cenário político de Campo Maior em 1964.

Uma vez consumado o golpe, os vereadores campomaiorenses manifestaram seu apoio ao movimento que derrubara o presidente João Goulart. Como vimos no início, no dia 06 de abril um dos parlamentares requereu um voto de louvor aos militares que articularam o golpe, e essa ação se repetiu na tribuna da Câmara Municipal também no dia seguinte, desta vez com o vereador Francisco Chagas Campos Pereira, que:

(...) referiu-se à recente crise política que abalou o país fazendo referências elogiosas aos governadores Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Magalhães Pinto e Ildo Meneghetti e aos chefes militares como Humberto de Alencar Castelo Branco, Justino Alves, Amaury Krueel, Mourão Filho e outros que tão bravamente souberam cumprir seu dever contra atitude criminosa de inimigos da Pátria. Terminando suas palavras solicitou constar de ata um voto do mais profundo louvor em homenagem àqueles que tão heroicamente souberam *defender a Pátria do jugo comunista*. Referida solicitação foi aprovada por unanimidade<sup>33</sup>.

Essa fala demonstra o conhecimento dos vereadores da situação política do Brasil, fortemente marcada por uma polarização ideológica: comunismo x anticomunismo, sendo este “um dos principais argumentos, senão o principal, a justificar e a provocar as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história brasileira”<sup>34</sup>. Isso

---

<sup>31</sup> Foi prefeito de Campo Maior entre 31/01/1963 e 31/01/1967. Foi médico e político e em seu mandato construiu várias obras na cidade, dentre elas o posto do SAMDU (Serviço de Assistência Médica e Domiciliar de Urgência) e a Maternidade Sigefredo Pacheco.

<sup>32</sup> Foi vereador em Campo Maior pela UDN (1948-1959).

<sup>33</sup> CAMPO MAIOR. **Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Campo Maior**. 07/04/1964. Grifo nosso.

<sup>34</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2000, p. 13.

mostra que os parlamentares campomaiorenses não eram alheios à situação do país e que seu pensamento estava aliado ao das forças que tomaram o poder no Brasil. Com isso, podemos ver que a política campomaiorense estava dialogava com a política nacional e que o discurso anticomunista foi proferido nas cadeiras do parlamento de Campo Maior.

Conforme observamos anteriormente, essa legislatura da Câmara Municipal era representante da forte tradição política de Campo Maior, que norteava seus interesses no âmbito de sua cultura política. Sendo assim, podemos compreender a natureza desse discurso do vereador a partir dos valores dos quais ele era um dos porta-vozes e que ele intencionava projetar como um anseio para toda a cidade, uma vez que o discurso de um ator político tem como finalidade principal promover uma verdade em razão<sup>35</sup>. Sua raiz está nos valores da sociedade campomaiorense, fortemente ligada à religião cristã, à moral e à família, que assim como as forças políticas e sociais que engendraram o golpe militar via no comunismo o inimigo a ser combatido e seus adeptos como criminosos que deveriam ser punidos.

Ao proferir aquele discurso na Câmara Municipal o vereador não demonstra somente seu apoio aos militares que tomaram o poder. Ele também se liga ao pensamento ideológico dos novos governantes do país, manifestando a adesão da política campomaiorense ao novo regime. O parlamentar cita uma bandeira que foi levantada pelos que articularam o golpe, o combate ao comunismo, visto como o grande mal que assolaria a sociedade brasileira. E, naquele contexto a ameaça do comunismo fazia com que a sociedade nutrisse um:

“(...) Grande Medo de que viria um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e valores vigentes, inclusive dos religiosos. A ideia de que a *civilização ocidental cristã* estava ameaçada no Brasil pelo espectro do *comunismo ateu* assombrava as consciências, trabalhadas à décadas por meticulosa e persuasiva propaganda contra a ameaça *vermelha* (...)”<sup>36</sup>.

Diante dessas falas podemos observar o apoio da classe política campomaiorense nos dias posteriores ao golpe. Essa adesão foi percebida também nos diversos setores que a nível nacional contribuiram para a sua consumação. Entretanto, conforme as medidas dos militares norteavam para uma centralização do poder, e para ações arbitrárias e repressivas contra os

---

<sup>35</sup> CHARAUDEAU, Patrick. O discurso político. In: EMEDIATO, Wander, et. al. **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade** – Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

<sup>36</sup> REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 37-38. Grifos do autor

insatisfeitos com o governo, muitos grupos e instituições sociais e políticas passaram a se posicionar contra os militares, fazendo com que muitos daqueles que apoiaram o golpe em 1964 nos anos seguintes lutassem contra o regime do qual ele foi originário, já que, com a publicação do Ato Institucional Nº 1, em 09 de abril,

O golpe pela salvação da democracia transformava-se em *revolução*, cujos poderes, exercidos em nome dela e do povo, que a apoiara, estavam nas mãos dos chefes militares que assinavam o Ato e que detinham a força efetiva. Ficava explícito que era a *revolução* que legitimava os demais poderes existentes, assim como a própria Constituição vigente, e não o contrário. O termo foi usado porque era prestigioso, legitimando à esquerda e à direita, ambições e programas políticos<sup>37</sup>.

Observamos que o poder legislativo municipal se congratulou com o golpe de 1964 de maneira entusiasmada, produzindo discursos e representações que intencionavam legitimar na cidade o novo regime. Contudo, é imprescindível salientar as tensões sociais e políticas existentes na cidade concernentes à crise política que culminou na derrubada do presidente João Goulart através de um golpe de estado, às quais aqueles discursos enaltecedores do golpe pretendiam negligenciar, passando uma imagem de que toda a cidade de Campo Maior estava unida em apoio aos militares. Diferentes realidades políticas e sociais eram sentidas na cidade e isso nos proporciona compreender as diferentes maneiras como grupos sociais distintos presenciaram e se relacionaram com o golpe de 1964.

No início da década de 1960, Campo Maior foi palco de intensas ações de movimentos de esquerda que ganharam força no Piauí e no Brasil. Essas ações têm origem no quadro sócio-político-econômico da cidade entre as décadas de 1940 e 1960, em que os trabalhadores rurais locais eram explorados pelos grandes latifundiários e não tinham nenhuma assistência do poder político que, pelo contrário, contribuía para a continuidade dessa situação. O historiador Ramsés Sousa, em sua dissertação de mestrado, aponta que:

As altas rendas cobradas pelo uso da terra, a venda antecipada dos produtos aos fazendeiros por necessidade, o trabalho gratuito ao proprietário da terra em certos dias da semana, bem como outras obrigações excessivas decorrentes da relação com o proprietário, são elementos que ajudam a compreender, a experiência de exploração dos camponeses piauienses do início dos anos 1960<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> REIS, op. cit., p. 51. Grifos do autor.

<sup>38</sup> SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **Tempo de esperança:** camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015, p. 38.

Como vimos no início do capítulo, nesse período Campo Maior ainda vivia um grande crescimento econômico proporcionado pela extração da cera de carnaúba. Entretanto, os lucros dessa comercialização ficavam nas mãos dos grandes fazendeiros. Campo Maior é uma cidade rodeada por grandes fazendas que, ao longo do tempo, foram palco de conflitos entre latifundiários e trabalhadores rurais. Estes, historicamente impedidos de acessar à terra como sua propriedade, encontravam nas fazendas uma forma de sobrevivência em que colocavam seu trabalho à serviço dos fazendeiros para cultivarem porções de terra, em que o pagamento era feito com parte do que se produzia.

Porém, muitas vezes os camponeses eram explorados pelos latifundiários, dando origem a conflitos violentos em que, muitas vezes, os camponeses eram expulsos das terras, agredidos, perseguidos ou, até mesmo, assassinados. “Não raro estes conflitos eram resolvidos através da força, com a expulsão dos agregados das terras do proprietário sem nenhum prazo e tão pouco o recebimento de nenhuma indenização por benfeitorias ou plantações”<sup>39</sup>. A autoridade dos fazendeiros era imposta através da violência em que os camponeses eram submetidos a uma humilhante situação de vida, na qual

Havia uma determinada coerção e privação dos direitos civis, políticos e econômicos lançada aos camponeses, como: o monopólio de venda de produtos agrícolas (coco-babaçu, dentre outros), a imposição de preço dos produtos cultivados a serem comercializados, a ação política e arbitrária por parte dos proprietários de terra, a proibição dos lavradores exercerem uma atividade recíproca de trabalho em si (recuperar através de trabalhos coletivos cercas, cobertura de casas, etc.), a alta taxa cobrada pela ocupação da terra (renda) além de outras arbitrariedades<sup>40</sup>.

Em um relato memorialístico, Antonio Damião de Sousa, um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Maior, destaca que “antes de golpe militar de 1964, os camponeses piauienses já lutavam contra o estado de pobreza e atraso em que viviam. Na década de 1950, era grande a insatisfação entre os trabalhadores rurais. Isto fazia com que lutassem por dias melhores”<sup>41</sup>.

<sup>39</sup> SOUSA, op. cit., 2015, p. 196.

<sup>40</sup> ATANÁSIO, Francisco Chagas O.; ROCHA, Damião de Cosme de C. Dentre lutas, lidas e labutas: Memórias e narrativas sobre o processo de formação das ligas camponesas no Piauí e suas experiências organizativas na “terra dos carnaubais” (Fazenda Matinhos/Campo Maior). In: **Vozes, Pretérito & Devir**, Ano I, Vol. I, N. I (2013), p. 78.

<sup>41</sup> SOUSA, Antonio Damião de. **O homem e a terra: a ditadura militar e latifundiários contra os camponeses**. – Campo Maior: Edição do autor, 2015, p. 16.



Esse era o cenário de Campo Maior – e do Piauí – nesse período. Conflitos por terra entre latifundiários e camponeses marcavam as relações políticas e sociais na época. Essa disputa se dava também em muitos outros lugares do Brasil, e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) aparece como um aliado nas lutas camponesas. E é nesse contexto que surgem as Ligas Camponesas:

As Ligas Camponesas em Campo Maior também podem ser tomadas como uma arena privilegiada para compreender a construção desta relação entre comunistas e camponeses no Piauí, sem reduzi-la a qualquer um dos polos em questão. Foi nestas terras áridas, durante os anos 1950/60 que os lavradores daquele Município, entre eles Luís Edwiges e seus irmãos, começaram a discutir as dificuldades cada vez maiores dos lavradores para manter as obrigações com os fazendeiros e, ao mesmo tempo, sobreviver<sup>42</sup>.

As péssimas condições de vida daqueles lavradores fizeram com que surgissem neles um sentimento de revolta contra seus patrões e o desejo de mudar aquela situação. Influenciados pelas notícias de movimentos de lavradores em alguns lugares no Piauí e no Brasil, um grupo de camponeses campomaiorenses, liderados pelo senhor Luís Edwiges, se reuniram em março de 1962, na localidade Matinhos, em Campo Maior, dando origem às Ligas Camponesas na cidade, sendo provavelmente “revestida de um significado especial para aqueles camponeses que se reuniram nos ‘Matinhos’, algo como um signo de esperança em meio às degradantes condições de vida em que viviam”<sup>43</sup>.

Esse acontecimento marca o início da organização dos movimentos de esquerda em Campo Maior, em que, impulsionados pelo contexto político brasileiro, dezenas de trabalhadores campomaiorenses passaram a reivindicar aos grandes latifundiários do município melhorias nas suas condições de vida e de trabalho. O objetivo do movimento era, sobretudo, fortalecer os camponeses na luta pelos seus direitos, como mostra Ramsés Sousa:

Longe de expressar somente uma preocupação legal, a ideia de criar uma organização para os “homens do campo” passava pela possibilidade de articular redes de solidariedade entre os camponeses, que deveriam ser acionadas nos momentos de necessidade ou de exacerbação das tensões<sup>44</sup>.

Luís Edwiges, ao lado de seu irmão, José de Ribamar Osório Lopes, se tornará um dos principais nomes dos movimentos sociais no Piauí em torno das Ligas Camponesas. Essa forma

---

<sup>42</sup> SOUSA, op. cit., 2015, p. 229.

<sup>43</sup> Idem, p. 227.

<sup>44</sup> Idem, p. 246.

de organização dos trabalhadores rurais indica a presença de ideias contrárias às que balizaram o golpe de 1964 e que, posteriormente, seriam empregadas também na perseguição a esses movimentos, demonstrando a contraposição de ideias e forças existentes no campo social e político em Campo Maior no período.

Como uma das principais lideranças dos movimentos sociais na cidade, após o golpe militar Luís Edwiges foi perseguido, haja visto que era entendido como um perigo para o governo por defender ideias e levantar bandeiras em prol dos trabalhadores, contra os latifundiários. Em entrevista concedida aos historiadores Ramsés Pinheiro e Phelipe Cunha, ele conta que:

(...) depois do golpe militar derrubaram o governo eu ainda queria resistir ao golpe militar mas num tive condição, porque num tinha como... mas eu escapoli aqui, eles vinham me prender e eu escapoli, eu tinha a forma de saber das coisa, as coisa que acontecia por lá tinha uma pessoa que via lá e dizia cá a outra cá, e a outra cá dizia aqui e eu aqui, e eu aqui capava o gato por um lado e por outro (...)<sup>45</sup>.

Luís Edwiges nos mostra que, não obstante seu interesse em resistir ao golpe não teve forças em meios de fazê-lo. A explicação podemos encontrar, entre outras coisas, na própria elite política campomaiorense que, sendo constituída em grande parte por latifundiários locais, viu no golpe de 1964 a manutenção de seu domínio na cidade e, assim, contribuiu para perseguição daqueles que ameaçavam seu poder. A partir disso, podemos perceber a força da cultura política campomaiorense atuando contra os trabalhadores rurais e silenciando grupos que poderiam enfrentar o regime que era instaurado.

Porém, não somente as Ligas Camponesas fizeram parte daquele cenário conflituoso de Campo Maior nas vésperas do golpe militar. Como fruto também daquela conturbada situação político-social das décadas de 1940-1960, será fundado em Campo Maior, no dia 12 de junho de 1963, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, tendo Antonio Damião de Sousa como seu primeiro presidente. Era mais uma forma de organização dos lavradores campomaiorenses frente à condição de exploração em que aqueles grupos de pessoas foram, historicamente, submetidos. Assim como Luís Edwiges, Antonio Damião foi perseguido e foi

---

<sup>45</sup> LOPES, Luís de Ribamar Osório Lopes. **Entrevista concedida a Ramsés Eduardo Pinheiro e Phelipe Cunha.** Fazenda Matinhos – Campo Maior-PI. 11 de abril de 2010.

preso pelos militares por conta de sua atuação em favor dos trabalhadores no município. Sobre esses momentos ele conta que:

Como uma das lideranças dos trabalhadores rurais, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Maior, no período do Golpe Militar fui preso e torturado. Isto aconteceu e foi provocado pelos latifundiários (...), a bem da verdade fui preso, torturado, caluniado, perseguido pela ditadura militar e pelos latifundiários. Passei trinta e três dias preso, incomunicável no quartel do 25º BC. Sofri todo tipo de tortura (...). Psicológica: na porta da prisão eles ficavam comentando: “chegaram três presos aqui e como não tem lugar, vamos leva-los para Fernando de Noronha”. Físicas: (...) não me esquecerei nunca o dia 16 de abril de 1964, os militares, à meia-noite me retiraram da cela onde estava preso e me levaram até o rio Poti, me amarraram e com toda crueldade me jogaram dentro daquele rio que, por sinal, estava muito cheio. Mas, com a ajuda de Deus e de dois pescadores, fui salvo<sup>46</sup>.

A partir desse relato, podemos observar que no mesmo período em que na Câmara Municipal de Campo Maior eram entoados vivas e saudações enaltecidas do golpe de 31 de março de 1964, o senhor Antonio Damião já se encontrava preso e torturado, sofrendo tentativas de assassinato. Temos, assim, duas realidades que se contrapõem, dois cenários que mostram as diferentes faces do regime militar em Campo Maior: de um lado, a euforia do poder público municipal exaltando os militares pelo golpe que tinham deflagrado; de outro, um líder dos movimentos sociais locais sendo torturado por militares que o tinham como uma ameaça. Isso revela as tensões existentes em Campo Maior naquele momento e nos indicam que diferentes representações daquele golpe foram sentidas na cidade.

A prisão desses trabalhadores rurais após a instauração da ditadura denota a existência da perseguição dos militares aos seus opositores em terras campomaiorenses fazendo-se sentir aqui o que foi feito em diversas partes do país. Com isso, podemos notar que, embora a elite política local demonstrasse apoio ao novo regime, havia em Campo Maior grupos que se colocavam contra a ditadura que passava a vigorar no Brasil, o que mostra a existência de conflitos políticos e ideológicos na cidade em contraposição à pretensa imagem de unidade em torno da legitimação do novo governo que o poder público local intencionava demonstrar.

Os períodos iniciais de institucionalização da ditadura foram conturbados em Campo Maior, sobretudo com as prisões desses líderes sociais, fazendo-nos perceber que, no início, o regime militar não possuía larga legitimação na cidade. Tal legitimação seria construída posteriormente, com o silenciamento dos movimentos de esquerda e a articulação entre grupos

---

<sup>46</sup> SOUSA, op. cit., 2015, p. 24.

políticos e sociais que, alicerçados na cultura política campomaiorense, produziram redes de consentimento e consenso ao novo regime, construindo representações que o legitimaram na cidade campomaiorense.

Com a emergência do golpe militar em 1964, e sem contar com nenhum apoio dos representantes políticos da cidade<sup>47</sup>, esses movimentos foram perseguidos em Campo Maior. Luís Edwiges e Antonio Damião foram presos, torturados, tiveram suas vidas ameaçadas, fazendo com que as resistências ao golpe de 1964 fossem silenciadas na cidade, uma vez que a perseguição que sofreram serviu como exemplo do que aconteceria com quem se opusesse ao novo regime. Assim, Campo Maior teve as vozes das oposições ao regime militar silenciadas e a cidade, impulsionada por sua cultura política, passou a ser um palco de louvores ao governo militar e uma cidade em que seus discursos e ações foram fortemente empreendidos.

Vimos que, no início de abril, o legislativo campomaiorense pronunciou louvores ao golpe de 31 de março, lançando as bases sob as quais seriam construídas representações que legitimariam na cidade o regime militar que seria instaurado. Entretanto, tempos depois, líderes de movimentos de esquerda foram presos em Campo Maior, sufocando a oposição ao governo organizada na cidade. Isso revela as tensões locais existentes já no início da ditadura, em que discursos políticos municipais eram proferidos com a intenção de exaltar o novo governo, mas também silenciando as ações dos grupos que faziam oposição aos militares. Aquele pretense apoio unânime que vimos evocado na Câmara Municipal não era refletido em outras esferas da sociedade campomaiorense, o que demonstra que o golpe foi recepcionado de diferentes maneiras na cidade.

Observamos anteriormente que o legislativo campomaiorense aderiu ao golpe militar, atuando para legitimar e exaltar o golpe desferido em 01 de abril contra a democracia brasileira. A mesma euforia vista nos discursos pronunciados no calor dos acontecimentos ainda era percebida na Câmara de Vereadores de Campo Maior anos depois. Na comemoração do aniversário de cinco anos do golpe, um dos parlamentares campomaiorenses proferiu um discurso que é a mais completa manifestação de apoio à ditadura civil-militar vista em Campo

---

<sup>47</sup> Como vimos, Campo Maior não contou nas eleições municipais das décadas de 1940 e 1950 com políticos eleitos pelo PTB ou por outro partido de linha ideológica da centro-esquerda. Essa situação se repetiu nas eleições de 1962, as últimas antes do golpe de 1964.

Maior. Assim o vereador Joaquim Mamede Lima<sup>48</sup> expressou seu apoio ao governo militar na Casa Legislativa campomaiorenses em 1969:

Em verdade, acontecimento desta natureza não pode ficar no esquecimento, dada a importância para os destinos desta grande nação, que desde o dia 7 de setembro de 1822 tornou-se livre e independente para não ser mais colônia de ninguém. Todos nós ainda lembramos perfeitamente daquela situação caótica que se apoderou da vida nacional, com objetivo inconfessável de ocasionar um ambiente propício à instalação no Brasil de um regime incompatível, sob todos os aspectos, com a nossa tradição de povo democrático e cristão. Felizmente os inimigos da pátria não conseguiram concretizar seus funestos objetivos graças ao civismo mais uma vez comprovado das nossas forças armadas, que para tanto contaram com o apoio decidido da família e do povo brasileiro. Aqueles que viviam tramando contra a segurança do regime não proviam serem filhos verdadeiros desse Brasil, amigo da paz, da ordem e da liberdade<sup>49</sup>.

Joaquim Mamede Lima era vereador pela ARENA, eleito em 1966, e foi eleito vice-prefeito de Campo Maior em 1976, assumindo o comando da cidade no ano seguinte com a morte do prefeito José Olímpio da Paz. Mamede Lima é uma das figuras mais protagonistas da política campomaiorenses, mesmo não sendo natural da cidade. “Era um parlamentar crítico dos movimentos sociais e dos sindicatos de esquerda de Campo Maior que lutavam contra o regime militar”<sup>50</sup>, traços que podem inseri-lo na cultura política campomaiorenses.

Nesse trecho de seu discurso, ele evoca a independência do Brasil de 1822 para manifestar a noção de que os militares tinham, novamente, trazido a liberdade ao país. Mais uma vez vemos na fala de um político campomaiorenses a presença do comunismo como um inimigo a ser combatido, que colocava em risco a tradição democrática e cristã do povo brasileiro. O anticomunismo, presente na fala do parlamentar, “foi um dos principais argumentos, senão o principal, a justificar e a provocar as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história brasileira (...)”<sup>51</sup>, e aquele personagem político campomaiorenses exalta os responsáveis por combater o *perigo vermelho* que rondava na sociedade brasileira.

---

<sup>48</sup> Joaquim Mamede Lima foi um empresário e político, nascido em Graças-CE (1934). Foi vereador de Campo Maior, pela ARENA, por duas legislaturas, e foi eleito Vice-prefeito da cidade em 1976, assumindo o executivo municipal no ano seguinte, quando da morte do prefeito José Olímpio da Paz. In: LIMA, Reginaldo Gonçalves de. **Geração Campo Maior**: anotações para uma enciclopédia. Teresina: Júnior, 1995.

<sup>49</sup> CAMPO MAIOR. **Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal**, 07/04/1969.

<sup>50</sup> CHAVES, op. cit., 2018, p. 149

<sup>51</sup> MOTTA, op. cit., 2009, p. 13.

Nesse sentido, o parlamentar corrobora com a ideia defendida pelos militares de que o golpe militar de 1964 “(...) foi empreendido sob bandeiras defensivas. Não para construir um novo regime. O que a maioria deseja era *salvar a democracia*, a família, o direito, a lei, a Constituição, enfim, os fundamentos do que se considerava uma civilização ocidental e cristã”<sup>52</sup>. Além disso, o vereador destaca o apoio da família e do povo brasileiros, contribuindo para mostrar o caráter civil daquela tomada de poder.

No suposto ideário de democracia propagado pelos militares encontrava-se a defesa dos valores sociais, sustentados na tradição da religião cristã, que seria um dos sustentáculos da preservação da ordem da sociedade brasileira. E o regime procurava se legitimar colocando-se como um defensor desses valores para com isso justificar suas ações contra os que se colocassem em lado oposto<sup>53</sup>. O discurso do vereador continua:

Depois de cinco anos de Revolução, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, pode-se afirmar que por toda parte tem sido sensível o progresso, pois os dinheiros públicos não são malbaratados impunemente, à exemplo do que ocorria, em muitos casos, antes da Revolução. Em todos os setores administrativos está havendo eficiência, moralidade, ordem e trabalho bem planejados o que constitui esperança para um Brasil que marcha desassobradamente em busca dos seus verdadeiros destinos que são o progresso contínuo, de paz social e liberdade perene<sup>54</sup>.

Na visão do parlamentar, esses cinco primeiros anos de governo militar já tinham produzidos bons frutos para o país. Ele destaca um respeito ao dinheiro público que, segundo seu ponto de vista, não existia no Brasil antes da “revolução”. Para o vereador, o país estava caminhando rumo ao desenvolvimento até alcançar o progresso, a paz social e a liberdade. Contudo, é possível afirmar que essas palavras não eram expressavam somente o pensamento desse vereador, mas sim que da tribuna da Câmara Municipal de Campo Maior ele se colocava como um porta-voz dos setores conservadores da sociedade campomaiorense, como os latifundiários e os grandes comerciantes, que temiam que seu domínio pudesse ser atingido pela ideologia comunista<sup>55</sup>.

---

<sup>52</sup> REIS, op. cit., 2014, Grifo do autor.

<sup>53</sup> RESENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Eduel: Londrina, 2013.

<sup>54</sup> CAMPO MAIOR. **Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Campo Maior**. 07/04/1969

<sup>55</sup> CHAVES, op. cit., 2018.

Ao pronunciar aquele discurso, o vereador intenciona produzir uma verdade sobre um contexto histórico e fazer com que isso reverbere na população campomaiorense. Como estamos observando, a Câmara Municipal de Campo Maior foi um importante local de fabricação de representações legitimadoras do regime militar e através de seus discursos os parlamentares projetavam imagens do governo para legitimá-lo na sociedade e assim fazer com os campomaiorenses comungassem dos valores que sustentavam o governo e também participantes dele, pois um “discurso político é sempre um discurso dirigido e, ao mesmo tempo, os receptores desse discurso, os cidadãos são parte integrante dele”<sup>56</sup>.

Joaquim Mamede Lima profere essas palavras pouco mais de quatro meses após a publicação do Ato Institucional nº 5, que dotou o regime de poderes arbitrários, autorizando a tortura, a cassação de mandatos políticos e o fechamento do Congresso Nacional, por exemplo, se constituindo no endurecimento do regime militar. Com isso, é importante notar como o discurso do vereador estava atrelado aos ideais do governo. Como ele fala em um momento de celebração do aniversário do golpe militar, negligencia as ações arbitrárias dos militares, preferindo enaltecer aquilo que, para ele, é motivo de exaltação para o Brasil. Na última parte de seu discurso, Mamede Lima ainda nos deixou importantes colocações:

Os autênticos brasileiros desejam que a Revolução cumpra até o fim as suas elevadas finalidades, pois somente assim o Brasil consolidará como forma de governo, a democracia.

Senhor presidente e senhores vereadores, estamos vendo vez por outra elementos que, até ontem revolucionários, vivem a falar constantemente da atuação benfazeja da Revolução, mesma demonstração incoerente de atitudes e de princípios ideológicos são inimigos ocultos deste atual estado de coisas pelos quais está passando o Brasil, para a felicidade de seu povo fingem ser adeptos do movimento revolucionário de 31 de março de 1964 para poderem salvar a pele e também inteirar-se de tudo aquilo que planeja o governo em benefício do povo e das instituições. Tenhamos cuidado com esses lobos em pele de cordeiro.

Finalizo minhas palavras, Senhor presidente, requerendo a V. Exa. que depois de ouvido o plenário, autorize consignar em ata um voto de louvor às forças armadas do Brasil e ao seu insigne chefe supremo, o Presidente da República, pelo que fizeram e continuam fazendo em defesa da grande nação brasileira<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> CHAREADEAU, op. cit., 2006, p. 268.

<sup>57</sup> CAMPO MAIOR. *Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Campo Maior*. 07/04/1969

Quem são esses “autênticos brasileiros” citados pelo vereador? Em sua ótica, são pessoas que, assim como ele, defendem os ideais da “Revolução de 1964”; são indivíduos que se colocam ao lado das forças que regem o comando do país e que reproduzem o discurso da “guerra revolucionária” que estaria existindo no Brasil, que tinha os opositores do regime como inimigos da nação que deveriam ser combatidos, patrioticamente, pelos “brasileiros autênticos”. O falso brasileiro seria, portanto, aquele que não defendesse os valores propagados pelos militares e Mamede Lima não desejava essa identificação para os campomaiorenses, os quais ele representava politicamente.

Mamede Lima faz referência ainda a um outro ponto que é muito presente nos discursos militares e que, na verdade, constitui-se como um dos pilares de suas ações, qual seja a ideia de que o Brasil estaria sendo guiado pelos militares rumo à democracia plena. O parlamentar compartilha desse ideal, que se assentava em um suposto sistema de ideias e valores democráticos, mas que, por outro lado, escondia a natureza autocrática da legitimidade do regime<sup>58</sup>.

Outro ponto que deve ser destacado nesta fala do vereador Joaquim Mamede Lima diz respeito aos que outrora faziam oposição ao governo e que mudaram de lado, demonstrando apoio ao regime militar. De acordo com ele, essas pessoas não estavam verdadeiramente comprometidas com os ideais da “Revolução de 1964”, sendo que passaram a apoiá-la para “salvar a pele”. Com isso, vemos mais uma vez a ideia da “guerra revolucionária”, fabricada pelos militares para justificar suas ações repressivas, e como ela se fazia presente também no território campomaiorense. O parlamentar alertava para a existência desses “lobos em pele de cordeiro” que agiam em âmbito nacional, mas que poderiam atuar também em Campo Maior.

Diante desses discursos, podemos entender as relações existentes na construção dessas falas. Esses homens, experientes políticos campomaiorenses, eram herdeiros de uma tradição política que se via ameaçada pelos ideais defendidos por grupos sociais vinculados – ou não – a partidos de esquerda e que lutavam por melhorias nas condições de vida das pessoas historicamente desprestigiadas social e economicamente. Portanto, expressavam discursos que visavam combater esses interesses, se coadunando com os ideais do governo militar, reproduzindo-os em Campo Maior.

---

<sup>58</sup> REZENDE, op. cit., 2013.



Como “o campo político é um domínio onde se movem relações de força simbólicas para a conquista e a gestão do poder”<sup>59</sup>, os discursos proferidos por parlamentares campomaiorenses revelam seus interesses em manter a tradição política local, forjada no âmbito dos grandes latifúndios e comércios locais, nos quais grande parte dos políticos campomaiorenses têm sua origem social, política e familiar, condenando os que se colocassem contra os seus objetivos.

Considerando o discurso como fruto de seu tempo, como resultado de uma rede de relações políticas, sociais e culturais na qual está inserida o sujeito que o produz, compreendemos que ele não é um elemento isolado em seu espaço e/ou em seu tempo. Este discurso é fruto da cultura política campomaiorense, alicerçada em representações de grupos e sujeitos que fizeram de si e de outros, e que não são neutras, mas “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”<sup>60</sup>. Estabelece também uma relação com o discurso produzido pelos militares carregado de valores que os mesmos objetivavam inculcar na sociedade como o anticomunismo, a ordem, o progresso.

Além disso, encontraram nos ideais dos militares, e dos demais grupos que articularam o golpe militar de 1964, um respaldo para os seus interesses locais, sintonizando-se com o discurso proveniente do governo militar, revelando os desejos de poder presentes nas falas, e que constituem um aspecto intrínseco ao discurso<sup>61</sup>. Ou seja, ao passo que se faziam apologias aos militares no poder, se lutava para se manter o domínio do poder político na cidade.

A emergência desses discursos em Campo Maior corrobora para afirmar a presença do regime militar na cidade, demonstrando como a política campomaiorense estava “(...) afinada com a ‘teoria da conspiração’ criada pelos setores conservadores da sociedade brasileira para combater qualquer tentativa do governo Jango de implantar as famosas reformas de base que trariam mudanças significativas para o Brasil (...)”<sup>62</sup>, confirmando como a classe política campomaiorense estava comprometida com o governo militar.

---

<sup>59</sup> CHARAUDEAU, Patrick. O discurso político. In: EMEDIATO, Wander, et. al. **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade** – Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 267.

<sup>60</sup> CHARTIER, op. cit., 2000, p. 17.

<sup>61</sup> FOUCAULT, op. cit. 1996.

<sup>62</sup> CHAVES, op. cit., 2018, p. 74.

Cinco anos depois<sup>63</sup>, observamos a mais uma mensagem de louvor à “revolução” de 1964 propagada por um político campomaiorense. Desta vez, em 1974 o chefe de Executivo Municipal, o prefeito Dácio Bona<sup>64</sup>, parabenizou os militares pelo feito realizado uma década antes, demonstrando a continuidade do apoio ao regime autoritário, não obstante os contínuos ataques que cometeram na sociedade ao longo desses anos:

No aniversário de mais um aniversário da Revolução de Março de 1964, nada mais justo do que levar a toda a população de nosso Município as melhores congratulações pelo clima de segurança, de ordem absoluta, de respeito ao direito, geradores do ambiente propício ao franco desenvolvimento por que passa a Nação brasileira.

Tudo isso devemos ao elevado espírito de responsabilidade e de amor ao Brasil do soldado brasileiro que, não aceitando o desafio da demagogia, os acenos mirabolantes da subversão, souberam em boa hora salvar a Pátria da grande derrocada. Foram, sem dúvidas, as Forças Armadas, com o apoio maciço do povo que nos legaram tudo o que estamos vendo e participando ativamente: um Brasil progressista, uma Pátria unida pela ordem, pelo amor, pelo trabalho de seus filhos.

É isso que, inspirado nesses princípios, o Prefeito de Campo Maior sente-se no dever muito grato de, nesta mensagem parabenizar a todos os seus munícipes, concitando-os ao empenho comum a uma mútua compreensão e ajuda para o bem de todos.

Campo Maior, 31 de março de 1974 – Dácio Bona – Prefeito Municipal<sup>65</sup>.

Passados dez anos de vigência do estado autoritário, discursos enaltecendo o regime militar ainda podiam ser ouvidos em Campo Maior, desta vez, pronunciado pelo prefeito municipal em um aniversário de uma data simbólica da ditadura. Dácio Bona é oriundo de uma das mais tradicionais famílias políticas campomaiorenses que exerceram o poder na cidade durante muitos anos. Do seio daquela cultura política, na qual ele tem suas raízes, ele convida os campomaiorenses a louvar a “revolução” pelos dez anos de sua vigência, destacando supostas conquistas que ela teria conquistado para a população, e contribuindo para que fossem

---

<sup>63</sup> Na pesquisa, tivemos acesso apenas a esses discursos do poder político local exaltando a ditadura neste período de tempo. Contudo, outras manifestações glorificadoras do regime foram produzidas em Campo Maior através de outros elementos, como veremos no próximo capítulo.

<sup>64</sup> Foi prefeito de Campo Maior entre 01/02/1973 e 31/01/1977 e vice-prefeito entre 31/01/1955 e 31/01/1963. Em sua administração são destacadas, entre outras obras, a construção da nova sede da prefeitura – o Palácio das Carnaúbas –, a conclusão do terminal rodoviário Zezé Paz, e a implantação do sinal de TV da Rede Globo.

<sup>65</sup> MENSAGEM do prefeito pelos 10 anos de Revolução. **A Luta**, ano VII, nº 309, 31 de mar. de 1974, s/p. Algumas referências das publicações do jornal A Luta aqui utilizadas estão incompletas devido ao fato de que em algumas edições as informações editoriais completas constavam apenas na capa, e não obtivemos todas as edições do jornal em sua integralidade.

sendo fabricadas representações glorificadoras do regime na cidade e, ao mesmo tempo, inscrevendo-o na memória dos campomaioreses.

Três anos depois, em 1977, da Câmara Municipal de Campo Maior nos chega novamente mais um registro no qual são construídos louvores ao golpe e aos seus articuladores. Desta vez, foi o vereador Carlos Augusto de Oliveira que, ao ser eleito líder da Arena na Câmara Municipal em 15 de fevereiro de 1977, usou a tribuna para prestar honras aos militares pelo seu feito de 1964 e o regime político em vigor. Em seu discurso, o parlamentar afirma:

(...) Conscientizado também estou que para aqui viemos pela vontade popular e como tal não podemos, em nenhum momento e sob a pena de perdermos a autoridade do mandato, deixar de sermos sensíveis aos anseios do povo, este povo bom e pacato, este povo que chora e que ri, este povo cuja alma é a própria alma da nação, este povo que sabe superar as dificuldades econômicas ora impostas ao nosso país pelo contágio de um vírus de âmbito internacional, este povo que sabe como e para onde vai, este povo que também sabe ser valente, que sabe empenhar a bandeira da revolução e com ela se identifica, concorda e mesmo discorda em alguns de seus atos, mas nunca a contesta pois que no seu contexto está inserido já que este povo é a própria revolução que foi feita por ele e para ele.

(...)

Como líder da Aliança Renovadora Nacional (...), envidarei todos os esforços possíveis no apoio à administração do prefeito do nosso município, Sr. José Olímpio da Paz, membro do meu partido e nele eleito, bem como tudo farei para dentro das minhas limitações tornar cada vez mais aceso o fogo da Revolução de 31 de março, coerente que sou não só com meus ideais de revolucionário de primeiríssima hora, mas principalmente coerente com o próprio cargo de líder na Câmara Municipal de Campo Maior do partido político que vem apoiando os governos revolucionários, partido esse que é a Aliança Renovadora Nacional<sup>66</sup>.

O vereador fala em nome de todos os parlamentares da ARENA e em seu discurso são cobertas todas as disputas internas que possam existir<sup>67</sup>, mostrando como a Casa Legislativa campomaioirenses estava em sintonia com os ideais da “revolução de 1964”. Carlos Augusto de Oliveira faz menção à população de Campo Maior dizendo que ela empenha e se identifica com a “bandeira da revolução”, numa demonstração de que a política e a sociedade

<sup>66</sup> CAMPO MAIOR. *Ata sessão da Câmara Municipal de Campo Maior*, 15/02/1977.

<sup>67</sup> Posteriormente, veremos que no período da fala do vereador Campo Maior vivera uma intensa disputa entre as duas facções da Arena na cidade nas eleições de 1976 que ainda reverberavam na Câmara Municipal no ano seguinte.

campomaiorenses, em seu ponto de vista, caminhavam juntas nos caminhos desejados pelo governo militar.

O parlamentar profere essas palavras em um contexto em que as condições políticas já se encaminhavam para o fim do bipartidarismo<sup>68</sup>, mas ainda são carregadas dos mesmos valores e objetivos de 1964, sendo que ainda se manifesta a noção de “revolução” que era a base das decisões políticas do regime. Podemos entender essa questão na perspectiva de Serge Berstein, para quem os “(...) dirigentes políticos e eleitos, militantes e eleitores simpatizantes vivem num certo clima cultural que faz com que as próprias palavras que empregam sejam uma referência implícita à doutrina sem que seja necessário exprimi-la (...)”<sup>69</sup>.

No ano seguinte, mais uma vez a cidade de Campo Maior demonstrou, por meio do poder público, congratulações com a data festiva do dia 31 de março. Em 1978, a prefeitura municipal decretou ponto facultativo em todas as repartições públicas, considerando que naquela data se comemoraria o “14º aniversário da revolução brasileira, data em que se comemora em todo o território nacional solenidade cívica” e considerando ainda que o município apresentaria uma “programação festiva, alusiva à grande data”<sup>70</sup>.

A partir disso, podemos perceber que, passados 14 anos de governo autoritário, em cujo espaço de tempo intensas transformações foram implementadas na política e na sociedade brasileiras, no qual houve a institucionalização do regime ditatorial e supressão de direitos dos cidadãos, e mesmo o conteúdo dessa fonte ter sido produzido em um contexto em que se vislumbrava uma abertura democrática, o governo municipal campomaiorense ainda expressava louvores àquele acontecimento político de 31 de março de 1964, procurando reunir a sociedade local nas comemorações à data cívica da “revolução brasileira”.

Tal iniciativa pode ser analisada na perspectiva da legitimação da ditadura na cidade, por meio da qual se intencionava construir uma memória gloriosa do regime que seria reproduzida no futuro e, mais ainda, demonstrar a sintonia do poder público municipal com a fabricação de uma representação que legitimasse o regime, inserindo-o do lado daqueles que seriam responsáveis pelo progresso e desenvolvimento do Brasil.

---

<sup>68</sup> GRINBERG, Lúcia. **Partido Político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – 1965-1979. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

<sup>69</sup> BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 87-88.

<sup>70</sup> CAMPO MAIOR. **Decreto n° 6**. 30 de março de 1978.

Tendo observado a conjuntura da produção dos discursos exaltadores do governo militar proferidos por políticos campomaiorenses, e o conteúdo dessas expressões, é válido analisarmos como se deu a (re)organização política local em face ao sistema político imposto pelos militares e de que forma a cultura política campomaiorense influenciou nesse processo. Vejamos doravante a composição da ARENA em Campo Maior e os conflitos locais em torno desse partido.

### **1.3 A(s) Arena(s) política(s) campomaiorenses na ditadura civil-militar: cultura política e conflitos partidários**

A elite política campomaiorense foi unânime ao evocar louvores e incitar aplausos ao golpe de 1964 e à ditadura subsequente, como observamos, migrando para o partido criado pelo governo para cancelar suas decisões e, dessa forma, contribuindo para legitimidade do regime autoritário na cidade. Sobre essa questão, é válido citar o que nos afirma José Valdenir Rabelo Filho:

Com a extinção dos partidos, a alternativa, então, foi ocupar as arestas do campo restritivo, situar-se à sombra do Estado vigente. Tal postura garantiria a continuidade de carreiras e/ou fortaleceria posições. No plano “revolucionário”, a adequação significou, para muitos, o melhor caminho. A tradição conciliadora, comum às classes políticas conservadoras ao longo da história do Brasil republicano, foi, ali, reafirmada. Conciliar as diversas agendas e os diferenciados matizes ideológicos foi esse um dos desafios. A flexibilidade para a acomodação nos campos de poder, de modo a facilitar a configuração do novo cenário, então, se fez habitual<sup>71</sup>.

Entretanto, mesmo unindo-se para expressar um apoio unívoco ao regime militar, os grupos políticos que se rivalizavam na disputa do poder local em Campo Maior mantiveram suas disputas políticas mesmo no contexto de uma ditadura, evidenciando a força de suas tradições políticas na manutenção de suas práticas, agora sob as normas de um novo regime político que não foi capaz de suprimi-las, mas que, de certa forma, contribuiu para a sua continuidade.

---

<sup>71</sup> RABELO FILHO, José Valdenir. **A “Princesinha do Norte” em tempos de autoritarismo: legitimidade, consenso e consentimento (Sobral-CE / 1964-1979)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2014, p. 118.

Assim, faz-se necessário analisarmos as divisões e disputas políticas locais para entendermos o comportamento da elite política campomaiorense face à ditadura vigente e as suas relações produzidas com a política nacional. Com isso, pretendemos demonstrar como a própria política campomaiorense foi um elemento de fundamental importância para a criação de consentimento da ditadura militar na cidade.

Como vimos, o governo militar procurava afastar de si qualquer característica que o aproximasse de uma ditadura, tendo como objetivo ser identificado como um regime democrático. Para tanto, articulou de diversas formas, em diversos setores, a construção de um suposto ideário de democracia visando a uma pretensa legitimidade<sup>72</sup> na sociedade brasileira, e uma dessas maneiras foi através de estratégias políticas, nas quais observa-se a “(...) preocupação no sentido de se manterem as instituições políticas herdadas do regime anterior, ainda que modificadas as suas funções e sua posição na estrutura de poder”<sup>73</sup>.

Com isso, o governo pretendia usar as instituições políticas como forma de demonstrar o seu suposto caráter democrático, contudo, adequando-as aos seus interesses. Dessa forma, “(...) o regime esboça seus primeiros passos no sentido de estruturar uma nova ordem política através da criação de um sistema bipartidário e da formulação de normas destinadas a reger seu funcionamento”<sup>74</sup>, e assim são extintos os partidos então existentes e formados, conforme a legislação imposta pelos militares<sup>75</sup>, dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional – ARENA – vista como partido da Revolução, e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB – entendido como a oposição legal.

Conforme Lúcia Grinberg, “(...) a Arena formou-se a partir de uma extensa rede de políticos organizados em cada município, provenientes tanto da UDN quanto do PSD, cuja organização em todo o território nacional era um dos seus valiosos capitais políticos”<sup>76</sup>. Ou seja, a grande maioria dos políticos da Arena era integrante dos dois dos maiores partidos políticos que existiam, e que revezavam o poder no período democrático (1945-1964). Observa-

---

<sup>72</sup> REZENDE, op. cit. 2013.

<sup>73</sup> KLEIN, Lúcia. Brasil pós-64: a nova ordem legal e a redefinição das bases de legitimidade. In: KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978, p. 29.

<sup>74</sup> Idem, p. 31.

<sup>75</sup> De acordo com Lúcia Grinberg, era objetivo do governo militar um sistema bipartidário no país, visto que o Ato Complementar nº 4 decretado em 20 de novembro de 1965 definia que “os novos partidos tinham que ser organizados a partir da iniciativa de membros do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores” (2009, p. 62). Sendo assim, só foi possível a criação de dois partidos de acordo com essas regras.

<sup>76</sup> GRINBERG, op. cit., 2009, p. 27.

se, então, um continuísmo político no novo partido cujos representantes já eram, em sua maioria, conhecidos da população.

Esse novo partido, a Arena, existiu durante boa parte da ditadura civil-militar (1965-1979), sendo um elemento fundamental para a legitimação do regime. Ele era instrumentalizado pelos militares para ratificar as decisões do governo, que haviam sido previamente acertadas, e passar à população a imagem de um respeito às instituições democráticas e o cumprimento de um rito político legal.

Além disso, é importante entender a Arena como um porta-voz do governo. O partido sancionava as suas decisões, mas também era uma fonte de representação e de reprodução do discurso e dos valores do governo militar. Sendo um “lugar onde se opera a mediação política”<sup>77</sup>, sua imagem era intrinsecamente ligada ao governo que representava e legitimava. Sua existência não é entendida fora da ditadura civil-militar, por mais que a grande maioria de seus integrantes não fossem novos políticos e expressassem a mesma tradição política de que já eram herdeiros. Nesse sentido, Serge Bernstein demonstra que:

(...) uma vez nascido, o partido político torna-se um organismo vivo que tem sua existência própria e proporciona a si mesmo os meios de durar. Se ele é mais que um fogo de palha (...), torna-se depositário de uma cultura política com a qual comungam seus membros e que dá origem a uma tradição, muitas vezes transmitida através das gerações. Dota-se de uma rede de representantes eleitos, da comuna ao Parlamento, que criam situações sólidas, constituem clientelas e asseguram sua comum perenidade graças a uma solidariedade obrigada e fecunda. Dispõe de uma imprensa (ou, em nossa época, de outros meios de informação) que lhe permite introduzir aos poucos na opinião pública as ideias que defende e que, para determinada parcela da opinião, se tornam, se são duradouras, verdades estabelecidas”<sup>78</sup>.

Diante disso, é fundamental observarmos como se deu a organização político-partidária campomaiorense nessa conjuntura em torno da Arena, sendo que foi neste partido que os políticos de Campo Maior, na sua esmagadora maioria, se filiaram durante o regime autoritário inaugurado com o golpe de 1964, uma vez que no parlamento campomaiorense o partido de

---

<sup>77</sup> BERSTEIN, op. cit., 2003, p. 60.

<sup>78</sup> Idem, p. 69.

oposição não exercia nenhuma influência política<sup>79</sup>, em outras palavras, o “MDB era sigla morta”<sup>80</sup>, haja vista que:

Ser da Arena implicava em, de alguma forma, disfrutar dos dividendos produzidos pelo regime nos tempos em que a expansão econômica acelerada produziu alguma sensação de otimismo frente aos êxitos do “milagre brasileiro”. Por outro lado, também significou colher a antipatia da parcela da sociedade que olhava de forma crítica para aquele regime ditatorial e seus apoiadores<sup>81</sup>.

Assim, toda a elite política de Campo Maior navegou junto no barco de apoio ao regime militar, por força de suas tradições, através de uma visão coletiva do mundo e de uma leitura partilhada do passado a partir do local que ocupava na sociedade<sup>82</sup>, mas também influenciada pelos benefícios políticos que poderiam lograr. Essa tendência foi comum. Contudo, havia aí um problema. Grande parte da elite política campomaiorense do período militar tinha suas raízes políticas na UDN e no PSD, partidos protagonistas em âmbito nacional e que na cidade se rivalizava na luta pelo poder, com os grupos ligados a Sigefredo Pacheco (UDN) e Francisco Alves Cavalcante (PSD). Com isso, esses políticos tiveram que se adequar ao novo sistema político, mas sem deixar de lado as históricas rivalidades políticas locais, fazendo com que a cultura política campomaiorense se destacasse no arranjo político das normas implantadas pelo governo.

Para acomodar as rivalidades existentes entre os políticos da UDN e do PSD, o governo militar propôs a subdivisão da Arena em sublegendas. “Mais do que um artifício para vencer o MDB, a sublegenda era uma maneira de garantir as candidaturas de membros da Arena que por longos anos tinham sido adversários em campanhas eleitorais”<sup>83</sup>. Esse artifício possibilitou a continuidade das relações políticas locais, pois “as sublegendas permitiam às lideranças políticas, muitas vezes adversárias partidárias durante o regime de 1945-1964, reunidas em um só partido, continuarem disputando cargos eleitorais entre si”<sup>84</sup>, mas também serviu para

---

<sup>79</sup> Durante boa parte da vigência do bipartidarismo na Ditadura Militar o MDB ficou sem representantes políticos na Câmara Municipal de Campo Maior, sendo que somente em 1976 teve um único vereador eleito. Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, disponível em <https://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1945-a-1992>.

<sup>80</sup> CHAVES, op. cit., 2018, p. 79.

<sup>81</sup> BAHIANSE, Daniel de Albuquerque. As convenções nacionais da Arena e o processo de disciplinarização do partido. **XXIX Simpósio Nacional de História**. Brasília, 2017, p. 15.

<sup>82</sup> BERSTEIN, 2009, op. cit.

<sup>83</sup> GRINBERG, op. cit., 2009, p. 70.

<sup>84</sup> GRINBERG, op. cit., 2009, p. 137.



garantir o apoio ao governo nos municípios, ou seja, uma estratégia política que favorecia ambas as esferas.

E assim ocorreu em Campo Maior. A Arena foi dividida em duas “alas”: Arena-1, ligada ao grupo político de José Olímpio da Paz, e Arena-2, integrada por políticos aliados de Sigfredo Pacheco. De acordo com Serge Bernstein<sup>85</sup>, compete às culturas políticas adaptar seus princípios originais aos problemas do presente, e a Arena em Campo Maior é expressão disso, uma vez que os grupos políticos que se rivalizavam pela disputa do poder local tiveram que se adequar ao sistema político imposto pelo regime militar, sem eliminar seus interesses, contudo colocando-os sob as aspirações políticas dos militares. Dessa forma, as elites políticas locais trataram de se organizar nessa conjuntura política, mantendo suas rivalidades locais, mas sem que isso trouxesse prejuízos ao governo militar, que era aplaudido por ambas as *Arenas*.

Como vimos, a criação da Aliança Renovadora Nacional (Arena), com rótulo de partido do governo, tinha como objetivo demonstrar que o Brasil vivia uma democracia em que as instituições políticas eram respeitadas. Entretanto, na prática o partido serviria apenas para chancelar as decisões do governo. Nas realidades municipais continuaram as disputas entre as elites políticas locais, divergências existentes já desde o seio de formação do partido. Em Campo Maior, já em 1970 evidenciamos os conflitos na sigla em decorrência do pleito eleitoral daquele ano, como podemos ver na matéria a seguir:

A Aliança Renovadora Nacional (ARENA-1) reuniu-se por várias vezes durante a semana passada discutindo a *possibilidade de um acordo* sugerido pela ARENA-2, a despeito próximo.

Durante as reuniões foi criada uma comissão para *entrar em entendimento* com a direção da ARENA-2. Esta comissão estava autorizada a ouvir os diretores da *Ala oposta* e a ARENA-1 quase nada pedia neste acordo, pois apoiaria o Deputado Estadual, Prefeito e 50% dos vereadores indicados pela ARENA-2. Note-se que apenas ficaria com o vice-prefeito e 50% dos vereadores.

(...).

Visto a *impossibilidade deste acordo*, a ARENA-1 parte para a campanha com seus *candidatos próprios* e com o povo que visa um bem-estar socioeconômico de nossa gente e de nosso município<sup>86</sup>.

<sup>85</sup> BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

<sup>86</sup> ARENA-1 terá candidato. **A Luta**, Campo Maior, 11 de ago. de 1970, s/p. Grifos nossos

Esta matéria do jornal *A Luta* nos permite perceber a existência de um conflito em torno da Arena no que concerne à formação de uma única chapa para concorrer às eleições de 1970. E esses conflitos não se davam apenas no nível da política municipal. Mesmo com o discurso de harmonia e unidade propagado pelo governo autoritário, haviam rivalidades internas na Arena do Piauí, por exemplo, que estava dividida em Arena I, ligada a Petrônio Portella, e Arena II, ligada a Alberto Silva: “São inúmeras as referências que confirmam essa fragmentação local, bem como a disputa dessas lideranças por influência no cenário político nacional (...)”<sup>87</sup>, como as disputas pelas cadeiras piauienses no Senado Federal em 1974 e 1978. Não obstante abrigados no mesmo partido, e contribuindo para a legitimação do governo militar no estado, Portella e Silva disputavam o título de principal liderança política do Piauí, conservando assim, nas regras do jogo político, as rivalidades políticas locais. Circunstâncias como essa existiam também na esfera municipal, o que evidencia disputas políticas tanto externamente, quanto

(...) no interior dessas agremiações. Esse último retrato trouxe para a Arena, desde o seu nascimento, a necessidade de conciliar as divergências ente grupos políticos regionais e/ou municipais nas bases políticas dos estados brasileiros, fazendo da discussão das sublegendas tema recorrente entre as primeiras agendas de debates do partido<sup>88</sup>.

Naquele ano, as alas da Arena em Campo Maior não convergiram em torno da disputa eleitoral e foram à campanha cada uma com seu candidato, já demonstrando uma fragmentação local do partido de apoio do regime militar, e evidenciando os conflitos políticos locais, como expressão da cultura política campomaiorense. Naquela eleição, Jaime da Paz e seu vice, Raimundo Helvécio Lima<sup>89</sup>, ambos da Arena-1, foram conduzidos à chefia do Executivo Municipal, sufragados com 3.767 votos<sup>90</sup>, derrotando a chapa da Arena-2, composta por Joaquim Mamede Lima e Maria Umbelina Soares, que obtiveram 3.429 votos.

Observamos, assim, uma ampla vitória da Arena-1 sobre a ala oposta, no placar de 7x2, demonstrando que a não realização do acordo entre as alas da Arena foi muito benéfico para esse grupo. Nessa configuração política, destacavam-se dois nomes nas lideranças das alas do partido, como vimos anteriormente, e nesse embate houve a vitória do ex-prefeito José Olímpio

<sup>87</sup> FONTINELLES, op. cit., 2015, p. 78.

<sup>88</sup> BAHIENSE, op. cit., 2017, p. 3.

<sup>89</sup> Foi um comerciante, empresário e político campomaiorense. Nasceu em 1917 e faleceu em 1993. Foi vereador por duas legislaturas, vice-prefeito de Jaime da Paz (1971-1973) e prefeito eventual.

<sup>90</sup> Dados obtidos no site do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Disponível em <https://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1945-a-1992>

da Paz<sup>91</sup> sobre o ex-senador Sigefredo Pacheco. Uma vitória que mostra a força desse homem no cenário político campomaiorense e que continuará a vigorar durante toda a década de 1970, como veremos. E, ainda, “(...) não houve eleições proporcionais para edis neste município, em face de existir apenas um partido político – a ARENA –, apesar de sua divisão em duas alas”<sup>92</sup>.

Desse modo, entendemos como se deram os conflitos políticos em Campo Maior já no início da década de 1970. As disputas internas na Arena local se iniciaram desde a composição do partido para o pleito, o que denota as divergências dentre a elite política campomaiorense que apoiava univocamente o regime, mas não deixava de lado suas tradições. Encontraram no sistema imposto as condições para a continuidade de suas práticas de disputas pelo poder. A partir disso, entendemos que:

Muito embora estivessem unidos em torno dos ideais “revolucionários”, e se mirasse o futuro como possibilidade de presente, os atores políticos abrigados na ARENA mantiveram tradições fundadas no passado e, também devido a isso, protagonizaram desencontros recorrentes, ainda que marcados por certa sutileza<sup>93</sup>.

Dois anos depois daquela eleição, os campomaiorenses iriam novamente às urnas escolher seu novo prefeito e vereadores. Naquele cenário, outra vez as alas da Arena campomaiorense teriam de se articular em torno daquele pleito. A Arena 1 era comandada por Jaime da Paz, Waldeck Bona e José Olympio da Paz, e a Arena 2 era chefiada por Sigefredo Pacheco. Em janeiro de 1972, as duas alas da Arena campomaiorense decidiram fazer um acordo para a formação de uma chapa única para a eleição do Diretório Municipal da Arena.

O resultado disso foi que a Arena 1 ficou com 6 membros do diretório (incluindo o presidente), um suplente do diretório, 2 delegados e 2 suplentes de delegados; a Arena 2 ficou com 5 membros do diretório, 2 suplentes do diretório, 1 delegado e um suplente de delegado<sup>94</sup>. Dessa forma, podemos perceber um interessante acordo realizado na Arena campomaiorense, visando a atender os dispositivos partidários, entretanto beneficiando ambas as alas no comando do partido em Campo Maior<sup>95</sup>. E essa conciliação serviria também para apaziguar as facções

<sup>91</sup> Foi prefeito de Campo Maior entre 31/01/1959 e 31/01/1963. Foi eleito para um segundo mandato em 1976, porém faleceu poucos meses depois de tomar posse, em 14 de abril de 1977.

<sup>92</sup> SAIU a relação dos vereadores eleitos. **A Luta**, Campo Maior, 12/12/1970, s/p.

<sup>93</sup> RABELO FILHO, op. cit., p. 127

<sup>94</sup> A Luta, 1972.

<sup>95</sup> Podemos notar uma leve vantagem da Arena 1, que contava com a maioria dos membros do diretório e com o presidente, mas nada que implicasse num amplo domínio daquele grupo político, pois a vantagem numérica não era expressiva e a Arena 2 tinha um ex-senador em seu quadro político, o que dava grande respaldo político a essa ala do partido governista.

municipais da Arena, que antes da oficialização da campanha eleitoral estavam se conflitando, como podemos perceber na matéria a seguir:

É do meu maior interesse a pacificação da Arena em nosso município” declarou o Dr. Sigefredo Pacheco ao repórter esta manhã. Disse o ex-senador da república que está disposto a fazer o acordo com o Diretório Municipal do Partido. Esclareceu, porém, que desde que se trate de um candidato à altura de dirigir Campo Maior, que, sem dúvida, com a importância que tem, imprescinde de homem inteligente, trabalhador, honesto, mesmo porque o nosso povo já se conscientizou, sabe distinguir os que possuem capacidade para dirigir<sup>96</sup>.

Essa fala do ex-senador explicita que havia na Arena em Campo Maior um embate em torno do domínio do poder local, algo que ultrapassava os limites das disputas locais permitidas pelo Executivo Nacional, realizadas no seio do próprio partido. Se Sigefredo Pacheco almejava a pacificação da Arena campomaiorense, entendemos que havia uma guerra, indo na contramão da imagem que os militares pretendiam passar à sociedade de que todos trabalhariam harmonicamente na construção do progresso do país.

É possível notarmos uma certa tensão na política campomaiorense naquele ano eleitoral, e Sigefredo Pacheco aparece com um importante conciliador, não só por chefe da uma ala da Arena, mas também por ter sido senador e exercer grande prestígio na política estadual e nacional, constituindo-se em um grande articulador político. José Olympio da Paz era o presidente do diretório municipal da Arena em 1972, líder da Arena 1, mas o Senador Sigefredo Pacheco, líder da Arena 2, exercia forte influência no partido uma vez que, cogitou-se ter apenas um candidato da Arena em 1970, pois caso o diretório municipal escolhesse um bom candidato, este poderia ter o apoio do senador<sup>97</sup>, sem a necessidade de que a outra ala da Arena lançasse seu candidato.

Sem dúvida, sua astúcia, influência e a experiência políticas seriam fundamentais para apaziguar e unificar as correntes da Arena com as lideranças municipais. Todavia, era preciso um candidato que agradasse os dois lados, e o velho político campomaiorense não descartou partir para a luta com seu candidato próprio<sup>98</sup> que, sem dúvida, resultaria em confrontos políticos em Campo Maior, não se adequando à narrativa harmônica expressada pelos militares.

---

<sup>96</sup> SIGEFREDO fará acordo. **A Luta**, Campo Maior, ano V, 29 jul. 1972, n° 224, s/p.

<sup>97</sup> A Luta, 1970.

<sup>98</sup> A Luta, 1972.

Porém, para evitar possíveis embates políticos que poderiam não ser benéficos para a elite política campomaiorense, as alas da Arena chegaram a um acordo e:

(...) o nome do odontólogo Dácio Bona foi apontado pelo Partido liderado por José Olímpio da Paz e aceito pela facção de Sigefredo Pacheco, pacificando-se das duas alas da Arena, como deseja a presidência nacional do partido. A palavra é de Dácio: “A prefeitura não me traz nenhuma cobiça e nem interesse particular. Tive que aceitar a minha candidatura porque desejava ver resolvido o problema partidário que veio resultar na conciliação”<sup>99</sup>.

Diante de um novo embate pela disputa do poder local, os chefes políticos de Campo Maior preferiram apaziguar suas divergências e proteger o discurso de unidade partidária divulgado pela Arena. Compreendemos, dessa maneira, que a conciliação das duas alas da Arena em Campo Maior ocorreu em torno de um homem representante de umas das principais famílias políticas campomaiorenses que já exercera o poder durante muito tempo em épocas passadas. Desta vez, no governo militar os Bona voltariam à Prefeitura Municipal dando continuidade à cultura política campomaiorense que se expressa nas relações entre tradicionais famílias políticas. Discutindo sobre as conciliações políticas historicamente existentes no Brasil, Rodrigo Patto Sá Motta nos mostra que:

A conciliação na tradição brasileira significa o acordo político “pelo alto”, envolvendo os grupos dirigentes e o Estado. Acomodação permite integrar este sentido e ampliá-lo, para incluir também arranjos em outros espaços sociais e institucionais, com envolvimento de outros atores, como intelectuais, acadêmicos e produtores culturais, e mesmo setores populares. Nem sempre se trata de acordos explícitos, mas, de arranjos tácitos, permitindo acomodar conflitos e tensões, tal como sugere a metáfora geológica que se encontra na raiz da palavra. Aspecto importante da acomodação é que ela envolve dois campos, ou dois lados, em um jogo de concessões mútuas. Para o jogo funcionar há que existir uma via de mão dupla, embora quase sempre se trate de situações de poder assimétricas<sup>100</sup>.

Com isso, notamos que a conciliação feita em Campo Maior em 1972 foi feita “pelo alto” e assegurou o domínio das elites políticas campomaiorenses. Acomodadas nesse jogo político, as forças políticas locais mantiveram seu poder e, concomitantemente, demonstraram estar em sintonia com o ideal de unidade forjado pelo regime autoritário. Pelo menos naquele ano, houve uma unificação das elites políticas campomaiorenses e o nome de um representante das mais tradicionais famílias políticas locais foi, sem dúvidas, de suma importância para isso.

<sup>99</sup> DÁCIO Bona quer vitória fácil. **A Luta**, Campo Maior, ano V, 13 ago. 1972, n° 226, s/p.

<sup>100</sup> MOTTA, op. cit., 2018, p. 119-120.

Este fato nos permite analisar as relações entre as elites e os partidos políticos. Como vimos, toda a elite política campomaiorense, que formara a UDN no município, filiou-se à Arena quando este partido foi criado no sistema político-eleitoral instaurado pelos militares. Dessa maneira, a elite política campomaiorense passou a jogar seus jogos políticos no campo estabelecido pelo estado autoritário, obedecendo suas regras, mas sem deixar de manter suas características, sua cultura política, que a notabilizava. Ou seja, a Arena passou a ser apenas o espaço no qual tais disputas aconteceriam, sem que o partido implicasse decisiva ou significativamente nas histórias rivalidades políticas locais. Nesse sentido, no âmbito de conflitos entre elites políticas, Manoel Ricardo Arraes nos mostra que:

(...) os partidos políticos revelam-se mais como instrumentos de convivência e disputas por recursos e como espaços da acomodação de interesses políticos das elites locais e menos como meios legítimos para a canalização, comunicação e expressão das necessidades da sociedade piauiense. Enfim, são enquadramentos artificiais para a alocação de demandas, exigidos pela legislação eleitoral<sup>101</sup>.

Naquele cenário, as forças políticas campomaiorenses foram canalizadas para a Arena, pelas condições já demonstradas, contudo sem que se alterasse a forma como se estabeleciam os conflitos locais, dito de outra forma, sem alterar a cultura política campomaiorense. Assim, é possível apreender as culturas políticas – e, no caso, a cultura política campomaiorense – “através das tomadas de posição das grandes famílias políticas de que elas são a expressão, as quais não se resumem aos partidos, que são apenas a sua forma organizada para a conquista e o exercício do poder (...)”<sup>102</sup>.

As disputas ocorreram através das alas dos partidos, exemplo da continuidade das históricas rivalidades políticas, e mesmo quando se pretendeu chegar a um consenso, a uma acomodação, o acordo veio por meio de uma tradicional família política que, através de todo o seu prestígio e influência, atendeu os interesses das duas facções da Arena no município, o que denota a força das elites políticas locais, o que não excluiu a concepção política de tais grupos, como nos alerta Lúcia Grinberg:

É importante destacar, igualmente, que a origem partidária oligárquica não exclui a marca ideológica ou a concepção de determinado projeto político. Além disso, o fato de um partido não ser marcadamente ideológico não significa que não tenha ideologia. Em muitos casos, inclusive, é mais

<sup>101</sup> ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982-1985**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Campinas: 2000.

<sup>102</sup> BERSTEIN, op. cit., 2009, p. 37.

adequado trabalhar com o conceito de cultura política. Não é à toa que homens de famílias e de partidos que, durante tantos anos, foram adversários políticos concordam em se unir em uma nova organização<sup>103</sup>.

Acontecidas as eleições municipais em 15 de novembro de 1972, Dácio Bona, candidato único, foi eleito com 6969<sup>104</sup> votos, junto com seu vice Ivon Pacheco. Campo Maior fazia parte dos 91% de municípios controlados pela Arena<sup>105</sup>, evidenciando o domínio do partido no Brasil, que tinha “seus redutos eleitorais localizados nos chamados “grotões”, em áreas menos urbanizadas, e, principalmente, nos estados das regiões Norte e Nordeste onde reinariam as oligarquias tradicionais (...)”<sup>106</sup>. Porém, surpreende o número de votos em branco, contabilizados em 2250, o que pode indicar uma insatisfação de uma parte da significativa população, já que que foi retirada do jogo político com aquela estratégia utilizada pelas elites políticas locais que, na prática, invalidaram o significado dos votos dos campomaiorenses.

Do mesmo modo, chama a atenção também a reeleição de quase todos parlamentares eleitos no pleito anterior<sup>107</sup>. Houve apenas uma novidade: o retorno de Joaquim Mamede Lima ao parlamento municipal, de onde ele saíra para disputar o comando da cidade em 1970, não obtendo êxito, como vimos. O que poderia explicar essa continuidade no legislativo campomaiorense? Um excelente trabalho desempenhado em um curto espaço de tempo? Ou a força de políticos campomaiorenses, detentores de um grande capital político que impede profundas alterações na política local? Acreditamos que esta última hipótese responde melhor a esse questionamento.

Tendo observado as disputas políticas em Campo Maior na primeira metade da década de 1970, analisemos agora as eleições municipais de 1976 que expressam com maiores detalhes e intensidade as formas como a cultura política campomaiorense se manifestou naquele período. O pleito de 1976 nos concede importantes informações para compreendermos a política e a cultura política campomaiorense no âmbito de um regime militar, pois,

Considerando que uma das variáveis mais importantes para o funcionamento de um sistema representativo é a existência de pessoas interessadas em

---

<sup>103</sup> GRINBERG, op. cit., 2009, p. 82.

<sup>104</sup> Dado obtido no site do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Disponível em <https://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1945-a-1992>

<sup>105</sup> REIS, op. cit., 2014.

<sup>106</sup> CARVALHO, Alessandra. As atividades político-partidárias e a produção de consentimentos durante o regime militar brasileiro. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Org.). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina, vol. 2 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 239.

<sup>107</sup> Dado do TSE-PI.

participar dessas instituições [partidos e eleições], não se pode compreender o regime autoritário sem acompanhar a continuidade da atividade política desses representantes, organizados partidariamente durante o período autoritário, inclusive em seu momento mais repressivo<sup>108</sup>.

Além disso, um outro fator colabora nesta empreitada: o jornal *A Luta*<sup>109</sup>, que se estabelece como o principal espaço de debates políticos neste ano, mas também porque passa a participar daquela disputa política e, de certa forma, sendo um canal de reprodução da cultura política campomaioreense, colaborando na construção de representações políticas na cidade.

Campo Maior é uma cidade pequena e as eleições, sobretudo as municipais, e se constituem em verdadeiros campos de ideias, debates e apostas políticas, e desde cedo mexem com a população nos anos eleitorais, que logo começam a especular quais serão os candidatos e quais articulações políticas serão feitas. Isso não foi diferente no período que está sendo estudado. Faremos um percurso pelo período eleitoral do ano de 1976, analisando os elementos que integraram aquela eleição e discutindo as relações estabelecidas na e pela elite política campomaioreense, no cenário municipal e também nacional.

Naquela eleição dois ex-prefeitos se apresentavam novamente à população disputando o cargo de Prefeito: José Olímpio da Paz, pela Arena-1, e Jaime da Paz, pela Arena-2. Os dois ex-prefeitos iriam se rivalizar em uma das mais acirradas campanhas eleitorais em Campo Maior, na qual ficariam evidenciadas muitas práticas tradicionais da cultura política campomaioreense. Além disso, outro elemento corrobora nesta análise, o jornal *A Luta*, que além de nos proporcionar importantes informações daquela campanha, participou ativamente do pleito, se colocando ao lado de uma das chapas, a Arena-2. Nas páginas do jornal, podemos perceber a efervescência contida naquela campanha:

Semana passada a campanha política, que já começou a agitar a cidade, chegou a um clima mais pesado, com a realização de comícios, propaganda volante, adesões e distribuição de boletins através de que foi feita uma amostragem de realizações num deles e em outro, muitas promessas, mirabolantes promessas, como se o povo, a essas alturas, já as tolerasse até mesmo por que impossível de serem concretizadas.

O boletim da Arena-2 descreve com precisão e clareza meridiana o que já foi feito na cidade e no município pelos ex-prefeitos Jaime da Paz e Raimundinho

---

<sup>108</sup> GRINBERG, op. cit., 2009, p. 167.

<sup>109</sup> Aqui trataremos apenas da participação do jornal nesta eleição, sem apresentar maiores informações sobre esse meio de comunicação. Faremos isso no próximo capítulo, quando abordaremos a relação do jornal com o regime e como ele contribuiu na elaboração de consensos ao governo militar na cidade de Campo Maior.



Andrade, agora juntos para prefeito e vice, respectivamente, trazem as fotografias de todos os candidatos que compõem a chapa.

O boletim da Arena-1 apenas promete, nada esclarecendo sobre a administração do Prefeito José Olímpio da Paz, durante os quatro anos que governou o município, o que é estranhável. Também nada disse a respeito das atividades do candidato Mamede Lima, na Câmara Municipal, durante duas legislaturas, que parece nada ter feito em benefício da terra, na qualidade de legislador<sup>110</sup>.

Naquela intensa disputa pela prefeitura de Campo Maior, o jornal *A Luta* se insere como um importante veículo de comunicação que não só contribui para noticiar aos eleitores informações dos candidatos, mas também é participante do processo político, construindo representações de ambas as chapas e, dessa forma, induzindo seus leitores a escolher um candidato em detrimento de outro. Por sua natureza, o jornal não era uma realidade política, mas se tornou político<sup>111</sup> pela forma como participou daquela campanha.

E, desse modo, os ex-prefeitos Jaime da Paz e Raimundinho Andrade são preferidos pelo noticiário para assumirem o comando municipal, mais uma vez. Por outro lado, os candidatos da Arena-2 são criticados pelo jornal que recrimina a administração de José Olímpio da Paz. Durante toda a campanha foi explícito o apoio do jornal à candidatura da Arena-1, divulgando entusiasticamente as atividades da chapa, como podemos observar a seguir:

Milhares de pessoas dos mais distantes recantos do município, além dos moradores do lugar, assistiram ao comício que a Arena-2 realizou no progressista povoado Lagoinha, na noite de domingo último.

Ao palanque armado defronte do mercado construído na administração de Jaime da Paz, a reportagem anotou as seguintes presenças: Jaime da Paz, acompanhado da esposa Mariema, Raimundinho Andrade, candidatos a Prefeito e Vice-prefeito, o deputado Carlos Augusto, Manuca, Guido, Aureliano, Jerônimo, João Alves, Cunha Neto e Ibernon, candidatos a vereador (...).

Grandemente aplaudidos pela multidão presente, falaram Jaime, Raimundinho, Manuca, Guido, Ibernon, Jerônimo, João Alves e Cunha Neto. O sr. Cavalcante, que reside no povoado Conceição, também fez uso da palavra e foi delirantemente aplaudido ao anunciar que iria fazer disparar o seu revólver para uma saudação a Jaime expôs uma foto do candidato. O fato foi fora de série<sup>112</sup>.

<sup>110</sup> POLÍTICA. *A Luta*, Campo Maior, 26 set. 1976, p. 4.

<sup>111</sup> RÉMOND, René. Do político. In: \_\_\_\_\_ (Org.) **Por uma história política** (tradução de Dora Rocha). FGV: Rio de Janeiro, 2003, p. 441-450.

<sup>112</sup> ARENA-2 promoveu grande comício em Lagoinha. *A Luta*, Campo Maior, 03 de out. de 1976.

Ao longo da campanha o jornal divulga, com detalhes, as atividades eleitorais dos candidatos da Arena-1, Jaime de Paz e Raimundinho Andrade, sempre colocando-os como os mais adequados para comandarem a cidade. A atividade política, que no regime militar foi marcada por instabilidade, exemplificada nas constantes mudanças realizadas na legislação partidária e eleitoral, é um meio pelo qual podemos analisar as relações dos políticos com diversos setores da sociedade. Por mais que o regime autoritário tenha provocado intensas mudanças em sua organização, as atividades político-eleitorais nos permitem compreender o como se deu o comportamento político na ditadura a participação da população nesse processo.

Em Campo Maior, e em outras cidades do Brasil, muitos políticos que exerceram cargos durante a ditadura já tinham uma experiência política, ou seja, já tinham uma identidade política consolidada perante a sociedade. Jaime e José Olímpio são exemplos disso e objetivavam manter suas tradições políticas e o apoio ao governo militar, procurando sociedade, com base em seus passados políticos, o respaldo para seu discurso e ações políticas.

Nesse processo, o que se constata é a existência de uma atuação incessante dos políticos por meio da qual as relações com o Estado autoritário são marcadas por enfrentamento, negociação, diálogo e influência. Por outro lado, participantes da competição eleitoral e, portanto, dependentes do voto, eles sempre viram a urgência de estabelecer contatos e relações com a sociedade, defendendo as demandas dos eleitores junto às esferas de decisão — locais, regionais ou federais<sup>113</sup>.

Como notamos, a elite política campomaiorense articulou a criação da Arena no município e, dessa forma, organizadas no partido do governo, as forças políticas locais continuaram a exercer seu domínio na cidade, conduzindo a população para o apoio partidário e eleitoral ao regime, tornando a Arena quase uma unanimidade na preferência dos campomaiorenses em boa parte da década de 1970. Sobre essa questão, Lúcia Grinberg nos alerta que:

(...) além de se atentar para o número de votos da Arena, é fundamental conhecer as pessoas que se candidataram e receberam esses votos, uma vez que o voto não é orientado apenas pela legenda, mas, em grande parte, pelo reconhecimento do candidato pelo eleitor. Quer dizer, é importante considerar que os candidatos da Arena representavam o movimento de 1964 e o novo regime, mas também possuíam vínculos com o eleitorado muito anteriores a 1964, representando muito mais do que isso<sup>114</sup>.

---

<sup>113</sup> CARVALHO, op. cit., 2010, p. 227.

<sup>114</sup> GRINBERG, op. cit., 2009, p. 30.

Jaime e Raimundinho eram velhos conhecidos da população campomaiorense, advindos de tradicionais famílias políticas, com destacado domínio socioeconômico na cidade e, sem dúvida, o apoio que manifestaram ao regime militar foi um elemento fundamental na legitimidade que governo alcançou em Campo Maior. Contudo, era essencial que mantivessem seus contatos com a população e, deste modo, contribuíssem também para o reconhecimento do regime na cidade.

Dessa forma, os comícios eram uma maneira de realização do contato entre as partes, e uma forma também de haver um contato da ditadura, de forma indireta, por meio dos políticos que apoiavam o regime, com a população, não um contato direto, mas um contato das ideias e representações construídas pelo regime. O jornal *A Luta* participou desse processo como um divulgador das ações de Jaime, articulando enfaticamente a campanha do ex-prefeito, portanto interferindo diretamente no voto do eleitor, procurando mostrar sua afinidade com os valores do regime, mas também com os anseios da população. Duas semanas depois o semanário volta a manifestar suas visões acerca do pleito municipal:

Apontamos na Seção Política a mesma imagem usada pela Arena-1 em sua campanha pelos palanques. Procuram a todo custo incutir o impossível na consciência de um povo que recebeu de 1966 a 1972 instrução suficiente para não ser mais enganado ou ludibriado com promessas de vésperas de eleições.

Por isso mesmo são considerados por seus próprios adversários como super-construtores. As obras estão aí mesmo vistas por todos. Não há que negar. (...).

A Arena-2 não entende pretende falar no que fez o prefeito de 1958 a 1962, nem tão pouco referir-se aos seus auxiliares de confiança. O povo sabe... Dizemos apenas do que fizemos... Está à vista de todos. (...).

As obras construídas pela dupla super-construtora são menos numerosas para quem quer enganar a opinião pública. É fácil negar, principalmente aqueles que se dizem dispostos a gastar o que possuem para eleger um candidato que não vai mexer em coisas suas...<sup>115</sup>.

Como ambos os candidatos já tinham ocupado o cargo de prefeito de Campo Maior, suas ações eram utilizadas para balizar suas campanhas, buscando, deste modo, legitimidade para suas candidaturas perante a população. Tendo o apoio do principal veículo de comunicação da cidade na época, as candidaturas de Jaime da Paz e Raimundinho Andrade passam a esboçar a ideia de que eles seriam superconstrutores, uma vez que, ocupando o Executivo municipal no

---

<sup>115</sup> AQUI a verdade. *A Luta*, Campo Maior, 17 out. 1976, p. 3

passado, eles teriam empreendido grandes obras na cidade. Inicialmente a ideia teria partido da oposição, numa forma de crítica, tendo sido, todavia, utilizada posteriormente pelo jornal *A Luta* visando a construção de uma imagem empreendedora daqueles que objetivavam novamente ocupar a prefeitura municipal e, assim, construir na população o imaginário que novos tempos de superconstruções<sup>116</sup> existiriam mais uma vez na cidade de Campo Maior.

Entretanto, não somente tais discursos apareceram naquela campanha. Por seu caráter acirrado, envolvendo dois grandes caciques da política campomaiorense, o pleito municipal de 1976 foi permeado também por querelas entre os grupos rivais que historicamente são presenciadas em Campo Maior em tempos de eleições. Não foi diferente naquela campanha, que foi marcada também por brigas entre apoiadores das duas facções, como podemos observar na matéria a seguir:

Dissemos aqui que a briga entre as duas facções políticas que disputam a chefia do município começara com os homens que fazem a Arena-1. Todo mundo na cidade é testemunha do fato.

Foi no comício do bairro de Fátima, aqui na cidade, quando alguns de seus oradores retalharam os candidatos da ala adversária. Para eles, Jaime da Paz e Raimundinho Andrade eram uns ladrões, uns irados, uns matadores, uns ambiciosos, uns traidores, etc. e tal.

Como não podia deixar de ser, veio a reação, passando os ofendidos a se defenderem das pechas que os seus adversários lhes assacaram. E de lá para cá não tem dado outra coisa: em suas defesas, os oradores da facção 2 fazem uma amostragem do que são e representam para C. Maior os candidatos e líderes da Arena-1. Quem mandou eles começarem?<sup>117</sup>.

“Quem mandou eles começarem?” Expressão comum e que não tem nada de mais, em se tratando de crianças que se desentendem em suas brincadeiras. Contudo, a expressão se refere a acontecimentos relacionados a uma campanha política que envolvia notáveis políticos campomaiorenses. Isso demonstra que:

Sempre pautando seus atos como verdadeiros e legítimos representantes de um povo que soube e sabe ser altivo e digno, nunca desrespeitando as populações que os recebem igualmente com dignidade e respeito, os homens que fazem a Arena-II realizaram nesta semana quatro grandes comícios em pontos equidistantes dentro do nosso imenso território, já quase todo percorrido pela caravana do progresso, à frente Jaime da Paz e Raimundo Andrade. (...).

---

<sup>116</sup> No próximo capítulo abordaremos a modernização de Campo Maior como elemento sobre o qual foi possível a construção de legitimidade do governo autoritário na cidade.

<sup>117</sup> POLÍTICA. *A Luta*, Campo Maior, 17 out. 1976, s/p.

Dia 6, a Arena-II deverá estar realizando à noite grande comício no povoado Jatobá, o último, talvez, da campanha em terras do interior do município. Detalhes no domingo que vem<sup>118</sup>.

Os comícios foram realizados em Boqueirão, Buritizinho, Angical e São Joaquim<sup>119</sup>. Tamanha foi a empolgação do escritor da matéria que com muito entusiasmo e euforia descrevia os acontecimentos daqueles comícios. Em um deles, uma criança de 12 teria tomado a palavra como um dos oradores improvisados e falado que “só estava com Jaime porque Jaime estava com o povo”, deixando todos perplexos<sup>120</sup>.

Como podemos observar, essa eleição possui elementos singulares que nos permitem uma análise histórica importante da cultura política campomaiorense em um período autoritário. Novos atores entram na cena política, tornando-a mais complexa em suas tramas, como o jornal *A Luta* na sua atuação na elaboração de ideias de ambas as chapas, no intuito de condicionar o voto de seus eleitores para uma chapa específica. Às vésperas da eleição o noticiário divulgou uma matéria cujo entusiasmo é muito marcante:

Preto ou branco, rico ou pobre. Esteja alerta e vigilante para que nossa terra não caia no marasmo e abandono de 20 anos atrás, quando o atual candidato ocupando o cargo de prefeito municipal durante 4 anos, demonstrou incompetência total. Nenhuma obra de relativo valor marcou sua passagem nesse quadriênio.

Caros eleitores! Todos os serviços de comunicação bradam sem sessar aquele slogan que diz: “Este é um país que vai pra frente”. Feliz realidade. Por que, então, só a nossa querida cidade há de retroceder no tempo e no espaço? Não podemos parar. Temos que agir. Temos de reconhecer que não é sorriso ou abraço que impulsiona o progresso e sim homens dinâmicos, possuidores de capacidade, liderança e tino administrativo e comprovado, qualidades estas reunidas nos dois maiores e melhores administradores de C. Maior, JAIME DA PAZ e RAIMUNDO ANDRADE. Suas realizações se fazem presentes em todos os recantos deste município, de onde esperam todo o apoio que merecem<sup>121</sup>.

Mais uma vez as experiências políticas com os candidatos do momento são trazidas ao presente como métrica de reconhecimento pelo serviço prestado na cidade. Em contraposição ao governo de José Olímpio da Paz, no início da década de 1960, Jaime da Paz e Raimundinho Andrade, teriam empreendido grandes obras na cidade e, dessa forma, impulsionado o otimismo campomaiorense em relação à ditadura. Ao citar expressões utilizadas pelo governo

<sup>118</sup> POLÍTICA- Grandes concentrações da ARENA II no interior. *A Luta*, Campo Maior, 31 out. 1976, p. 4.

<sup>119</sup> Ibidem.

<sup>120</sup> Ibidem.

<sup>121</sup> POVO honesto e consciente de C. Maior. *A Luta*, Campo Maior, ano IX, n° 428, 07 nov. 1976, p. 1

militar em seu projeto de propaganda política baseada na ideia de otimismo compreendemos como esse ideário se fez presente em Campo Maior e a maneira como foi articulado em torno de campanhas políticas municipais. A ideia do “Brasil Grande Potência”, que em âmbito estadual fora engendrada pelo governador Alberto Silva<sup>122</sup>, também se fez sentir no imaginário campomaiorense, e a sua lembrança era instrumentalizada no objetivo de obtenção de apoio político para determinados candidatos. Nesse sentido, Carlos Fico nos mostra que:

O “Brasil potência”, portanto, foi muito mais uma ideia-síntese. A um só tempo recuperou uma longa tradição de anseios e projeções sobre a grandeza brasileira e constituiu-se numa tática que buscava atrair para a aliança de capitais nacionais, estatais e internacionais a presença legitimadora das camadas médias, sempre interessadas em “desenvolvimento e segurança”<sup>123</sup>.

O período dos governos de Jaime e Raimundinho é relacionado com o do “milagre econômico” no intuito de se mostrar que foi nessa época, em que o país vivenciava um grande crescimento, que, sob o comando desses homens, a cidade se beneficiou desse impulso econômico. Se Campo Maior vivera períodos áureos em seu desenvolvimento, como no início da década de 1970, tendo Jaime da Paz e Raimundinho Andrade no comando do município, suas eleições significariam que novamente a cidade entraria nos trilhos do desenvolvimento. E, nessa confiança, o jornal continuava a esboçar seu entusiasmo na candidatura da Arena-1 na matéria:

Campomaiorenses. Nossa confiança é firme. Havemos de vencer a despeito de todas as táticas, estratégias e ardis aplicados para conquistar os nossos eleitores. Eles não vendem a sua consciência, porque são honestos e têm dignidade.

Dentro de cada eleitor consciente um grito de revolta na certa ecoou, ao ouvir da pessoa de um assessor barato, importado pela Arena-1, insultos e ultrajes contra a dignidade de Jaime da Paz. Perguntas injuriosas foram lançadas ao ar, sobre a integridade de nosso candidato. Pois é, minha gente, a resposta será dada de maneira honesta e convincente, com provas documentadas. Todos estão convidados para os próximos comícios da Arena-2, onde tudo será esclarecido por pessoas ilustres e idôneas<sup>124</sup>.

Cabe aqui abrir um parêntese na análise dessa disputa para mostrarmos como o jornal *A Luta*, embora se colocando em um dos lados da *arena* política campomaiorense, expressava

<sup>122</sup> FONTINELES, op. cit., 2015.

<sup>123</sup> FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 86.

<sup>124</sup> POVO honesto e consciente de C. Maior. **A Luta**, Campo Maior, ano IX, n° 428, 07 nov. 1976, p. 1.

seu apoio ao regime, e era um entusiasta da vitória da Arena e, portanto, do governo autoritário, nas eleições de 1976. Na última edição antes das eleições, o semanário trouxe na capa uma manchete bem destaca de um convite que o presidente Geisel fez à população naquela ocasião:



Imagem 01: Manchete da capa do jornal *A Luta* de um convite do Presidente Geisel aos brasileiros nas eleições de 1976<sup>125</sup>.

Tal matéria, divulgada na véspera da eleição, nos mostra o comprometimento do jornal com os valores e interesses políticos do regime. Trazer uma mensagem de conclamação do presidente na capa pode ser entendido como uma forma de conclamar os campomaiorenses à vitória do partido do governo, mesmo que não houvesse um candidato da oposição na disputa pela prefeitura (e no âmbito legislativo fosse ínfima a força do MDB); era, contudo, uma maneira de fazer com que a cidade se sentisse participante de uma vitória nacional do regime.

Nesse sentido, observando o alerta que nos faz Lucia Grinberg no estudo de partidos políticos, devemos “verificar como os agentes sociais interessados servem os partidos e como se servem deles”<sup>126</sup>. Igualmente, devemos perceber o partido como um “empreendimento coletivo da ordem da representação política”<sup>127</sup>. A partir disso, podemos compreender que não só a classe política estabelecia relações com o partido do governo, mas também toda a sociedade que era incentivada a se sentir pertencente dos valores e objetivos políticos e sociais produzidos pelo regime e transmitidos de variadas maneiras ao povo brasileiro, como, por exemplo, através da Arena.

<sup>125</sup> GEISEL conclama ampla vitória da Arena. *A Luta*. Ano IX, nº 429, 12 nov. 1976, s/p.

<sup>126</sup> GRINBERG, op. cit., 2009, p. 25.

<sup>127</sup> Idem.

Voltando à disputa local, na reta final o jornal sobe o tom da campanha empreendida em prol da chapa da Arena-2. Em nenhum momento o veículo de comunicação mascarou seu apoio a Jaime e Raimundinho, muito pelo contrário, suas páginas foram utilizadas como espaço de verdadeiras campanhas para os ex-prefeitos. Numa espécie de coroação da campanha eleitoral, foi realizado às vésperas da eleição um último comício, anunciado com forte entusiasmo pelo jornal:

Encerrando a campanha iniciada a 16 de agosto, abrangendo a todo o município desde as mais avançadas povoações até uma simples moradia, o centro da cidade e aos seus bairros, residências particulares e a zona suburbana, a ARENA-2 estará, daqui a pouco, na Praça Rui Barbosa fazendo seu maior e mais importante comício, devendo reunir no logradouro *número jamais alcançado em concentrações públicas*, quando a “mole humana” terá oportunidade de ouvir oradores famosos da estirpe de Raimundo Santana, um Olímpio Castro ou um Carlos Augusto de Araújo Lima.

Os professores Raimundo Monteiro de Santana, Decano da Universidade de Brasília, e Olímpio Castro, Diretor do Liceu Piauiense, além dos deputados, estadual e federal, Carlos Augusto e João Clímaco D’Almeida, chegarão à cidade ao cair da noite, sendo que a ilustre comitiva terá seu primeiro encontro com os campomaiorenses nas Cajazeiras, dali rumando para a Praça Rui Barbosa, onde, aproximadamente, 18 oradores se farão ouvir.

Não haverá mais a tão aguardada passeata que não teria similar na história política de Campo Maior, em face de proibição às passeatas pelo TRE.

*O povo honesto e consciente de Campo Maior, está convidado para participar da grande maratona política, de logo mais, quando a ARENA-II dará por terminada a sua campanha e irá aguardar, tranquila, as urnas, para sufragar os nomes aureolados de Jaime da Paz e Raimundo Andrade a maioria de seus candidatos à Câmara Municipal<sup>128</sup>.*

Toda a cidade era convidada para prestigiar aquele que seria o grande comício da, já tida como vitoriosa, campanha de Jaime da Paz e Raimundinho Andrade. A mensagem dos ex-prefeitos teria chegado a todos os cantos do município, na zona urbana e rural, e Campo Maior seria agraciada com tamanho acontecimento político, do qual participariam grandes nomes da política piauiense, simbolizando que a empreitada seria fechada com “chave de ouro”.

É importante notar a segurança da vitória transmitida pelo jornal. Os colaboradores do semanário sabiam que a disputa era acirrada, mas tinham conhecimento também da influência daquele meio de comunicação que, sem dúvidas, agiu como um importante articulador político,

---

<sup>128</sup> SANTANA, Carlos Augusto e Joqueira hoje na Praça Rui Barbosa. **A Luta**. Ano IX, n° 429, 12 nov. 1976, s/p. Grifos nossos.



uma vez que “A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social”<sup>129</sup>. Para eles, todo o esforço da campanha seria premiado com a vitória da chapa e era momento de aguardar tranquilamente o resultado das urnas.

Todavia, apesar de todo o esforço do jornal em promover a candidatura de Jaime da Paz e Raimundinho Andrade, a chapa da Arena-2 saiu vitoriosa na eleição. Em uma disputa apertada, José Olímpio da Paz e seu vice, Joaquim Mamede Lima, foram sufragados pelos campomaiorenses 8.418 votos<sup>130</sup>. O jornal *A Luta*, que tanto se empenhou na campanha da Arena-1, reconheceu a vitória da dupla de ex-prefeitos e seu prestígio político perante os campomaiorenses, e assim divulgou o resultado da eleição:

A vitória de José Olímpio da Paz foi a “maior dos últimos tempos”. Com uma diferença de 1240 votos, o ex-prefeito voltou ao comando da cidade de Campo Maior, demonstrando sua força e prestígios políticos, o que não quer dizer que seu adversário também não os tivesse. Percebemos que este pleito foi um acirrado combate e um duelo de grandes forças políticas que se digladiaram para retornar ao Executivo Municipal, expressando o domínio desses grupos políticos na cidade. Além da vitória da disputa pela prefeitura, a Arena-1 ainda conquistou 8 das 11 cadeiras em disputa na Câmara, impondo um amplo domínio na política municipal sobre o grupo que compunha a Arena-2, que conquistou apenas 3 cadeiras no Legislativo campomaiorense<sup>131</sup>.

Podemos perceber a força deste grupo político que teve o principal veículo de imprensa de Campo Maior como adversário na sua campanha, o que denota ainda mais seu poder político e a dimensão dessa vitória. Dois ex-prefeitos de Campo Maior, com grande capital político, oriundos de uma mesma família política, se digladiaram numa acirrada disputa pelo poder. Venceu José Olímpio da Paz, mas também a cultura política campomaiorense, que teve suas tradições conservadas, mesmo em um contexto de ditadura.

---

<sup>129</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. – São Paulo: Contexto, 1988, p. 21.

<sup>130</sup> Dado do TSE-PI

<sup>131</sup> ZÉ OLÍMPIO: a maior vitória dos últimos tempos. **A Luta**, Campo Maior, ano X, nº 430, 28 de nov. de 1976, s/p.

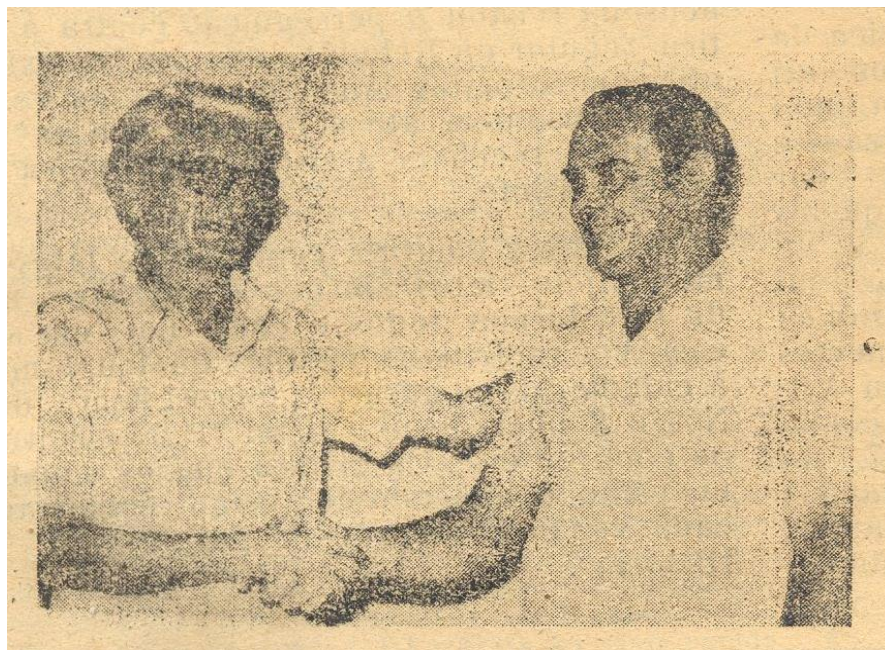


Imagem 02: Cumprimento dos dois candidatos ao Executivo Municipal de Campo Maior nas eleições de 1976<sup>132</sup>.

Essa imagem é muito simbólica para entendermos as tramas engendradas pela política campomaiorenses. Ao longo de sua história, a política campomaiorenses foi gerida por uma elite composta por grandes famílias, oriundas dos latifúndios e comércios locais, que se revezaram no exercício do poder, mantendo suas tradições através dos valores de sua cultura política. O golpe de 1964 contribuiu para o acirramento dessas disputas entre famílias políticas<sup>133</sup>, fato que notamos ao longo do capítulo, não obstante, percebemos as articulações das elites locais para manter seus privilégios. Mais do que um respeitoso cumprimento reconhecendo uma vitória política, a foto simboliza as conciliações que são feitas entre forças políticas locais no intuito de preservarem seus domínios, mesmo em face a um governo autoritário.

Entretanto, o prefeito eleito não pôde governar por muito tempo. José Olímpio da Paz faleceu meses depois de tomar posse, em 14 de abril de 1977, cabendo ao seu vice concluir mandato. Seu falecimento causou grande comoção na cidade, provocando diversas manifestações por parte da classe política e contribuiu para demonstrar a ligação que a população campomaiorenses tem com suas lideranças políticas.

<sup>132</sup> ZÉ OLÍMPIO: a maior vitória dos últimos tempos. **A Luta**, Campo Maior, ano X, nº 430, 28 de nov. de 1976, s/p.

<sup>133</sup> ARRAES FILHO, op. cit., 2000.

Essa eleição possui suas singularidades para entendermos as querelas na política campomaiorense. Dois ex-prefeitos, apoiadores do regime militar, se colocaram em lados opostos do mesmo partido para disputarem o voto dos campomaiorenses no desejo de retornarem ao comando municipal (ainda tem o fato de serem da mesma família). Naquela contenda, além da Arena-2, venceu também a cultura política campomaiorense com suas peculiaridades.

Essa disputa mostra que mesmo obedecendo a uma legislatura eleitoral engendrada pelo governo militar para fortalecer seu domínio político e reprimir as oposições, a política de Campo Maior manteve seus traços característicos com grupos locais, herdeiros de uma tradição política, rivalizando-se na luta pelo poder. Com isso percebemos a presença da cultura política campomaiorense nesse contexto político, uma vez que “As culturas políticas são construções que transcendem as instituições partidárias”<sup>134</sup>. Mesmo em um ambiente político totalmente diverso de seu costume, os políticos campomaiorenses mantiveram suas forças políticas e, concomitantemente, aplaudindo o governo militar em Campo Maior.

Assim, observamos que as rivalidades políticas locais não existiam no campo ideológico, porquanto as elites políticas locais lutavam para exercer o domínio na cidade, pois “(...) as disputas políticas da Arena sempre são tratadas como disputas regionais. Quer dizer (...) não seriam disputas ideológicas, mas disputas pessoais pelo poder”<sup>135</sup>. Quando se tratava dos valores propagados pelos militares os políticos campomaiorenses silenciavam suas divergências locais e passavam a proclamar juntos louvores à ditadura militar, legitimando esse governo perante os campomaiorenses.

Podemos perceber a continuidade de traços da cultura política campomaiorense, mesmo no contexto de uma ditadura que impôs profundas e radicais mudanças no sistema político brasileiro, o que denota que “uma cultura política pode pedir empréstimos e sofrer metamorfoses sem que, no entanto, seu “substrato filosófico” e muitas de suas “questões-chave” sofram alterações substanciais”<sup>136</sup>.

Desse modo, nos é possível inferir a existência de conflitos e consensos no que se refere à organização político-partidária de Campo Maior durante o regime militar. Tais relações são articuladas com o objetivo de manter os interesses locais, para o qual foi estabelecida uma

---

<sup>134</sup> MOTTA, op. cit., 2009, p. 24

<sup>135</sup> GRINBERG, op. cit., 2009, p. 82.

<sup>136</sup> REIS, op. cit., 2014, p. 14.

sintonia com o projeto político defendido pelos militares. E, nessa conjuntura, é a cultura política que costura os retalhos da conciliação e das disputas, dando forma ao tecido da política campomaiorense.

Observamos as convergências e divergências existentes entre os grupos políticos campomaiorenses daquele período e como a elite política local foi fundamental para a legitimidade da ditadura em Campo Maior. Entretanto, a rede de consentimento ao regime militar foi construída envolvendo outros segmentos sociais. É o que analisaremos no próximo capítulo, cujo enfoque é a relação entre a imprensa campomaiorense – mais especificamente um semanário local, o jornal A Luta – e o governo ditatorial, em que procuraremos dimensionar a participação daquele meio de comunicação nessa articulação de construções legitimadoras da ditadura civil-militar em Campo Maior.

## **2 O jornal *A Luta* e a construção de representações legitimadoras da ditadura civil-militar em Campo Maior**

Neste capítulo, discutiremos em que medida matérias veiculadas no jornal *A Luta*, semanário que circulou em Campo Maior entre 1967 e 1979, contribuíram pra difundir uma cultura política que favorecia a contemplação do regime militar na região, entendendo-o como um agente legitimador do regime. Durante sua existência, esse veículo de comunicação se constituiu como um importante divulgador das ideias e ações do governo autoritário no município campomaiorense, propagando uma imagem enaltecida do governo, destacando-se, dessa forma, na construção de sua legitimidade na cidade. Entendendo o jornal como um fabricante de imagens, sentidos e representações do governo militar em Campo Maior, problematizaremos esta mídia impressa como sendo um “lugar de memória” da ditadura em Campo Maior, uma vez que, pelas matérias enaltecidas do regime militar, ele se constituiu como um elemento de destacada participação na legitimação e construção de consensos da ditadura em Campo Maior.

### **2.1 História, imprensa e ditadura no Brasil**

Partindo da perspectiva de que o trabalho do historiador consiste na “fabricação” do passado, que Durval Muniz de Albuquerque Jr também define como uma arte de inventar o passado<sup>137</sup>, mediante o uso de materiais disponíveis – as fontes –, podemos apreender que os discursos sobre o passado, elaborados no presente, envolvem diversos elementos que são articulados pelo historiador. Nesse sentido, podemos analisar os fatos históricos como “as pedras utilizadas para a construção das paredes do edifício chamado história”<sup>138</sup>.

Com isso, queremos demonstrar a complexidade existente na análise histórica à qual nos propomos nesta dissertação, ou seja, objetivamos compreender a construção de representações legitimadoras do regime militar em Campo Maior, problematizando, para tanto, a configuração histórica dos elementos envolvidos nessa conjuntura aqui apresentados e problematizados. Assim, analisamos alguns componentes pertencentes à “ampla aliança social entre civis e militares”<sup>139</sup> que foram imprescindíveis para a legitimação da ditadura na cidade,

---

<sup>137</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história — Bauru, SP: Edusc, 2007.

<sup>138</sup> PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 54.

<sup>139</sup> REIS, op. cit., 2014, p. 47

sem os quais entendemos que não seria possível a constituição de Campo Maior como um espaço de evocação de louvores ao estado autoritário.

No intuito de averiguar as redes de consentimento ao regime autoritário que foram articuladas em Campo Maior, as formas como foram praticadas, e quais elementos da sociedade local foram utilizados nessa tessitura sócio-política, no decurso desta parte de nossa investigação histórica analisaremos algumas “pedras” utilizadas na construção do nosso objeto de estudo, sem deixar, todavia, de problematizar sua própria constituição enquanto documentos através dos quais podemos compreender os fatos históricos trazidos à luz neste trabalho, pois, como nos alerta Michel Foucault, a tarefa primordial da história passa a ser não mais interpretar o documento, mas sim:

(...) não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações<sup>140</sup>.

Desta maneira, ao apresentarmos as peças dessa engrenagem histórica e discutirmos a sua participação neste processo, é indispensável questionarmos as condições de sua emergência e vigência no período em estudo, uma vez que isso se configura de suma importância para compreendermos as relações entre estado e sociedade na ditadura militar. É preciso, pois, analisar a composição das “pedras” com as quais este edifício da história foi construído, para dimensionarmos a sua resistência aos ataques, às erosões, ao tempo. Pois:

As redes de consentimento com o regime político que dava sinais de sua face ditatorial eram tecidas de formas diferenciadas, pois protagonizadas por atores com distintas trajetórias políticas e partidárias. Apoiar a “revolução” e se situar à sombra dos propósitos “revolucionários” pareciam interessar a muitos. Os comportamentos e atitudes cambiantes dos grupos políticos muito bem sinalizavam tais finalidades<sup>141</sup>.

Como vimos no capítulo anterior, a própria política campomaiorense foi fundamental para que o regime autoritário fosse legitimado na sociedade local. A elite política do município

---

<sup>140</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber** -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 7.

<sup>141</sup> RABELO FILHO, op. cit., 2014, p. 120.

se fez porta-voz dos valores e ideias do novo governo e, numa espécie de intercâmbio político, manteve suas tradições fazendo prevalecer a força da cultura política campomaiorense. Esta, por sua vez, manifestou sua influência em outras esferas da sociedade campomaiorense, sendo elemento fundamental nas produções de legitimação e consentimento à ditadura elaboradas em Campo Maior. Debruçar-nos-emos, pois, neste capítulo na análise de uma peça imprescindível nessa articulação: o jornal *A Luta*.

Conforme nos alertam Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat, devemos compreender “os regimes autoritários e ditaduras como produto social”<sup>142</sup>. No período democrático houve a construção de uma arquitetura da memória da sociedade sobre o período militar, na qual se colocava a ditadura de um lado (tempo de trevas) e nova república de outro (reino da cidadania)<sup>143</sup>. Assim, à medida em que novas relações políticas, sociais e culturais eram construídas no regime democrático pós-1985, a sociedade brasileira procurou apagar da memória da ditadura a sua participação na articulação do golpe que derrubou João Goulart e que, posteriormente, foi base de sustentação do regime autoritário. Sendo assim, nessa complexa rede de relações políticas, sociais e culturais:

(...) interessa verificar concretamente como os consensos foram criados; como as acomodações de interesses fizeram-se em regime autoritários através de mecanismos traduzidos em ganhos materiais e/ou simbólicos para as sociedades. (...) entender como os ditadores foram amados – quando se trata de ditaduras pessoais – não porque temidos, mas, provavelmente porque expressavam valores e interesses da sociedade que, em dado momento, eram outros que não os democráticos<sup>144</sup>.

A partir disso, podemos compreender que o apoio que a sociedade brasileira, em sua grande maioria, concedeu ao regime militar não foi fruto somente da política repressiva, opressora e autoritária imposta pelo governo; devemos, entretanto, considerar que os estratos da sociedade que legitimaram a ditadura reconheceram no regime seus anseios sociais, haja vista que “são os valores e as referências, as culturas políticas que marcam as escolhas, sinalizando relações de identidade e consentimento, criando consensos, ainda que com o autoritarismo”<sup>145</sup>.

---

<sup>142</sup> ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, vol. 2 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 11.

<sup>143</sup> REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

<sup>144</sup> ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha, op. cit., p. 17.

<sup>145</sup> Idem, p. 14.

É neste cenário que está inserido o jornal *A Luta*. Este periódico existiu em Campo Maior entre 1967 e 1979, entre o auge e o declínio da ditadura. Portanto, tem sua existência marcada pelos traços do governo autoritário, em diferentes fases de sua vigência no país. Dessa forma, se fez necessário alisarmos como o jornal contribuiu para a criação de imagens e discursos sobre o regime militar para compreendê-lo como um mecanismo de legitimação desse regime em Campo Maior-PI.

A compreensão do comportamento político desse semanário local para a legitimação do regime militar em Campo Maior é importante para entendermos como ele colaborou para a construção de representações positivas do governo naquela pequena cidade piauiense, pois “embora seja importante destacar o caráter autoritário do regime, marcado pela tortura e perseguição sistemática contra a oposição política, é necessário recusar a dicotomia e assinalar a complexidade nas relações constituídas entre civis e militares”<sup>146</sup>.

Mesmo tendo características autoritárias, o governo militar rejeitava a ideia de ser identificado como uma ditadura, ao contrário, queria passar aos brasileiros uma imagem de que era o guardião da democracia, da ordem e da segurança da nação, ideias pelas quais o golpe fora justificado, e a partir das quais se buscava alcançar legitimidade. Procurava ser identificado como representante de um regime democrático, que teria sido defendido pela “revolução de 1964” e afastado a ameaça comunista, e para isso buscava de várias formas alcançar sua legitimidade perante a população brasileira, como demonstra Maria José de Rezende:

(...) o regime lutava para construir um sistema de valores e ideias visando sedimentar na sociedade como um todo a crença de que o movimento de 1964 somente se legitimava porque ele expressava sob todos os aspectos os interesses do povo brasileiro. (...) o regime buscava incessantemente fórmulas de aceitabilidade no interior dos diversos setores sociais<sup>147</sup>.

Uma das maneiras de transmitir à população uma imagem positiva de seu governo foi através da imprensa. Os militares fizeram uso dos meios de comunicação para demonstrar as grandes ações empreendidas no país e mostrar aos brasileiros que o Brasil estava no caminho certo em suas mãos, pois, como afirma Maria Helena Rolim Capelato, através da imprensa “(...)

---

<sup>146</sup> ZIMMERMANN, Ana Carolina. **O golpe vira uma festa**: o 31 de março de 1964 nos discursos e práticas cívico-patrióticas (1970-1971). Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020, p. 20.

<sup>147</sup> REZENDE, op. cit., 2013, p. 33-34.



se trava uma constante batalha pela conquista de corações e mentes”<sup>148</sup>, sendo que ela foi um meio fundamental pelo qual os militares pretendiam inscrever o período na história do Brasil.

Nesse sentido, é importante ressaltar o papel da imprensa na legitimação – ou o contrário, na produção e propagação de imagens negativas – dos regimes políticos, funcionando como um importante veículo de ligação entre o governo e a sociedade. Dessa forma, ela “(...) constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social”<sup>149</sup>. Através da imprensa, os militares dialogavam com a população na construção da nação brasileira, preservando seus valores e supostos ideais democráticos, bem como no combate ao que colocava a sociedade em risco.

Dessa maneira, a imprensa se constitui em uma importante fonte histórica através da qual podemos entender diversas relações presentes na sociedade. Em momentos de tensões políticas, como na ditadura civil-militar, é imprescindível sua utilização para compreender suas relações políticas, uma vez que seu uso não era somente para a divulgação e valorização do governo em vigor, mas também um lugar em que os militares exerciam seu poder através da censura, que ocorreu de diferentes maneiras ao longo do regime.

A censura já existia no Brasil antes mesmo do golpe de 1964, mas de acordo com Beatriz Kushnir, o governo militar montou um arcabouço legislativo para dar uma cara ao regime<sup>150</sup> e, nesse sentido, as formas de censura foram melhor operacionalizadas para que se tivesse um maior controle do que era publicado. “Os governos do pós-1964 criaram jurisprudências, e essas serviram como uma capa de legalidade. Atos como banimento, pena de morte, expulsão do país, censura prévia, são terríveis, mas eram legais. Ou seja, eram por lei e pela força bruta”<sup>151</sup>.

Nesse sentido, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) permitiu ao regime uma “atividade censória mais sistemática”<sup>152</sup>, atingindo os veículos da imprensa, mesmo aqueles que apoiaram o golpe em 1964, fazendo com que se movimentassem para o lado da oposição. Dessa forma, percebemos como a imprensa está inserida em um contexto repleto de tensões políticas, que se

---

<sup>148</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. – São Paulo: Contexto, 1988, p. 13.

<sup>149</sup> Idem, p. 21.

<sup>150</sup> KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. (Tese de Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas – Campinas-SP, 2001.

<sup>151</sup> Idem, p. 122.

<sup>152</sup> FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano; volume 4), p. 156.

refletem nas suas produções midiáticas. Mesmo não se constituindo como uma mídia da chamada imprensa empresarial, o jornal *A Luta* também estava imerso nesse contexto e nos ajuda a compreender as questões políticas e sociais daquele período, pois:

Lugar de representações e particularidades do real, a imprensa constitui uma vitrine de pensamentos e práticas, de projetos políticos e ideias. Além disso, é local privilegiado para se observar os discursos do cotidiano e qual o entendimento que os homens têm do seu próprio tempo. Além de ser órgão de informação, pode exercer papel de reflexo ou de guia de grupos de pressão diversos, políticos ou financeiros. Pela sua disposição em forma de mosaico, o jornal deixa representar uma imagem dos fatos selecionados a respeito do que acontece em uma comunidade<sup>153</sup>.

Sendo um “lugar de representações e particularidades do real” a imprensa seleciona aquilo que deve ser divulgado, baseando-se em concepções políticas, ideológicas e sociais, formando, assim, esse ‘mosaico’ citado pelo autor, que representa o conjunto dos aspectos sociais presentes no jornal. É preciso compreender que através dessa ação a imprensa pode manipular o pensamento do leitor em determinada circunstância e quando ela é usada por grupos políticos para esse fim se torna um importante aliado na difusão dos projetos e ideais de governos e pessoas, mesmo que seja uma pequena imprensa, de influência em uma pequena região.

## 2.2 O jornal *A Luta* e a ditadura civil-militar em Campo Maior

É em Campo Maior, em 1967, que foi criado o jornal *A Luta*. Fundado por Raimundo Antunes Ribeiro, mais conhecido como “Totó Ribeiro”<sup>154</sup>, este jornal nasce em um período de fortes tensões políticas no Brasil, no contexto de um governo militar, e, mesmo estando distante geograficamente do núcleo daquelas tensões, sofreu influência daquele momento em sua produção, sendo, assim, uma forma de percebermos a relação da cidade de Campo Maior com o projeto político em vigor no Brasil e vice-versa. Nas páginas daquele noticiário é possível

---

<sup>153</sup> ROSA, op. cit., 2012, p. 26.

<sup>154</sup> Raimundo Antunes Ribeiro foi um político, jornalista e teatrólogo de Campo Maior. Nasceu em Manaus (1907), mas viveu e faleceu em Campo Maior (1992). Era técnico em contabilidade e maçom, e também foi funcionário público municipal. Além do jornal *A Luta*, fundou os jornais *O Labor* e *O Operário*, ambos em Floriano-PI. E em Campo Maior contribuiu também nos jornais *A Voz do Jenipapo* e *Heróis do Jenipapo*.

percebermos seu ponto de vista em relação à ditadura imposta em 1964, assim como a imagem que passava aos campomaiorenses da situação política nacional da época.

O caráter artesanal é a principal marca deste periódico que era gerenciado por pessoas que “compunham o grupo letrado local, além de, muitas vezes, fazerem parte também do que seria a elite econômica”<sup>155</sup>. Durante sua existência, muitas pessoas colaboraram com a produção do jornal *A Luta*, escrevendo textos sobre diversos fatos da cidade e circunvizinhança, o que expressava uma diversidade de opiniões políticas, sociais e culturais dos fatos divulgados em suas páginas. Sobre a tiragem e circulação do jornal, Raimundo Nonato Bittencourt Pereira nos revela que:

O periódico circulava uma vez por semana, normalmente no sábado ou domingo, tendo uma tiragem em torno de 200 exemplares, quantidade que às vezes era maior, quando os gestores do jornal consideravam que havia alguma notícia mais impactante, que poderia chamar atenção de um público maior, sendo impresso em formato tabloide, caracterizando-se por não almejar o lucro<sup>156</sup>.

Podemos observar, desse modo, uma baixa tiragem e circulação do jornal, o que nos permite compreender que sua leitura era limitada a um pequeno número de pessoas da cidade, que teriam condições – financeiras e sociais – de consumir esse produto na realidade de socioeconômica da grande maioria da população campomaiorense. Não obstante, ele reflete as ideias, pensamentos e comportamentos de grupos sociais campomaiorenses e suas relações com outros espaços e com os acontecimentos com os quais tomava conhecimento, dentre eles, os desdobramentos da ditadura civil-militar.

Em suas páginas, o *A Luta* continha diferenciados espaços em que seus colaboradores divulgavam seus pensamentos e opiniões sobre variados assuntos<sup>157</sup>, trazendo na capa as principais notícias de cada publicação, dando destaque aos fatos relacionados à política, à cultura, à sociedade e personalidades locais. Com o passar do tempo, o impresso foi tendo sua produção melhorada, passando, inclusive, a divulgar algumas imagens, o que não é percebido nas edições de seus primeiros anos.

---

<sup>155</sup> PEREIRA, Raimundo Nonato Bittencourt. **O jornal A Luta e as representações acerca da modernização urbana e progresso de Campo Maior-PI (1967-1979)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História: Porto Alegre -RS, 2020, p. 14.

<sup>156</sup> Idem, p. 14.

<sup>157</sup> O jornal era dividido em várias partes em suas edições, as quais podemos citar: Nossa Integração, A Luta Sociais, Comentando, Esporte, entre outras, que expressavam as opiniões de seus colaboradores sobre variados conteúdos, locais, nacionais e internacionais.

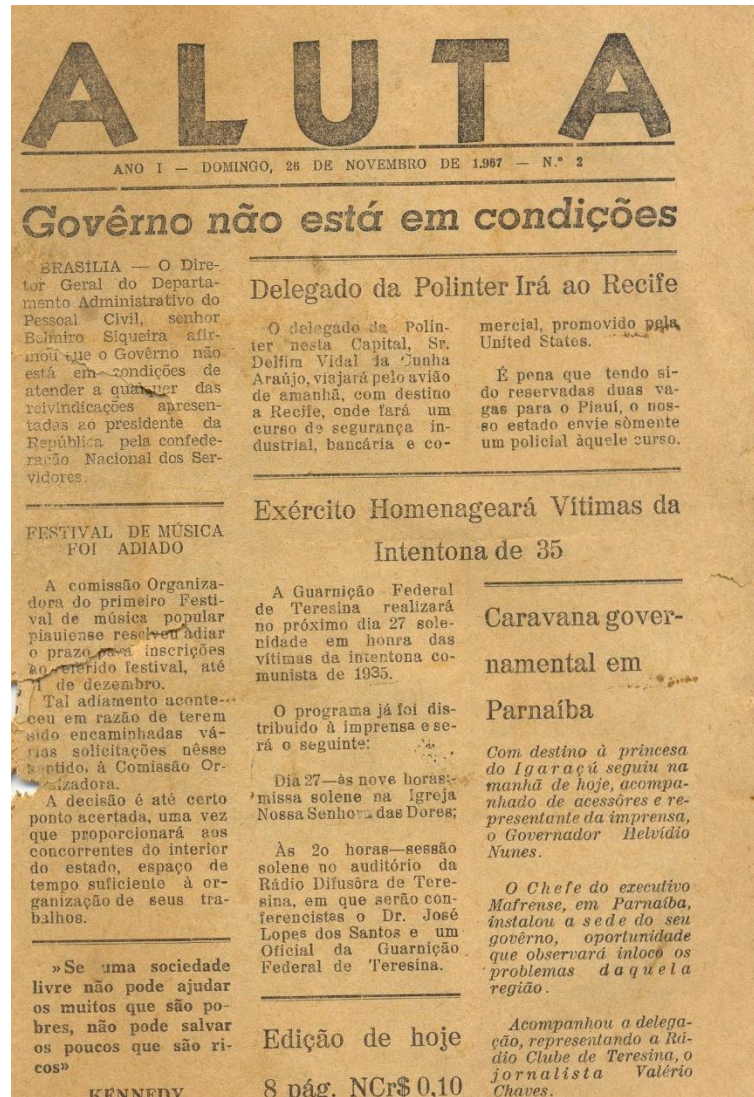


Imagem 03: Capa da segunda edição do jornal *A Luta*<sup>158</sup>

O jornal existiu até 1979, quando em 19 de novembro daquele ano teve seu último número publicado, sendo que as condições financeiras foram fundamentais para que o periódico encerrasse suas atividades<sup>159</sup>. Ao longo de 12 anos de existência, divulgou inúmeros fatos da cidade e da região, levando ao conhecimento dos campomaiorenses eventos da cidade, do estado, do país e do mundo. Entretanto, também foi um importante mecanismo de divulgação de ideias e valores do governo militar, contribuindo, dessa forma, para que a cidade se inserisse no projeto político do regime em vigor no Brasil.

O semanário fruto, configuração histórica de Campo Maior no período, e também da vontade de seu fundador, Totó Ribeiro, de se ter um jornal que circulasse na cidade e que

<sup>158</sup> GOVERNO não está em condições. *A Luta*. Ano I, 26 de nov. de 1967, nº 2, p. 1.

<sup>159</sup> ROSA, op. cit., 2012.

possibilitasse aos seus moradores conhecer e entender os principais acontecimentos da região, era mantido pela venda dos exemplares, que ocorria de porta em porta, ou seja, não era financiado por grupos políticos ou empresariais, o que fazia com que o jornal se denominasse “independente”<sup>160</sup>.

E a dificuldade financeira foi um dos motivos de seu fechamento. Contava com métodos artesanais de produção em que “(...) era utilizado um componedor, objeto no qual as letras eram colocadas uma por uma para a formação das palavras, que eram, posteriormente, alocadas em uma chapa para impressão, realizada em uma máquina movida a pedal (...)”<sup>161</sup>, e seus colaboradores eram pessoas de vários segmentos da sociedade campomaiorenses: professores, comerciantes, políticos, etc.<sup>162</sup>

Além das transformações em sua estrutura urbana, nas décadas de 1960 e 1960 Campo Maior presenciou também a chegada de novos signos de modernidade, que simbolizavam o progresso que a cidade estava vivendo, como a luz elétrica, a água encanada, cinema, automóveis, etc. Assim, aos poucos a cidade foi convivendo com novos elementos que modificavam o viver urbano e as relações entre os campomaiorenses e destes com outros espaços e pessoas. É nesse contexto que está inserido o jornal *A Luta*, pois este veículo de comunicação era tido, por ele próprio, inclusive, como um símbolo da modernização pela qual passava Campo Maior. Em uma mensagem de aniversário de um ano do *A Luta*, o semanário assim se percebe:

Há um ano decorrido – em 19 de novembro de 1967, este órgão circulava pela primeira vez, preenchendo, de logo uma acentuada lacuna no seio do povo campomaiorenses. Com efeito, a inexistência de um jornal, numa cidade como Campo Maior, já era algo em desacordo com o progresso da cidade e o nível de desenvolvimento intelectual do seu povo. Assim é que surgiu A LUTA, fruto do esforço e do idealismo desse incansável batalhador pelas justas causas desta terra – o jornalista Raimundo Antunes Ribeiro<sup>163</sup>.

O advento de um jornal em Campo Maior era celebrado por ser um indicador de que a cidade estava consumindo elementos que notabilizariam seu caminho rumo ao progresso, ao desenvolvimento, à modernidade. O *A Luta* expressa esse sentimento de satisfação dos

---

<sup>160</sup> ROSA, op. cit., 2012.

<sup>161</sup> PEREIRA, op. cit., 2020, p. 33.

<sup>162</sup> Idem.

<sup>163</sup> UM ano de luta. *A Luta*, Campo Maior, ano I, nº 53, 17 nov. 1968, p. 3.

campomaiorenses que acessavam a esse veículo de comunicação, cuja existência era desejada por aqueles que aspiravam à modernidade na cidade. Com apenas um ano de existência, o jornal já provocava interferências no cotidiano de parte dos habitantes locais e já se constituía como um importante elemento social de Campo Maior, na visão daqueles que poderiam consumir seu conteúdo.

Esse jornal se relacionava diretamente na vida dos habitantes da cidade. Em sua dissertação de mestrado sobre o *A Luta*, José de Ribamar de Sena Rosa mostra como era essa relação do jornal com a cidade de Campo Maior, destacando que houve um “(...) envolvimento “simbiótico” com a sociedade local, se envolvendo e participando das práticas sociais e cotidianas da cidade e de sua população, vivenciando rupturas e movimentos do tecido social<sup>164</sup>”. Além disso, “Naqueles primeiros anos, além de novidade, era visto como sinônimo de progresso, lugar onde a população local buscava se informar”<sup>165</sup>.

Para além dessa questão, observamos uma íntima relação do jornal *A Luta* com a cultura política campomaiorense, divulgando seus valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas, e suas inspirações de projetos para o futuro<sup>166</sup>. E, a partir disso, entendemos a atuação do jornal *A Luta* como um “vetor”<sup>167</sup> dessa cultura política campomaiorense, uma vez que esse periódico muito contribuiu para a reprodução dessa cultura política na cidade, por mais que não tenha suas origens e manutenção ligadas grupos políticos ou empresariais.

Logo, esse jornal se constitui em uma ferramenta imprescindível para entendermos a organização da sociedade campomaiorense no contexto do regime autoritário em vigor, não só por levar aos cidadãos um certo conhecimento do que se passava no Brasil – e no mundo<sup>168</sup> – mas também por, através de sua linguagem e de temas abordados estar diretamente envolvido nos espaços e ambientes de Campo Maior, fazendo com que a cidade e seus moradores se identificassem em suas publicações.

Não obstante não se tratando de um veículo da grande mídia empresarial, o estudo sobre as representações construídas pelo jornal *A Luta* acerca do regime militar em Campo Maior é

---

<sup>164</sup> PEREIRA, op. cit., 2020, p. 29-30.

<sup>165</sup> Idem, p. 50.

<sup>166</sup> MOTTA, op. cit., 2009.

<sup>167</sup> Idem.

<sup>168</sup> José de Ribamar de Sena Rosa (2012) afirma que a grande maioria dos editoriais do jornal tratavam de assuntos do cotidiano da cidade, entretanto há matérias que abordam aspectos nacionais e internacionais, como veremos adiante.

importante por este ser o principal meio de comunicação da cidade no período, que durante a sua existência (1967-1979) produziu diversas imagens e discursos sobre a cidade, indivíduos, grupos políticos, tanto local como nacionalmente. Dessa forma, contribui para revelar que ideia o jornal tinha do regime militar e como foi importante na fabricação de consensos à ditadura na cidade “por sua capacidade de influenciar a formação da opinião, ou melhor, das opiniões do público e da sociedade, em uma época em que a televisão ainda estava em consolidação”<sup>169</sup>.

Com isso, ao usarmos esta fonte para entendermos o discurso do governo militar em Campo Maior, faremos aquilo que Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto sugerem, procurando compreender este meio de comunicação “(...) como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe”<sup>170</sup>.

Naquele contexto de forte polarização política, o jornal optou por se posicionar favoravelmente ao regime em vigor. O fato de Campo Maior ser uma pequena cidade, e o jornal ter uma circulação limitada, não eram motivos para que os redatores não se preocupassem com a censura praticada pelos militares, haja vista que na cidade tinham acontecido algumas prisões, no início da ditadura, de pessoas tidas como comunistas, como Antônio Damião de Sousa (fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e Luís Lopes (mais conhecido como Luís Edwiges, que era membro das Ligas Camponesas<sup>171</sup>). Essas prisões são exemplo de ações anticomunistas que aconteceram em Campo Maior na década de 1960, frutos de Operação Limpeza, praticada pelos militares pouco depois do golpe de 31 de março de 1964. Além disso, Celson Chaves afirma a existência de pressão política contra o jornal de forma implícita. Para o autor:

---

<sup>169</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. In: **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 63.

<sup>170</sup> CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. In: **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 257, dez. 2007.

<sup>171</sup> Ambos foram presos nos meses seguintes ao golpe em Campo Maior, por serem líderes de movimentos de esquerda na cidade, e por reivindicarem medidas que beneficiassem os trabalhadores pobres. De certa forma, essas prisões contribuíram para silenciar movimentos opositores ao regime na cidade. Luís Edwiges nasceu em 1929, no povoado Marinhos, Campo Maior-PI, local onde sempre viveu e começou sua luta por melhorias na vida e no trabalho dos trabalhadores rurais. Antonio Damião de Sousa nasceu em 1935, em Campo Maior, e se destacou na luta dos trabalhadores rurais, principalmente na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Maior, em 1963, em que foi seu primeiro presidente, como vimos anteriormente.

Por sua independência editorial<sup>172</sup>, a gazeta *A Luta* passou a sofrer pressão política ao ser vigiado de forma implícita pelo regime militar. O jornal foi utilizado não ideologicamente (pois seu próprio fundador era um ferrenho crítico do regime autoritário), mas *induzido*<sup>173</sup> a veicular matéria de interesse do regime militar para não ser considerado um pasquim subversivo e conseqüentemente ser fechado como tantos outros no Brasil nesse período da história nacional<sup>174</sup>.

Não se tem notícia de como teria sido feita essa pressão no jornal, no entanto, é possível cogitarmos que, de alguma forma ela pode ter acontecido, ou até mesmo os colaboradores do jornal terem feito “autocensura”, entendida aqui como ingerência e aceitação da norma do que se podia publicar, mesmo sem ter um censor na redação<sup>175</sup>. Além do mais, o fato de o fundador do jornal ser notadamente um crítico do regime<sup>176</sup>, e as prisões contra as pessoas que lutaram contra o autoritarismo implantado no país nos governos militares e ocorridas na cidade, podem ter feito com que os olhares dos militares estivessem sobre o jornal, induzindo seu comportamento favorável ao governo<sup>177</sup>. Diante disso, era preferível atender os interesses dos militares a ter o jornal fechado, coisa comum aos meios de comunicação que faziam oposição à ditadura.

Nesse sentido, é oportuno destacarmos uma matéria veiculada no ano de 1970 no jornal referente a um acontecimento envolvendo um grupo de jovens que estava à frente da direção do periódico<sup>178</sup>. Na ocasião, um jovem integrante do grupo teria cometido um ato, supostamente subversivo, contra o qual o juiz de Campo Maior, Hilson Bona, efetuou uma intervenção<sup>179</sup>. E, após esse episódio, o jornal sai em defesa do jovem, como podemos perceber na matéria a seguir:

---

<sup>172</sup> O semanário se identificava como de linha editorial independente. Em matéria do ano de 1973, por exemplo, lê-se “A Luta tem uma só linha de orientação. É a orientação da imparcialidade, nunca subjugada ou corrompida” (EM primeira mão, jornal *A Luta*, 1973).

<sup>173</sup> Grifo nosso

<sup>174</sup> CHAVES, op. cit., 2014, p. 67.

<sup>175</sup> KUSHNIR, op. cit. 2001

<sup>176</sup> Totó Ribeiro foi vereador de Campo Maior pela UDN, mas organizou movimentos contra o golpe em 1964 sendo perseguido por isso (CHAVES, 2018).

<sup>177</sup> Percebemos que o jornal em si não fez oposição ao governo militar. Seu fundador, Totó Ribeiro é que foi perseguido por fazer oposição ao golpe. Anos mais tarde (1967) ele funda o jornal com o objetivo de ser imparcial e crítico, dado liberdade de escrita aos seus colaboradores, mas que, de certa forma, tinha suas produções induzidas pelo recrudescimento da censura e da repressão a partir do AI-5 (1968).

<sup>178</sup> Como vimos, o jornal *A Luta* foi fundado por Totó Ribeiro que foi seu diretor nos primeiros anos. Conduto, devido a questões pessoais, Totó Ribeiro deixou sua função no jornal, que a partir de 1970 passou a ser dirigido pelo Clube Lútero-Cultural Campomaiorense (CLCC), um grupo de jovens estudantes da cidade. In: PEREIRA, op. cit., 2020.

<sup>179</sup> Tanto o ato do jovem quanto a ação do juiz não são especificados na matéria.



Na verdade, essa atitude do jovem não se justifica, porque um dos passos iniciais da ALA JOVEM foi a elaboração dos princípios que orientariam sua marcha, suas atividades. Não consta de nenhum item dos princípios que se deva subverter, atacar o que quer que seja ou deliberadamente ir de encontro a dispositivos da lei (...). Não somos subversivos, queremos construir, ter participação ativa na sociedade em que vivemos<sup>180</sup>.

Entendemos que, com essa publicação, o jornal objetiva se afastar de qualquer indicio de subversão por parte do grupo que o gerencia e, dessa maneira, mostrar, mesmo que indiretamente, seu apoio ao regime, colocando-se contra atos subversivos que iriam na contramão das propostas do governo. Tal explicação se fazia necessária para demonstrar o empenho do grupo que estava à frente do jornal na construção de uma sociedade melhor, sem ferir os princípios das leis em vigor e, desta forma, evitar qualquer reação do governo contra o periódico.

A partir disso, o apoio e o elogio ao governo dos militares é bem presente nas páginas do jornal, como veremos adiante, sobretudo a partir do início da década de 1970, proporcionado pelo discurso desenvolvimentista evocado pelos militares no contexto do “milagre econômico”<sup>181</sup>. Eram escritas matérias exaltando os feitos da ditadura, divulgando as principais ideias defendidas pelo regime, fazendo com que a sociedade campomaiorense percebesse como aquele que estava conduzindo a nação brasileira ao progresso.

Notamos, pois, que “quanto ao posicionamento do *A Luta* frente ao regime de exceção que vigorava à época, evidencia-se a exaltação da ditadura militar, tratando-a de forma elogiosa, ressaltando o caráter progressista, que teria atingido o Brasil e o Piauí”<sup>182</sup>. Dessa maneira, como “(...) todos os regimes, mesmo os ditatoriais, empenham-se desatinadamente na busca de meios para alcançar adesão e aceitabilidade”<sup>183</sup>, entendemos que a imprensa foi uma importante veículo de divulgação dos ideais e ações dos militares, e esse fato ocorreu também em Campo Maior, como veremos a seguir.

O principal momento em que o jornal produzia louvores à ditadura era na data do aniversário do golpe, 31 de março, data que os militares desejavam instituir “enquanto data

---

<sup>180</sup> ALA jovem não é subversão. *A Luta*, 10 de maio de 1970, p. 01.

<sup>181</sup> O apoio incondicional ao regime militar não se dá da mesma forma em relação ao governo municipal. Sena Rosa destaca que, dependendo do governo, a posição do jornal era de crítica ou apoio. Além disso, são constantes as matérias que relatam problemas da cidade e que colocam certas administrações como culpadas.

<sup>182</sup> PEREIRA, op. cit., 2020, p. 50.

<sup>183</sup> REZENDE, op. cit., 2013, p. 36.

cívica nacional”<sup>184</sup>. Deveria ser lembrada como a inauguração de uma nova era da história nacional, em que, capitaneado pelos militares, o país caminharia a passos largos rumo ao desenvolvimento e à prosperidade. E

No âmbito das programações festivas vinculadas ao aniversário da denominada “Revolução de 1964”, constavam diversos pronunciamentos comemorativos de autoridades políticas civis e militares, que buscavam atribuir o significado histórico do 31 de março para a História Pátria, assim como, definir o que a data representava do ponto de vista das transformações políticas e sociais<sup>185</sup>.

Ao longo de sua existência percebemos significativas mensagens glorificadoras do regime militar nas páginas do *A Luta*. O jornal celebrava a ditadura, enaltecendo os feitos do governo e exaltando os valores defendidos pelos militares. Aquela data se configurava em um tempo celebrar o suposto heroísmo dos chefes militares e louvar a nação pelo seu desenvolvimento. Era um momento em que se propunha inscrever o 31 de março – e a ditadura – na memória do país, relacionando-a com a ideia de progresso nacional. E, em Campo Maior, o jornal *A Luta* contribuiu nessa rede de produções de sentidos do tempo da ditadura, congratulando-se enfaticamente com o regime, produzindo representações que o legitimavam. Desta maneira o semanário se posicionou em relação ao aniversário de cinco anos da “Revolução”:

O País inteiro comemora amanhã o quinto aniversário da Revolução de 1964, graças à qual o Brasil iniciou uma das mais importantes eras de sua História, renovando de maneira sensível suas instituições justamente numa época em que o mundo atravessava uma série de transformações tanto importantes para a Humanidade pelo grande avanço das ciências quanto significativas pelas mudanças que se operam no campo social.

O movimento desencadeado pelas elites militares brasileiras veio encontrar o País tumultuado de Norte a Sul, desorientado, praticamente incapaz de acompanhar o resto das nações na marcha fantástica rumo ao desenvolvimento social e tecnológico; um País ainda apegado a velhas estruturas político-administrativas que tinham suas raízes profundamente encravadas em todos os setores da vida nacional. Renovando as instituições brasileiras, os dois Presidentes revolucionários – marechais Castelo Branco e Costa e Silva – conseguiram ao longo destes cinco anos, dar novos rumos à vida nacional, procurando colocar o Brasil em condições de realizar as transformações sociais que o século XX impõe e, ao mesmo tempo, preparar-se, através do desenvolvimento científico, para enfrentar o desafio de uma época em que nada pode ser feito sem o concurso da mais avançada tecnologia<sup>186</sup>.

---

<sup>184</sup> ZIMMERMANN, op. cit., 2020, p. 48.

<sup>185</sup> Idem, p. 48.

<sup>186</sup> CINCO anos de Revolução. *A Luta*, ano II, N° 71, 30 de mar. de 1969.

É válido destacar que essa publicação foi feita meses depois da edição do Ato Institucional nº 5, que acirrou a censura, a tortura e a repressão no país, pois “foi o AI-5 que permitiu uma atividade censória mais sistemática por parte da ditadura militar”<sup>187</sup>. Isso demonstra a convivência do jornal com o sistema repressivo da ditadura, em que os crimes cometidos pelos militares eram deliberadamente esquecidos, em prol da celebração do regime. Dessa forma, é possível afirmarmos que o jornal *A Luta* opera um esquecimento comandado<sup>188</sup> dos atos discriminatórios do regime para se celebrar as supostas conquistas da “revolução”, pois:

Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A ideia de narração exaustiva é uma ideia performativamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão coletiva (...). As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela<sup>189</sup>.

Diferentes discursos podem ser produzidos sobre os acontecimentos e fenômenos históricos e sua construção leva em conta as representações de quem os produzem. Nessa articulação, determinados elementos são selecionados para serem lembrados em detrimento de outros, que são condenados ao esquecimento de modo a atender determinados fins. Assim, é operacionalizada uma *estratégia de esquecimento*, em que se oculta certos fatos, evitando narrá-los, “(...) e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um não-querer-saber”<sup>190</sup>.

Essa é a primeira manifestação congratulatória do jornal *A Luta* sobre o governo militar que identificamos<sup>191</sup>. Passados cinco anos do golpe, em tom eufórico o jornal produz uma narrativa celebrativa do evento que culminou em uma ditadura, mas que é representado como um novo tempo de glórias da história da Nação. Dessa forma, celebrado entusiasticamente pelo principal veículo de comunicação de Campo Maior na época, “o acontecimento assume lugar de uma inscrição histórica, apresentando seu potencial como agenciador de sentidos históricos,

<sup>187</sup> FICO, op. cit., 2007, p. 156.

<sup>188</sup> RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Edunicamp. 2007

<sup>189</sup> Idem, p. 455.

<sup>190</sup> Idem, p. 455.

<sup>191</sup> É segundo aniversário do golpe durante a existência do jornal *A Luta*, mas não tivemos acesso aos exemplares de março de 1968, o primeiro após a fundação do jornal.

marcos de memória e ações de esquecimento”<sup>192</sup> na cidade. Questionando os objetivos na construção deste texto, consideramos ainda, como nos demonstra Sônia Meneses, que:

Em toda produção da notícia, há elementos que acentuam a tensão presente em sua formulação e a evanescência/permanência de seus conteúdos no tempo. Nesse caso, configuram-se categorias temporais ordenadas nessa produção de maneira a influenciar para que um dado evento consiga transpor a condição de efemeridade e se situe como objeto de apropriação para além do momento de sua “acontecência”<sup>193</sup>.

Ou seja, ao veicular essa matéria na véspera do aniversário de cinco anos da “revolução”, o jornal *A Luta* objetiva a produção de sentidos sobre o acontecimento de 31 de março de 1964 que possam legitimar o presente à luz do passado e, com isso, construir perspectivas otimistas para o futuro. O feito de cinco anos antes é transportado para o presente para que, assim, se construam projeções de futuro e o evento seja sedimentado na história e na memória da sociedade brasileira, e campomaiorense, em específico.

É importante salientar que o semanário faz isso sem fazer nenhuma referência a movimentos contestatórios contra o regime que foram intensos nesse espaço de tempo, demonstrando, assim, suas intencionalidades na construção de memórias e esquecimentos do período, fabricando uma imagem harmônica de exaltação do regime, negligenciando os conflitos existentes em sua constituição que se fizeram presentes inclusive na cidade, como vimos no capítulo anterior.

Dessa forma, percebemos uma interpretação dos desdobramentos de 1964 feita pelo jornal, com o intuito de enaltecer o golpe, justamente em um momento em que as perseguições, torturas e assassinatos se intensificavam com a vigência do AI-5. Notamos, assim, que o jornal realiza uma lapidação daquele acontecimento, pois “(...) o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível”<sup>194</sup>

Na matéria, o jornal tece críticas ao período anterior ao golpe, ou seja, ao governo de João Goulart, para destacar que um tempo novo era inaugurado na história do Brasil. Um tempo

---

<sup>192</sup> SILVA, Sônia Maria de Meneses da. **A operação midiográfica**: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011, p. 70.

<sup>193</sup> Idem, p. 43-44.

<sup>194</sup> CHAREADEAU, op. cit., 2006, p. 95.

que seria de renovação, de progresso e de desenvolvimento científico. Um passado de retrocesso dara lugar a um presente exitoso, comandado por “heróis” revolucionários. Nesse sentido, ao enaltecer o regime militar em seu aniversário de cinco anos, o jornal *A Luta* contribui para “fixar o acontecimento na duração”<sup>195</sup>.

Essa maneira em que é entendido aquele presente nos faz perceber que expectativas de futuro eram elaboradas pelo jornal, destacando o governo militar como um agente do progresso, não só para a nação brasileira, de modo geral, mas especificamente também para Campo Maior. Dessa maneira, o passado, cujo fim se encontraria em 1964 com a abertura de um novo período na história do Brasil, era (re)interpretado a partir de experiências do presente e expectativas de futuro que eram construídas, pois “Um futuro portador de progresso modifica também o valor histórico do passado”<sup>196</sup>.

O golpe de 1964 era inscrito no tempo<sup>197</sup> através do jornal *A Luta*, e memórias e representações do mesmo eram construídas então, e, dessa forma, ia se constituindo a sua legitimação em Campo Maior, pois “o jornal, além de ser refletido como lugar de produção do evento partilha com ele elementos de significação do seu próprio tempo e de formas de representação do passado”<sup>198</sup>.

Nesta mesma edição, é publicado ainda um texto de Pedro Celestino<sup>199</sup>, no qual mais uma vez o aniversário da “revolução” é celebrado enaltecendo os feitos dos militares à frente do comando da nação. Inicialmente, o articulador da matéria sai em defesa do AI-5, demonstrando sua importância para os rumos do país:

Sob o tema de “a revolução e desenvolvimento”, desde a edição do AI-5 representa uma dose maior do remédio que foi dado pela revolução vitoriosa de 64 para o restabelecimento da democracia brasileira.

O AI-5 editado pela revolução é uma preservação da ordem muito necessária ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro<sup>200</sup>.

O Ato Institucional nº 5, editado meses antes é glorificado, tomando-o como um remédio que teria curado os problemas do país, e que, a partir de então, seria instrumento

<sup>195</sup> SILVA, op. cit., 2011, p. 142.

<sup>196</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 319.

<sup>197</sup> Idem.

<sup>198</sup> Idem, p. 21.

<sup>199</sup> Médico campomaioense que morava e trabalhava em Teresina e que contribuiu algumas vezes com textos no jornal. In: PEREIRA, op. cit., 2020.

<sup>200</sup> PEDRO Celestino. Revolução e Desenvolvimento. *A Luta*, ano II, Nº 71, 30 de mar. de 1969.

indispensável para o “desenvolvimento socioeconômico brasileiro”. O autor do texto justifica o AI-5, celebrando o aniversário da “revolução”, o que nos faz perceber que ele talvez o entenda como um presente a todo o Brasil. O principal mecanismo de repressão do governo militar era celebrado como uma conquista, através da qual seria possível assegurar o desenvolvimento e a segurança da nação. Assim, todos os brasileiros deveriam também saudar o dia de 31 de março. Pedro Celestino continua enaltecendo o regime militar em seu texto:

O Governo Federal tem dado às regiões mais pobres do Brasil a ajuda para um desenvolvimento integral, visando ao próprio homem na tão grande missão, porque representa um instrumento essencial para oitocentos novos empregos por ano.

Estamos, cinco anos depois, em pleno processo revolucionário e este se aprofunda cada vez mais, realizando-se em função da defesa dos interesses Nacionais e populares e pelas forças armadas, que encarnaram, no melhor estilo do tenentismo, na missão histórica da revolução brasileira.

Ninguém deterá o processo revolucionário durante muitos anos e são necessárias medidas parciais, para a consolidação da democracia Brasileira.

A obra do movimento armado de 31 de março de 1964 restabeleceu a ordem pública e a democracia, que somente governos fortes como o do saudoso Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco e do Marechal Arthur da Costa e Silva respectivamente poderiam proporcionar ao povo brasileiro inúmeras realizações de interesses populares.

A revolução foi feita pra salvar o Brasil do colapso político, do subdesenvolvimento sócio econômico, dos quais a corrupção e a subversão constituíam na época aspecto mais dramático e evidente.

Ao afirmar que o país está em um “processo revolucionário”, o articulador do texto defende um caráter de continuidade do acontecimento de 1964 no presente, ou seja, a “revolução” não teria se encerrado quando os militares assumiram o comando do país, pelo contrário, os valores justificadores do golpe deveriam continuar a ser defendidos para que o processo instaurado cinco anos antes pudesse continuar a lograr êxito para a nação brasileira e, desta forma, na visão do autor do texto, a democracia pudesse ser consolidada. Aqui, vemos mais uma vez a articulação entre passado e presente na construção de perspectivas de futuro. Isso nos leva a perceber que:

Nesse processo as sensibilidades temporais são efetivadas em uma complexa rede de mecanismos que orientam o agir humano em suas relações de interpretação e significação sobre o tempo. Atitudes que geram expectativas e

estimulam laços indenitários que ajudam a produzir narrativas que traduzem tais experiências<sup>201</sup>.

Pedro Celestino constrói uma narrativa que corrobora com o pretense ideário de democracia que os militares objetivavam construir, no qual eles almejavam “demonstrar que suas ações, medidas, atos e desígnios se consubstanciavam em um determinado sistema de ideias e valores sobre uma suposta democracia”<sup>202</sup>. Ele faz isso ao afirmar que a democracia brasileira, assegurada pelos militares, ainda estaria em vias de consolidação, afirmando que medidas, como o AI-5, seriam necessárias para atingir tal objetivo.

A divulgação desta matéria possui um caráter aglutinador de representações do regime militar. O jornal produz sentidos para o acontecimento em questão – o golpe de 1964 –, mas também opera numa articulação de glorificação do regime, na qual a sociedade campomaiorensense era estimulada a louvar o que era celebrado pelo veículo de comunicação, pois “esses discursos não são meros renascimentos ou restaurações dos feitos gloriosos da ‘revolução’; são inovações que usam ou pretendem usar elementos de um passado histórico real ou imaginário para justificar posições políticas do presente e projetar o futuro”<sup>203</sup>. Após empreender uma entusiasmada defesa do golpe e da ditadura, desta forma Pedro Celestino conclui seu texto:

As realizações do governo da revolução, nos setores mais importantes da vida administrativa do país, é de plena receptividade em termos de opinião pública em geral. Pelo seu conteúdo de sinceridade e de coragem, sua enumeração dos impressionantes resultados obtidos nos setores de energia, transportes educação, saúde e comunicações.

São inquestionáveis a fidelidade do Presidente Costa e Silva e das gloriosas forças armadas ao compromisso de manutenção da ordem no país, de uma autêntica democracia, na qual floresce a liberdade que frutifica a igualdade e a justiça social.

Pedro Celestino defende que as ações empreendidas pelos militares são plenamente recepcionadas pela sociedade brasileira, o que não pode ser tido como um discurso verdadeiro, uma vez que o lugar temporal de sua fala assinala a existência de diversos embates entre os militares e grupos opositores, haja vista o próprio AI-5, que ele defende no início de sua publicação, é editado em função desses conflitos. Com isso, pretende repassar uma imagem de

---

<sup>201</sup> SILVA, op. cit., 2011, p. 44.

<sup>202</sup> REZENDE, op. cit., 2013, p. 1.

<sup>203</sup> CARDOSO, Luceleide Costa. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 31, n° 62, p. 117-140, 2011, p. 136.

paz social, conquistada pela “revolução”, usando o espaço do jornal e com ele angariando respaldo para sua fala, entretanto, silenciando as oposições existentes ao regime em diversos segmentos e de variadas formas, e tecendo discursos que construíam relações amistosas entre ditadura e sociedade.

Em sua exposição, ao escolher o que deveria ser lembrado e celebrado – e, portanto, o que deveria ser esquecido –, o autor organiza uma teia discursiva que se articula na produção de sentidos da face da ditadura que ele deseja evidenciar, a partir do caráter seletivo da narrativa e da memória, que são instrumentalizadas para atender determinados fins e, dessa maneira, opera a construção de uma estrutura histórica e memorial do acontecimento aludido. “Tal construção é sempre marcada por uma intensa disputa sobre o passado”<sup>204</sup>, que era evocado pelo articulador para respaldar o presente que ele intencionava lembrar.

São mencionadas algumas características que Pedro Celestino atribui qualitativamente aos militares, aludindo que naquele aniversário da “revolução” a sociedade brasileira já era beneficiada em diversas áreas com o desenvolvimento realizado pelo governo. Ordem social, justiça, liberdade, bandeiras sob as quais o golpe foi perpetrado são citadas como conquistas do governo militar para toda a sociedade brasileira, deixando-se entrever a sua visão do regime como um guardião da nação.

Não obstante a aspiração de legitimidade para seu governo, para os militares era preciso, além de reprimir os subversivos, imprimir nos brasileiros crenças e valores do regime, provocando-lhes um sentimento de euforia, glorificando e exaltando o governo e dando vivas aos generais-presidentes. Até aqui, estamos destacando a importância da imprensa neste objetivo, e, como já observamos, Campo Maior foi palco dessa glorificação do regime militar. Demonstramos como o aniversário de cinco anos da “revolução” foi celebrada pelo jornal *A Luta*, e três anos depois este veículo de comunicação torna a expressar suas congratulações para com o regime autoritário, como podemos ver na matéria a seguir, acerca do 8º aniversário do golpe de 1964:

Oito anos de Brasil novo são passados. Quando a 31 de março de 1964, *a Pátria foi salva do caos*, abriram-se lhe as portas do desenvolvimento. Naquela data histórica, homens de nobreza espiritual e patriótica conduziram a Nação de vales sombrios, então presa que estava de homens mesquinhos, para os planaltos resplandecentes, onde pode ser vista, bela e rica, por todos os povos do mundo. Eis agora o Brasil transformado, saído há oito anos de tenebroso marasmo e do perigo da tirania esquerdista, da fatal desgraça, para

---

<sup>204</sup> SILVA, op. cit., 2011, p. 14.



o reinado da liberdade irrestrita, muito amada e salvaguardada, até, com a morte, por noventa milhões de almas verde e amarelas<sup>205</sup>.

Este texto foi publicado no dia anterior à data do golpe e encontra-se ocupando mais de meia página, como se um espaço especial tivesse sido preparado para o texto. A manchete do jornal tem como título: “Saudamos nesta data o aniversário da Revolução, saudamos o Direito, a Ordem, a Liberdade e o Progresso Nacional”, bem destacado com letras maiúsculas. De imediato, percebemos que algumas palavras que norteavam as ações do governo na busca por sua legitimidade e que também foram justificativas para o golpe são postas em destaque pelo jornal.



Imagem 04: Manchete do jornal *A Luta* da edição que comemorava o aniversário de 8 anos do golpe de 1964<sup>206</sup>.

Podemos entender a constituição desse documento como um ponto importante para entender os objetivos dessa matéria. As condições sociais e políticas do momento permitiram que esse texto fosse fabricado, destacando aos campomaiorenses os valores da “revolução de 1964”. Jacques Le Goff nos lembra que o documento “é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. (...). Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro (...) determinadas imagens de si próprias”<sup>207</sup>.

Nesse sentido, podemos apreender que a elaboração desse documento é produto de relações políticas existentes no âmbito de uma ditadura e que se propõe a deixar registrado para o futuro uma imagem positiva do regime, no qual “O conjunto daqueles eventos [de março de 1964] se torna referência memorável que deveria servir para instruir o presente e “iluminar” o

<sup>205</sup> 8º ANIVERSÁRIO da Revolução. *A Luta*, ano V, nº 208, 30 mar. 1972, s/p.

<sup>206</sup> 8º ANIVERSÁRIO da Revolução. *A Luta*, ano V, nº 208, 30 mar. 1972, s/p.

<sup>207</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. – Campinas: Editora Unicamp, 2013, p. 495-497.

futuro do país, fazendo de 1964 um monumento que difundia uma dada representação histórica para o país”<sup>208</sup>.

É interessante observarmos, inicialmente, a maneira como o autor do texto se refere ao regime, tratando como uma “revolução” e, portanto, sintonizando-se com o discurso dos militares, e dando continuidade ao que fora esboçado pelo jornal três anos antes. A matéria foi escrita em comemoração ao aniversário da “revolução” e mostra que há oito anos o Brasil vivia um novo momento, sendo escrita uma nova página de sua história. Antes de 1964, de acordo com a notícia, o Brasil vivia um período de “tenebroso marasmo” convivendo com o perigo da “tirania esquerdista”, até ser liberto pela ação revolucionária dos militares que colocou o país no caminho certo.

Mais uma vez, o passado é evocado no discurso celebrativo do golpe no jornal para legitimar o presente, em que “os grupos civis e militares apoiadores do regime autoritário buscavam demarcar uma suposta “ruptura” simbólica que o golpe militar de 1964 representava do ponto de vista da História Pátria”<sup>209</sup>. Assim, podemos perceber como o discurso da ditadura foi recebido pelo jornal e como esse meio de comunicação construiu representações que exaltavam aquele regime, através da fabricação e divulgação de seu próprio discurso sobre aquele contexto histórico, articulando fatos do passado e do presente na produção de um sistema de representações que desejava transmitir sobre o regime, visto que:

As representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. Elas se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que se erige em norma de referência<sup>210</sup>.

Com a expressão “a Pátria foi salva do caos” podemos compreender que o jornal se refere aos anos antes da ditadura, ou seja, ao governo de João Goulart e, comparando ao momento em que se vivia no país, procurava mostrar que aqueles eram anos de terror nos quais a segurança do Brasil estava em risco. Com isso, o jornal alia-se com o discurso anticomunista do governo militar. Criar o medo na população sobre o perigo das esquerdas, representada por

---

<sup>208</sup> SILVA, op. cit., 2011, p. 146.

<sup>209</sup> ZIMMERMANN, op. cit., 2020 p. 62.

<sup>210</sup> CHAREADEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. - São Paulo: Contexto, 2013, p. 47.

Jango, foi uma tática muito usada pelos militares para justificaram o golpe e posteriormente construir uma imagem de salvadores da Pátria, como mostra Ailton Fernandes:

Os militares que ascendem ao poder souberam com habilidade manipular o medo aos seus interesses (...). Esse medo justificaria a intervenção militar e nos anos seguintes o perigo vermelho serviria de pretexto para muita coisa, de ‘políticas de exceção’ a decisões econômicas impopulares. Nos primeiros seis meses de 64 o anticomunismo e, dentro da sua lógica, todo o discurso contra o caos, a desordem e a anarquia, serviria para conquistar apoio de parcelas importantes da sociedade. Nos anos seguintes serviria para justificar a permanência dos militares e repressão<sup>211</sup>.

O fato de esse discurso anticomunista, de caos, se fazer presente na imprensa campomaiorense é muito significativo. É revelador de que aquele jornal absorvia as ideias dos militares e transmitia à cidade uma imagem gloriosa daquele regime, passando confiança e otimismo no futuro da nação, que seria construído com segurança, ordem e desenvolvimento. Nesse sentido, entendemos que tal discurso “resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (...) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido”<sup>212</sup>.

Assim, compreendemos a relação construída em Campo Maior com o momento vivido no país e como isso era refletido na cidade na produção de representações legitimadoras do regime na cidade, pois “A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social”<sup>213</sup>. Campo Maior, e o jornal *A Luta*, estavam fortemente relacionados com a ditadura militar, atuando numa articulada rede de produção de sentidos sobre o regime em que:

As ações influenciam as representações, que nelas se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais. Porém, as representações, ou os diferentes modos como os grupos figuram o mundo são determinantes para suas escolhas e ações, pois os homens agem a partir de apreensões da realidade<sup>214</sup>.

---

<sup>211</sup> FERNANDES, Ailton Laurentino Cais. Da construção do Golpe à imposição do regime militar: o papel da Doutrina de Segurança Nacional. **XXVIII Simpósio Nacional de História** – Florianópolis, 2015, p. 8.

<sup>212</sup> CHAREADEAU, op. cit., 2013, p. 40.

<sup>213</sup> CAPELATO, op. cit., 1988, p. 34.

<sup>214</sup> MOTTA, op. cit., 2009, p. 23

Naquele contexto, os militares pretendiam fazer com que o seu poder permeasse todo o corpo social brasileiro, trazendo para si elogios e alcançando legitimidade. Isso foi realizado também através de ações empreendidas em várias áreas (infraestrutura, educação, esportes, indústria, etc.). A matéria citada anteriormente continua, relatando alguns feitos de oito anos de governo dos militares, mostrando os benefícios que teriam proporcionado ao Brasil:

São oito anos de mentalidade brasileira transformada. De outra personalidade. E de alcançada maturidade. A metamorfose nacional é comentada com respeito em toda a Terra. A nossa imagem tem caráter positivo e merece polegares para cima. (...). Desenvolve-se o comércio. Multiplicam-se as indústrias. Rasgam-se as estradas. Prolifera a energização. As comunicações fazem a integração. (...). Os centros urbanos tomam vulto (...). O Brasil é todo um povo no seu afã diário levando a ânsia de crescer cada vez mais e na busca de compartilhar a muito próxima posição de vanguarda deste País gigante. Esta é a mensagem simples de A LUTA de confiança no destino glorioso do Brasil<sup>215</sup>.

A matéria faz referência também às ações na educação, na saúde, na agropecuária, etc. finalizando com a frase “Campo Maior Saúda a Revolução”. As diversas intervenções dos militares, citadas na matéria, mostram como eles procuravam fazer-se perceber como construtores do Brasil e condutores de seu progresso, e isso merecia colocar os “polegares para cima” em sinal de aprovação, o que faz com que o jornal se sinta participante de uma “vitalidade do sentimento de otimismo em relação ao país durante o período 1968-73, época do chamado ‘milagre econômico’”<sup>216</sup>. Observar a existência uma matéria tão exaltadora, como esta “mensagem simples”, em um pequeno jornal de uma pequena cidade piauiense mostra como esse discurso se fez presente nos mais distantes lugares do Brasil. Entretanto,

Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos<sup>217</sup>.

A presença desse discurso celebrativo da ditadura civil-militar no jornal *A Luta* expressa o caráter seletivo da sua prática discursiva. O jornal entrou em consonância com os ideais

<sup>215</sup> 8º ANIVERSÁRIO da Revolução. *A Luta*, ano V, nº 208, 30 mar. 1972, s/p

<sup>216</sup> FICO, op. cit., 1997.

<sup>217</sup> CRUZ; PEIXOTO, op. cit., 2007, p. 258-259.

propagados pelo regime, divulgando uma imagem gloriosa do governo, em detrimento de outros discursos sobre o regime, que circulavam no Brasil na época, negligenciando os crimes cometidos pelos ditadores. A partir de Michel Foucault podemos compreender como essa produção de discursos é controlada na sociedade:

(...) suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade<sup>218</sup>.

Assim, é possível entendermos como esse discurso celebrativo foi produzido e controlado pelos militares, a partir de “diversas estratégias narrativas foram utilizadas na composição do argumento de legitimidade conferido à ação golpista deflagrada em 31 de março de 1964”<sup>219</sup>. Além disso, é válido lembrar que o momento em que aquela matéria foi escrita está inserido no contexto do chamado “milagre econômico brasileiro”, que muito colaborou para a estruturação desse discurso.

Entre 1970 e 1973 o país viveu um enorme crescimento econômico jamais visto, com números que impressionam: “9,5% em 1970; 11,3% em 1971; 10,4% em 1972; 11,4% em 1973”<sup>220</sup>. Nesse período houve um vultuoso crescimento da indústria (com taxas de 14% anuais), da construção civil (taxas acima de 20% ao ano) e das exportações (com aumento anual de 32%), fazendo com que houvesse significativas mudanças na sociedade brasileira, como o desenvolvimento das telecomunicações e a expansão das rodovias<sup>221</sup>.

No Piauí, esse período está circunscrito no governo de Alberto Silva que muito se utilizou desse discurso para promover a sua imagem de condutor do desenvolvimento do estado. Silva “procurava associar seus governos à ideia de progresso, desenvolvimento e superação”<sup>222</sup>, e para isso empreendeu diversas obras no Piauí com o intuito de repassar uma imagem de que o estado estaria vivendo tempos de crescimento econômico e desenvolvimento, impulsionado pela “(...) configuração histórica vivida no Piauí e no Brasil na década de 1970, em cujos

<sup>218</sup> FOUCAULT, op. cit., 1996, p. 8-9.

<sup>219</sup> ZIMMERMANN, op. cit., 2020, p. 73.

<sup>220</sup> REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: \_\_\_\_\_ (coord.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. 1º ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 5), p. 79.

<sup>221</sup> Idem.

<sup>222</sup> FONTINELES, op. cit., 2015, p. 40.

discursos privilegiavam-se obras de grande porte, que evidenciassem o desenvolvimentismo e a suntuosidade defendidos pelo modelo político da época”<sup>223</sup>.

A cidade de Campo Maior também foi atingida por esse discurso de progresso, desenvolvimento e modernização que fez parte do contexto estadual e nacional nessa época. Nesse processo de modernização que a cidade já estava passando desde a década de 1930, como vimos anteriormente, esse ideário do governo militar encontrou um espaço muito propício para a sua realização, em que o esse discurso desenvolvimentista foi materializado através de diversas obras. Pauliana Maria de Jesus nos mostra que:

A década de 1970 foi um marco na construção de várias obras importantes para Campo Maior, os recursos destinados à construção dessas obras eram provenientes do governo federal. Obras como o Mercado Público, o Terminal Rodoviário Zezé Paz, a sede da nova prefeitura, eram vistas como sinônimo de progresso, recebidas com muito entusiasmo na cidade. O terminal rodoviário Zezé Paz, construído na administração do prefeito Jaime da Paz (1971- 1973) foi considerado como um dos mais modernos do Piauí. Uma estrutura com dois andares e cobertura metálica, representada como um elemento que proporcionaria o progresso para a cidade<sup>224</sup>.

Dessa forma, percebemos a intensidade de obras públicas em Campo Maior nesse curto espaço de tempo, com o objetivo de fazer a cidade caminhar nos trilhos do progresso, proporcionando-lhe ares de modernidade. Esse sentimento de euforia com o desenvolvimento da cidade já podia ser percebido no início da década de 1970. Em matéria do ano de 1971, um colaborador do jornal *A Luta* faz referência a transformações pelas quais a cidade já passara em anos anteriores, e que continuariam posteriormente. Assim ele se expressa:

Hoje (...), ao fitarmos a fisionomia da nossa gloriosa cidade (...), vemos sensibilizados que a decadência cedeu lugar ao desenvolvimento. Para o nosso orgulho e de toda a população campomaiorense, criou-se outra mentalidade, renovaram-se certos costumes surgindo, desse modo, outra concepção de vida da comunidade. (...). Vê-se notar que ela [a cidade] está mais cuidada, mais desenvolvida e participa também do plano de integração nacional, lançado em boa hora pelo governo do Presidente Médici. Acreditamos no seu aceleração, no seu maior progresso (...). Campo Maior da atualidade tem outra feição urbana com a remodelação e arborização de suas praças e avenidas; com o surgimento de novas residências dentro do estilo da arquitetura moderna, bem ao gosto de seus habitantes<sup>225</sup>.

---

<sup>223</sup> Idem, p. 156.

<sup>224</sup> JESUS, op. cit., 2020, p. 103.

<sup>225</sup> CARLIVAN. Imagem de Campo Maior. *A Luta*, 30/01/1971, p. 4.

Essa matéria é muito importante por nos permitir perceber algumas realizações do processo de modernização pelo qual a cidade de Campo Maior estava passando, sendo fruto de iniciativa do Governo Federal. Isso, sem dúvida, contribuiu para que a cidade passasse a legitimar o regime militar, pois é demonstrado pelo jornal como ela vinha se desenvolvendo naquele governo, em relação a tempos passados. Podemos observar como a cidade vai vivenciando sua modernidade e com ela vai construindo relações com o tempo, a partir de suas singularidades. Nesse sentido, notamos que:

“A modernidade, portanto, além de ser uma manifestação histórica, que está circunscrita a um tempo histórico, que elege prioridades e valores, estabelecendo distinções entre o antes e o depois com os olhos do porvir, também é uma forma de lidar com o tempo e de se inserir nesse tempo. Assim, cada época elege sua modernidade e luta por conquistá-la e por refigurá-la conforme seus anseios e necessidades, mas também mediante suas possibilidades. Os projetos modernos, portanto, não são fixos, muito pelo contrário, estão em movimento constante. Sob essa perspectiva, a modernidade enlaça-se à ideia do novo, recorrendo também à defesa do progresso como símbolo de suas realizações<sup>226</sup>.

A modernização de Campo Maior, expressa na construção de grandes obras, terá seu auge na década de 1970, como vimos. Nesse processo, haverá uma forte articulação entre os governos municipal e estadual, pois “A administração de Dácio Bona estava em sintonia com o Governo de Alberto Silva que no seu primeiro governo na década de 1970 investiu em grandes obras de infraestrutura e transporte no estado do Piauí”<sup>227</sup>. É um tempo de profundas transformações na cidade e no viver citadino que acarretará na produção de representações legitimadoras daquele período.

Naquele contexto do “milagre econômico” foi criada uma forte propaganda sobre esses empreendimentos do governo militar, na qual “A questão do desenvolvimento econômico impulsionava os discursos promissores, que demarcavam que o Brasil havia finalmente alcançado todas as suas potencialidades”<sup>228</sup>. Nessa conjuntura, o impulso econômico foi utilizado em favor desta propaganda, que se apropriou do dinamismo da economia para colocar em prática grandes empreendimentos<sup>229</sup>, fazendo com que grande parcela da população brasileira entoasse louvores ao regime. Lilia Schwarcz e Heloísa Starling nos ajudam a entender

---

<sup>226</sup> FONTINELES, op. cit., 2015, p. 214.

<sup>227</sup> JESUS, op. cit., 2020, p. 105.

<sup>228</sup> ZIMMERMANN, op. cit., 2020, p. 56.

<sup>229</sup> FICO, op. cit., 1997.

como esse “milagre econômico” foi usado pela ditadura militar como forma de controlar a população e obter consenso por parte dos brasileiros:

“Uma ditadura é formada por mandantes arbitrários, oposicionistas tenazes e uma população que precisa sobreviver (...). Enquanto durou o ‘milagre econômico’ escamoteou os efeitos da concentração de renda, e muita gente, em especial entre as classes médias urbanas, se beneficiou com o crédito fácil, as novas oportunidades profissionais e os estímulos para consumir num mercado abarrotado de novidades: TV em cores, toca-fitas, câmera Super-8, automóveis (...). O grau de controle coercitivo sobre a sociedade que a ditadura adquiriu durante sua presidência foi imenso, mas por si só não garantia apoio. Todo governo, para se sustentar, depende de alguma forma de adesão, e o ‘milagre econômico ajudou a fabricar uma base geradora de consentimento junto à população’<sup>230</sup>.

Este curto, mas intenso, período do “milagre” trouxe muitas mudanças na vida dos brasileiros. O discurso militar era materializado em grandes obras e intervenções no país, que “(...) comparado a um imenso canteiro de obras foi tomado por incontida euforia desenvolvimentista”<sup>231</sup>. Essa euforia foi chegada também em Campo Maior e foi repassado aos campomaiorenses o sucesso daquele governo que estava fazendo uma “revolução no Brasil”.

Todavia, é imprescindível destacar que esse “milagre” não beneficiou todos os brasileiros igualmente, pelo contrário, esse crescimento econômico trouxe melhorias para uma pequena parcela da população, mantendo as históricas desigualdades sociais do país, “(...) revelando que a modernidade propagada pelas autoridades governamentais e pelos veículos de imprensa não significava o rompimento com práticas e relações sociais que diziam superar, mas com elas se relacionavam e se redefiniam”<sup>232</sup>.

Em Campo Maior, ao passo que enaltecia o desenvolvimento proporcionado pelos militares, o jornal *A Luta* divulgava constantemente problemas sociais da cidade<sup>233</sup>, demonstrando as diferentes faces desse processo de modernização, o que nos faz perceber que “Por trás do discurso modernizador dos governantes que objetivava trazer o progresso e transformar o espaço urbano em um lugar mais limpo, saneado e belo (...), as camadas pobres

<sup>230</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência. In: \_\_\_\_\_. **Brasil: uma biografia**. 2º Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 453-454.

<sup>231</sup> REIS, op. cit., 2010, p. 81.

<sup>232</sup> FONTINELES, op. cit., 2015, p. 315.

<sup>233</sup> Isso era feito por colaboradores do jornal em algumas colunas, cujo objetivo era justamente denunciar os problemas da cidade, em contraste com as ideias de modernização que o próprio jornal era um divulgador. A principal coluna do jornal em que eram feitas tais denúncias era a “Problemas sociais reclamam solução”, que tinha grande espaço no jornal, por vezes ocupando quase meia página.



eram excluídas do processo modernizador ou experimentavam o lado mais amargo como o da opressão e a falta de acesso aos benefícios da cidade moderna”<sup>234</sup>.

Sendo os aniversários da “revolução de 1964” “momentos de ampla produção e difusão de escritos que buscam sentido para o passado”<sup>235</sup>, percebemos, nestas mensagens congratulatórias ao aniversário da “Revolução de 1964”, uma alusão a ideias que balizaram o golpe e a discursos que intentavam legitimar o regime. Como uma forma de construir uma memória do período e sedimentar as práticas e discursos no imaginário social, a data da “revolução” – que inauguraria novos tempos da história do Brasil – era evocada relacionando-a a ideia de desenvolvimento, ordem e segurança, procurando construir uma ligação intrínseca entre esses elementos e o acontecimento de 31 de março de 1964 que possibilitaria suas implantações.

Desta forma, entendemos que o jornal *A Luta* se constitui como um importante irradiador da cultura política daquele governo autoritário ao celebrar o golpe enaltecendo as suas bandeiras constitutivas. Uma vez que “A força de uma cultura política está em difundir seu conteúdo por meios que, sem serem claramente políticos, conduzem no entanto a uma impregnação política”<sup>236</sup>, podemos observar que esse veículo da mídia campomaiorense atuou de forma a construir representações legitimadoras do regime militar na cidade, socializando os as ideias e valores defendidos pela ditadura.

Impulsionado pelo discurso de desenvolvimento propagado pelos militares, aquele noticiário participa de uma articulação de produção de representações, sendo estas “matrizes de discursos e de práticas diferenciadas (...) que tem por objetivo a construção do mundo social”<sup>237</sup> que adornam o regime com marcas que o glorificam, com o intuito de inseri-lo nos quadros da memória e da história do país, já que “Na elaboração do evento pela mídia, produz-se simultaneamente história e memória, postas em um diálogo ambíguo e problemático, alimentando-se mutuamente na formulação do evento na cena pública”<sup>238</sup>. Vemos que a análise deste jornal se torna imprescindível para a compreensão do objeto em estudo, uma vez que:

Os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositadamente com tal fim. Nos textos dos livros e jornais, e também nas suas imagens visuais, desfilam heróis (e, tão importantes quanto esses, os desprezíveis inimigos),

<sup>234</sup> JESUS, op. cit., 2020, p. 67.

<sup>235</sup> CARDOSO, op. cit., 2011, p. 26.

<sup>236</sup> BERSTEIN, op. cit., 2009, p. 39.

<sup>237</sup> CHARTIER, op. cit., 2000, p. 18.

<sup>238</sup> SILVA, op. cit., 2011, p. 155.

mitos, símbolos e os valores morais do grupo, e nessas publicações muitas pessoas encontraram motivação para identificar-se e aderir”<sup>239</sup>.

Em 1974, o regime militar completava 10 anos. Uma década na qual havia acontecido intensas transformações na sociedade brasileira e na própria configuração do regime, que naquele momento iniciava uma nova fase de sua história. A ditadura começava a experimentar o período de declínio econômico, uma das plataformas sob as quais foram construídos discursos legitimadores do regime, e as pressões políticas e sociais se faziam sentir na busca pela abertura democrática. Não obstante tudo isso, e em se tratando de uma data simbólica – 10 anos –, o jornal *A Luta* continuou a expressar seu entusiasmo com o governo, e assim celebrou aquela primeira década da “revolução de 1964”:

Durante toda a semana que hoje finda foram e estão sendo realizadas comemorações pelo transcurso neste 1974 do décimo aniversário da Revolução de Março, em todos os recantos deste imenso país.

Dez anos são passados, quando se deu a eclosão do Movimento que, descendo as Alterosas (Minas Gerais) rumo ao planalto central (Brasília) fez varrer, e para sempre, de nossa Pátria, a “poeira” rubra provenientes das “estepes” moscovitas, que aqui já se acumulara e já e se fazia engrossar a cada dia, nas “estantes” da vida pública brasileira.

Afastada, assim, aquela ameaça “vermelha”, que tinha seu Quartel General no Palácio da Alvorada, passou o nosso país à conquista de novos horizontes, a gozar de paz, liberdade e de muita dignidade, já distanciada de nossos homens públicas.

Nesse clima conquistado, aliás sem derramamento de sangue, pôde a Nação marchar resoluta e tranquilamente pelos caminhos do progresso atingindo escalas até então desconhecidas e, já agora, passados dez anos, aprovadas, consagradas e muito aplaudidas.

Quatro exponenciais figuras de brasileiros foram convocados nesse espaço de tempo para o cumprimento de dever – dever do exercício do poder, mas exercício no sentido de programas, da objetividade, nunca na condição de Chefe sem substituto, como nos regime de força.

Todos eles cumpriram a sua missão sempre com muita dedicação, excessivo equilíbrio e demasiado descortino.

Por último, ao Presidente recém-empossado, o ínclito General Ernesto Geisel, fazemos votos para que continue no mesmo clima de quando ele iniciou no já distanciado 31 de março de 1964<sup>240</sup>.

<sup>239</sup> MOTTA, op. cit., 2009, p. 23-24;

<sup>240</sup> 10 anos de paz – José R. de Miranda –. *A Luta*, ano VII, nº 309, 31 de março de 1974.

Alguns pontos abordados na mensagem congratulatória do jornal são imprescindíveis de serem questionados sob os olhares da crítica histórica. Inicialmente, o discurso anticomunista é, mais uma vez, proferido para ser lembrado como causa principal que impulsionou o movimento de 1964. Nesse sentido, devemos entender que tal discurso não era meramente uma fachada para justificar as ações dos líderes do golpe de 1964<sup>241</sup>, mas devemos compreendê-lo a partir das narrativas que ajudaram a sustentar a ditadura durante mais de suas décadas. Sobre a influência do discurso anticomunista no Brasil, Rodrigo Patto Sá Motta nos mostra que:

A força do comunismo, consubstanciada na expansão e crescimento dos partidos e ideais comunistas, engendrou o anticomunismo. Os grupos sociais atemorizados pela “ameaça” ou “perigo” comunista, por sinal expressões reveladoras de seu estado de espírito, trataram de organizar-se e articular uma contraofensiva visando combater o projeto revolucionário. Genericamente, pode-se dizer que o sentimento anticomunista nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança. No entanto, transformou-se em movimento organizado a partir da necessidade percebida por algumas lideranças conservadoras de conter a escalada revolucionária<sup>242</sup>.

Aquela “poeira” vermelha, que é como o jornal se refere ao período anterior a 1964, agora varrida do país dava lugar a um tempo de paz e liberdade, em que a nação brasileira poderia conquistar novos horizontes. Assim, notamos que o jornal se insere nas narrativas que forjam a polarização entre comunismo x anticomunismo, mostrando como a cidade, de certa forma, era participante daquela disputa ideológica fora da qual não podemos entender as relações consensuais construídas entre a sociedade e o governo autoritário. O discurso do governo era legitimado na cidade que celebrava a vitória sobre os inimigos vermelhos.

Outro elemento da matéria chama a atenção e deve ser considerado na análise que estamos empreendendo neste trabalho. O jornal afirma que clima de paz que o país estaria vivendo teria sido conquistado “sem derramamento de sangue”. Ora, aqui vemos que, claramente, o semanário negligencia, como outrora, as ações repressivas do governo, numa explícita seleção do que se pretendia noticiar; entendemos isso a partir da perspectiva de que “Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter

---

<sup>241</sup> MOTTA, 2000, op. cit., p. 4.

<sup>242</sup> Idem, p. 5.

clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas”<sup>243</sup>.

A historiografia mostra que, de fato, o golpe foi dado sem ações violentas, mas demonstra também que a configuração histórica do regime é permeada de lutas entre os militares e os grupos opositores. Muito sangue foi derramado sim para que aquele suposto clima de paz e de liberdade fosse conquistado e consolidado, e vemos aqui que o jornal *A Luta* empreende uma narrativa que negligencia esses conflitos numa estratégia discursiva que pretende legitimar o regime, nos fazendo perceber que “*As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público*”<sup>244</sup>, e essa construção é feita a partir de apreensões próprias da realidade.

O jornal desconsidera totalmente as torturas, as prisões, os assassinatos cometidos pelos militares para assegurar as representações que pretendia difundir acerca do regime, e inscrevê-lo no tempo. Age, dessa maneira, na construção, disseminação e reprodução<sup>245</sup> da cultura política do regime militar, angariando legitimidade para o governo. Naquele tempo presente de comemoração dos 10 anos de ditadura é articulada uma relação entre tempos históricos, em que o presente, situado entre passado e futuro, atua como elemento de ligação entre ambos, construindo uma narrativa mediadora que tecesse uma relação imbricada entre os tempos históricos, pois:

O presente é o lugar de observação constantemente distendido entre o ontem e o amanhã; como na brincadeira de criança, o frágil ponto de equilíbrio no cabo de força entre o passado e o futuro. E é exatamente aí que o jornal atua; tensionando-o ora para trás, ora para frente através de sua narrativa. Desta forma, inscreve no tempo marcas duradouras que ajudam a lembrar/esquecer de determinadas ocorrências”<sup>246</sup>.

Passada uma década de regime autoritário, o jornal *A Luta* continuava produzindo sentimentos otimistas na mente dos campomaiorenses, procurando “repassar para os leitores que o “governo revolucionário” tinha colocado o Brasil no caminho do progresso, sublinhando o crescimento econômico e a ordem estabelecida ao deterem a “ameaça comunista”<sup>247</sup>. Desse modo, podemos perceber este veículo de comunicação como um lugar de cristalização da

---

<sup>243</sup> CHAREADEAU, op. cit., 2013, p. 39.

<sup>244</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>245</sup> MOTTA, op. cit., 2009.

<sup>246</sup> SILVA, op. cit., 2011, p. 143.

<sup>247</sup> PEREIRA, op. cit., 2020, p. 55.

memória da ditadura militar em Campo Maior, devido às intensas representações legitimadoras do regime produzidas por esse jornal na cidade. A partir do que expomos, podemos entender o jornal *A Luta* como um “lugar de memória” da ditadura em Campo Maior, pois “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações (...) porque essas operações não são naturais”<sup>248</sup>.

Ou seja, o jornal constituiu uma relação com a ditadura, produzindo representações legitimadoras do regime, de tal forma que ele se configura como um elemento no qual a memória do período foi construída na cidade, também pelo próprio jornal. Nesse sentido, podemos afirmar que o próprio jornal *A luta* se configura em um “lugar de memória” da ditadura militar em Campo Maior, haja vista que sua existência está circunscrita na temporalidade do regime autoritário, o que traz marcas do regime em sua constituição histórica; e, sobretudo, por ele poder ser relacionado com a legitimação da ditadura em Campo Maior, uma vez que foi elemento fundamental na produção de sentidos e representações do regime que exaltavam nas terras dos carnaubais.

Cinco anos depois, em 1979, a ditadura celebrava seu 15º aniversário. Os tempos eram outros. Naquele ano deixou de existir o estado de exceção, com a revogação dos Atos Institucionais, e com a aprovação da Lei de Anistia, e tem-se início a transição democrática que será concluída com a aprovação de uma nova Constituição, em 1988<sup>249</sup>. Todavia, não obstante, todas as transformações ocorridas no seio do aparelho repressivo da ditadura, e todas as lutas políticas e sociais que eram realizadas no Brasil em prol do fim da ditadura e pelas liberdades democráticas, quinze anos depois o jornal *A Luta* continuava dando amostras de seu compromisso em saudar a “revolução de 1964”. Em matéria veiculada em 01 de abril de 1979, o semanário noticiou que:

Ontem comemoraram-se em todos os rincões da Pátria mais um aniversário da Revolução de 31 de março nos seus 15 anos. As Forças Armadas, por seus comandos, organizaram um bem elaborado programa para festejarem o evento que, em 31 de março de 1964 deu um Não definitivo ao comunismo assim implantando no país um regime de segurança e desenvolvimento.

Em Campo Maior não se deu ênfase à importante efeméride, passando tudo em brancas nuvens.

Na Capital piauiense, contudo foram várias as solenidades que marcaram a passagem dos 15 anos da Revolução, dentre estas: conferências, palestras,

---

<sup>248</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **História**, São Paulo, 1993, p. 13.

<sup>249</sup> REIS, op. cit., 2014.

homenagens póstumas aos heróis tombados no cumprimento do dever, em dever da Pátria ultrajada e, ainda, competições esportivas e Missa campal em frente ao Quartel do 25° BC onde povo e militares comungaram dos mesmo ideais revolucionários<sup>250</sup>.

A vitória sobre o comunismo mais uma vez é lembrada na comemoração do golpe. A luta pela democracia ganha cada vez mais força no país e proliferam diversas manifestações sociais, políticas e culturais contra a ditadura, porém, mesmo em meio a esse cenário, o *A Luta* continua com seu discurso glorificador do regime. Na contramão do declínio do governo autoritário, o semanário campomaiorense segue produzindo sentidos e imagens exaltadoras do regime, negligenciando as lutas pela democracia que surgiam no país, e ainda colaborando na construção de consensos e legitimações da ditadura em Campo Maior.

Notamos ainda que o binômio “segurança e desenvolvimento” é citado mais uma vez para dar respaldo ao discurso jornalístico. Entretanto, diferente do que ocorrera no início da década de 1970, no período em questão o Brasil já vivia uma crise econômica. O “milagre econômico” já fazia parte de um passado, a realidade no presente era outra. Contudo, devemos entender que “Ao contemplarem o ideal do Brasil-potência, representado no binômio ‘desenvolvimento e segurança’, o passado é visto como um progresso contínuo, oscilante entre visões otimistas e pessimistas do Brasil”<sup>251</sup>. Mesmo na fase de declínio do regime militar, o discurso de segurança e desenvolvimento era evocado pelo jornal *A Luta*.

É oportuno notarmos ainda que o jornal faz críticas ao governo local por não organizar nenhuma celebração da data, “passando tudo em brancas nuvens”. Compreendemos, como o acontecimento de 31 de março de 1964 continuava vivo na memória dos articuladores do jornal, através da construção de “representações dos valores que subjazem a suas práticas, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentido”<sup>252</sup>, para os quais a cidade deveria estar unida em comemoração a este feito. Aquele aniversário do golpe deveria ser celebrado como foram os outros, como vimos anteriormente, numa contínua atualização do passado em que eram projetadas imagens para o futuro.

Diante do exposto, observamos a engajada atuação do jornal *A Luta* na construção de representações glorificadoras do regime militar na cidade e como ele se fez presente como um

<sup>250</sup> EM 1964 uma Revolução salva o Brasil do Comunismo. *A Luta*, ano XII, nº 547, 01 de abr. de 1979, s/p.

<sup>251</sup> CARDOSO, op. cit., 2011, p. 136.

<sup>252</sup> CHAREADEAU, op. cit., 2013, p. 16.

agente de legitimação da ditadura na cidade, colaborando para a construção de uma rede de consensos e consentimentos àquele governo. A data de 31 de março era lembrada como um divisor de águas da história do Brasil, num contínuo esforço de atualização do passado no presente. Assim, pelo que foi percebido nas matérias do jornal *A Luta* aqui divulgadas, entendemos que:

Os aniversários da denominada “Revolução de 1964” também foram ambientes favoráveis para a profusão de discursos e pronunciamentos de autoridades políticas civis e militares, que buscavam enaltecer e referenciar as mudanças significativas ocasionadas pelo regime autoritário. A tônica discursiva predominante destacava o desenvolvimento econômico como maior fruto dos governos “revolucionários”, em um contexto marcado pelo ufanismo e otimismo do “milagre brasileiro”. Contudo, ao mesmo tempo que se preconizava a retórica desenvolvimentista, buscava-se demarcar a preservação de valores conservadores, da “tradição e da ordem”, de modo a assinalar a restauração da “paz e harmonia” que o regime autoritário representava<sup>253</sup>.

Portanto, a atuação do jornal *A Luta* em Campo Maior mostra como o discurso dos militares foi difundido em todo o país, mesmo naqueles lugares mais distantes do centro político nacional. Matérias publicadas em suas páginas mostram seu apoio ao regime, fazendo-nos compreender como aquele veículo de comunicação teve um papel relevante na construção de uma imagem positiva do governo entre os campomaiorenses.

O jornal *A Luta* se identificava como veículo de comunicação crítico e independente, tendo os seus colaboradores total liberdade para a publicação de seus textos. Essa liberdade nos faz perceber que o apoio que o jornal concedeu ao regime militar não era forçado, mas sim que era uma expressão espontânea e livre dos que glorificavam o governo vigente nas páginas do periódico; no máximo, entendemos que certos posicionamentos do jornal possam ter sido induzidos ou influenciados por acontecimentos de caráter político e ideológico ocorridos em Campo Maior já durante a ditadura militar, como as prisões dos líderes de movimentos de esquerda na cidade, Antonio Damião de Sousa e Luís Edwiges, assim como a prisão daquele que fundaria o próprio semanário. Diante desses fatos, optou-se por exercer a liberdade apoiando o regime militar em Campo Maior, não ficando alheio aos acontecimentos políticos.

Contudo, isso não quer dizer que os discursos enaltecedores da ditadura em Campo Maior sejam fruto somente de um possível medo de repressão ou censura. Acreditamos, a partir

---

<sup>253</sup> ZIMMERMANN, op. cit., 2020, p. 86

dos registros do jornal, que as representações feitas na cidade sobre o governo expressavam o sentimento e os valores da sociedade campomaiorense que, devido a suas tradições políticas, sociais e culturais, estabeleceu uma estreita afinção com os ideais propagados pelo regime militar.

Mesmo sendo uma pequena imprensa local, esse jornal sofreu influências daquele contexto e entrou em sintonia com o projeto político em vigor. Seus colaboradores procuraram mostrar aos habitantes do município como o Brasil percorria o caminho do desenvolvimento no comando dos militares e estes deveriam ser enaltecidos como verdadeiros heróis nacionais.

O jornal *A Luta* atuou, assim, como um mecanismo de legitimação do governo militar, não em uma ação ideológica própria do semanário, isto é, este foi envolvido nos discursos políticos veiculados na época passando a reproduzi-los; não era uma realidade política, mas se tornou político em função das bases do seu discurso<sup>254</sup>. Ao se posicionar favoravelmente ao regime militar, esse jornal selecionou as histórias que deveriam ser escritas e as que deveriam ser esquecidas, e essas escolhas, que foram influenciadas pelas circunstâncias do momento, contribuíram para a construção de uma imagem exaltadora da Ditadura Militar em Campo Maior.

Até aqui analisamos como se deu a tentativa de legitimação do regime militar pelo jornal *A Luta* através de matérias que procuravam destacar obras e feitos dos militares, bem como suas ideias de desenvolvimento e progresso econômicos. Contudo, essa construção de legitimidade e representações glorificadoras da ditadura civil-militar perpassou por outras esferas da sociedade brasileira, utilizando-se das noções de civismo e patriotismo nessa finalidade. É o nosso ponto de análise do próximo capítulo, no qual procuraremos compreender como se deu a construção de uma memória cívica do período militar em Campo Maior, considerando, também neste aspecto, a participação do semanário campomaiorense nessa articulação.

---

<sup>254</sup> RÉMOND, René. Do político. In: \_\_\_\_\_ (Org.) **Por uma história política** (tradução de Dora Rocha). FGV: Rio de Janeiro, 2003, p. 441-450.



### **3 A construção de memória cívica e a tentativa de legitimação da ditadura civil-militar em Campo Maior-PI**

Tendo analisado no último capítulo a participação do jornal *A Luta* na difusão de ideias sob as quais se sustentou o regime militar, neste capítulo, discutiremos a construção do civismo e do patriotismo em Campo Maior durante a ditadura militar, problematizando como esses elementos foram instrumentalizados na produção de representações legitimadoras do regime na cidade. Analisaremos a invenção dos “Heróis do Jenipapo” e o seu uso político-ideológico para a construção da memória cívica no período. Para tanto, analisamos como se deu a construção do Monumento aos “Heróis do Jenipapo” e como as festas cívicas realizadas em comemoração da Batalha do Jenipapo contribuíam para pôr em relevo essa memória e para a exaltação do regime militar. E ainda discutiremos como do Dia da Independência era celebrado em Campo Maior e suas articulações com o discurso cívico-patriótico do regime militar na sua busca por legitimidade.

#### **3.1 A ditadura civil-militar e os “Heróis do Jenipapo”**

Em 13 de março de 1823 às margens do riacho Jenipapo, em Campo Maior-PI, ocorreu uma das mais sangrentas batalhas em prol da consolidação da independência do Brasil, que ficou eternizada na memória e na história campomaiorenses – e, porque não dizer, piauienses – como “Batalha do Jenipapo”. Durante algumas horas entre a manhã e a tarde daquele dia, pessoas simples, como vaqueiros, camponeses, enfrentaram, com suas armas rudimentares (facões, foices, machados), centenas de soldados liderados pelo major João José da Cunha Fidié, com alto conhecimento bélico e militar. Essa batalha foi muito importante para a história do Brasil, e aqueles homens que derramaram seu sangue naquele conflito são reconhecidos hoje como verdadeiros heróis nacionais.

Entretanto, nem sempre foi assim. Campo Maior é uma cidade fortemente ligada ao catolicismo e a tradição popular dessa religiosidade se manifestou sobre aqueles homens. Ao longo do tempo, os campomaiorenses passaram a prestar um culto religioso àqueles que morreram naquela batalha, atribuindo-lhes milagres e concedendo-lhes devoções, fazendo com que aqueles homens simples recebessem a identificação de “Almas do Batalhão”<sup>255</sup>. A partir

---

<sup>255</sup> LIMA, Francisco de Paula Barroso. **Das “Almas do Batalhão” aos “Heróis do Jenipapo”**: tradição popular e memória cultural. (Monografia). Campo Maior: Universidade Estadual do Piauí, 2017.

daí, uma verdadeira tradição religiosa foi sendo criada em torno daqueles indivíduos, que ainda se faz presente na cidade.

À medida que os anos avançavam, a cidade foi tomando consciência da importância das “Almas do Batalhão” para a história do país, sobretudo com ações do poder público. Em 1923 foi construído um obelisco no local onde teria acontecido o confronto, em comemoração ao centenário da batalha. E no período da ditadura militar forjou-se um civismo em torno desse acontecimento, que sofreu uma ressignificação política, sendo que as “Almas do Batalhão” foram transformadas em “Heróis do Jenipapo” e um grande monumento foi construído em homenagem àqueles heróis.

Dessa forma, nesta seção pretendemos compreender como se deu a construção do civismo e do patriotismo em Campo Maior durante a ditadura militar através da invenção dos “Heróis do Jenipapo” – e da construção do Monumento Heróis do Jenipapo – e o seu uso político-ideológico para a construção da memória cívica no período. Além disso, analisaremos as festas cívicas realizadas em comemoração da Batalha do Jenipapo, procurando entender como elas contribuía para a solidificação dessa memória e para a exaltação do regime militar.

Não seria nenhum exagero, ou equívoco, afirmar que a tradição dos “Heróis do Jenipapo” foi inventada no contexto da Ditadura Militar. Ao assumir o comando político do Brasil em 1964, por meio de um golpe de Estado, os militares objetivaram inculcar nos brasileiros suas ideias de civismo e de patriotismo, buscando, com isso, legitimidade para seu governo. Resgatavam o simbolismo cívico de heróis da nação brasileira *no passado*, com o objetivo de se associarem com sua imagem, procurando serem identificados também como heróis da nação *do presente*, e inscrever o período militar como um glorioso capítulo da história do Brasil. Tatyana de Amaral Maya afirma que:

A ideia de civismo como elemento chave na construção da consciência nacional estava ancorada na organização de uma política de proteção do passado. Esse passado compreendido como memória era considerado o elemento síntese da tradição nacional – esta a principal responsável por fornecer os registros da nacionalidade. Assim, o passado deveria ser cultuado por meio do ensino e da cultura. Esse culto era identificado com o patriotismo necessário à construção do imaginário social, ao estabelecimento de laços de solidariedade e à reciprocidade necessária entre o Estado e a sociedade civil<sup>256</sup>.

---

<sup>256</sup> MAIA, Tatyana de Amaral. Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1975). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 67, 2014, p. 94.

O civismo e o patriotismo<sup>257</sup> constituem-se como uma das marcas da ditadura militar brasileira. O governo militar buscava no passado elementos que legitimassem seu poder. Para tanto, os ideários cívicos e patrióticos foram fundamentais, visto que pretendiam exaltar a nação – e seus símbolos, como a bandeira, o hino – e seus heróis para manutenção da ordem e o crescimento do país. O passado era resgatado para legitimar o presente.

É nesse sentido que houve o surgimento, ou a *invenção*, dos “Heróis do Jenipapo” em Campo Maior. Aqueles simples homens piauienses, cearenses e maranhenses, anônimos até então, foram elevados à categoria de heróis nacionais. Todavia, isso não foi feito somente para enaltecer o seu protagonismo histórico, mas também para exaltar o regime militar em vigor e heroificar os condutores da nação brasileira. Com isso, foi inventada a tradição dos Heróis do Jenipapo. E Eric Hobsbawm nos mostra que:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado<sup>258</sup>.

A apropriação política da Batalha do Jenipapo proporcionou a invenção dessa tradição. A comunidade campomaiorenses, em suas diversas áreas (política, imprensa, social), foi envolvida nesse ideário e passou a reproduzir o discurso cívico e patriótico emitido pelos militares. A cidade se vangloriava em ser uma “terra de heróis”<sup>259</sup> e reivindicava o reconhecimento nacional daquela épica batalha e de seus filhos que deram sua vida em prol da liberdade de todos os brasileiros. Francisco de Paula Barroso Lima afirma que essa tradição da Batalha do Jenipapo e de seus heróis:

(...) é reforçada e desenvolvida por uma estratégia dos governos militares. Por volta da metade da década de 1970, o Brasil, em pleno período do Regime Militar, e numa tentativa de afirmação e justificativa de permanência dos militares no poder da nação brasileira, o comando militar passou a fazer grandes projetos de estruturação no país e de repercussão nacional, com

---

<sup>257</sup> Entendemos aqui o civismo como o respeito pelos valores que norteiam uma sociedade e, por sua vez, patriotismo, é compreendido como um sentimento de amor, de orgulho à Pátria, e os elementos que a simbolizam e a identificam. Porém, durante o regime militar, ambas as noções foram instrumentalizadas pelo governo de tal maneira que soam, muitas vezes, como sinônimos sob as quais se daria a constituição do cidadão brasileiro. Ver: MAIA, op. cit.

<sup>258</sup> HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 9.

<sup>259</sup> Expressão ainda hoje usada muitas vezes ao se referir a Campo Maior.

grandes obras e construções estruturais de amplo impacto visual, em quase todo território brasileiro<sup>260</sup>.

Com isso, a memória construída na cidade em torno daquela histórica batalha contribui para a construção de uma memória cívica na cidade, alicerçada na tradição dos “Heróis do Jenipapo”. Passa a existir, assim, uma forte relação dessa memória com o contexto político nacional, em que os militares são colocados no conjunto dos heróis que devem ser glorificados. E essa tradição passa a fazer parte do conjunto da cultura política campomaiorenses, pois “cada cultura política encontra no passado uma provisão quase inesgotável de (...) fatos simbólicos e galerias de grandes personagens que são apresentados como modelos a seus fiéis”<sup>261</sup>

A Batalha do Jenipapo está inserida no âmbito das lutas pela Independência do Brasil, e na ditadura militar este acontecimento foi usado para legitimar o governo e conseguir o apoio da população. O regime pretendia, dessa forma, demonstrar que o Brasil vivia uma nova fase de independência, em que o país teria sido liberto do perigo do comunismo e, agora, caminhava triunfante rumo ao progresso e ao desenvolvimento. “Trata-se de um civismo largamente baseado numa leitura da história da Pátria que valoriza os grandes homens, que pretendia disciplinar a vida em sociedade, educar o povo, prepará-lo para a civilização”<sup>262</sup>.

É nesse objetivo cívico do governo militar que vai ser inserida a Batalha do Jenipapo. Assim como a Independência do Brasil, ela será lida a partir da ótica cívica e patriótica e um novo significado lhe será atribuído. A partir disso, “a Batalha do Jenipapo passou a ser definida como o principal evento das lutas pela Independência, como veículo de memória e como vetor de uma nova identidade piauiense, construída através da intervenção do Estado”<sup>263</sup>.

Esse ideário cívico e patriótico em torno daquela batalha encontrou ressonância no governo estadual da época comandado por Alberto Tavares Silva, que, de certa forma, a incentivou. Ao assumir o governo do estado, Silva objetivava exaltar a identidade piauiense e colocar o Piauí no cenário nacional<sup>264</sup>. Dessa forma, encontrou na tradição dos “Heróis do

<sup>260</sup> LIMA, op. cit., 2017, p. 29.

<sup>261</sup> BERSTEIN, op. cit., 2009, p. 34.

<sup>262</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2012, p. 96.

<sup>263</sup> RODRIGUES, Maristella Muniz. **Entre comemorações cívicas e lutas pela construção da memória: a política cultural do governo Alberto Silva**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2018, p. 113.

<sup>264</sup> FONTINELLES, op. cit., 2015.

Jenipapo” um elemento importante para esse objetivo, pois, “dar visibilidade aos heróis do Jenipapo significava construir uma narrativa de inclusão do Piauí na História nacional”<sup>265</sup>.

Em seu governo (1971-1975), Alberto Silva passou a propagar e defender a identidade piauiense e sua administração “(...) passou a valorizar bastante a ideia de ser construtora da autoestima piauiense e sua condutora”<sup>266</sup>. Uma das formas de se alcançar esse objetivo era através de grandes construções empreendidas no estado, impulsionadas pelo crescimento econômico do início da década de 1970, proporcionado pelo chamado “milagre econômico brasileiro.”

Dessa forma, Silva empreende uma série de intervenções na infraestrutura do estado, como a construção de rodovias (como a Transpiauí), terminal de petróleo, parque zoobotânico, prédio da CEPISA, estádio Albertão, entre outras, propagando “um otimismo que andava de braços dados com a ideia de desenvolvimento. Daí a grande ênfase nas realizações que expressassem essa postura em realizações materiais, sobretudo por meio de construções arquitetônicas”<sup>267</sup>. E é nesse contexto que será construído, em 1973, o “Monumento Heróis do Jenipapo”, em Campo Maior.

Com isso, a Batalha do Jenipapo, e a construção do monumento, foram usados por Silva no seu objetivo de estimular a autoestima dos piauienses, procurando, dessa maneira, inserir o estado no acontecimento mais importante do país. Entretanto, a construção do Monumento serviu também para colocar o nome de Alberto Silva na história e memória piauienses e para que seu governo fosse glorificado por reconhecer a importância daqueles homens para o Piauí e para o Brasil.

Nesse contexto, passa a existir em Campo Maior uma grande reivindicação, sobretudo por parte da imprensa, do poder político local e das elites da cidade, para a construção do monumento aos “Heróis do Jenipapo”. A imprensa campomaiorenses da época – o jornal *A Luta* – atuou intensamente no objetivo da construção do monumento, sendo um catalizador para a construção da memória cívica local em torno dos “Heróis do Jenipapo”. O jornal, através de

---

<sup>265</sup> RODRIGUES, op. cit., 2018, p. 125.

<sup>266</sup> FONTINELES, op. cit., p. 86. De acordo a historiadora, nesse propósito do governador podemos destacar a política de financiamento de obras literárias piauienses, campanhas publicitárias, e ainda a construção do Monumento “Heróis do Jenipapo” em Campo Maior. No entanto, é preciso esclarecer, como nos adverte Cláudia Fontineles, que por trás dessa suposta benfeitoria à sociedade piauiense estava o interesse de Alberto Silva de propagar seu nome e sua administração, angariando para si os reconhecimento de tais feitos.

<sup>267</sup> Idem, p. 91.

seus colaboradores, incumbiu-se de estimular o reconhecimento nacional da batalha e a heroificação dos seus mortos, envolvendo a cidade nesse ideário cívico.

Um dos principais nomes envolvidos na construção do monumento está o de Otacílio Eulálio, um dos colaboradores do jornal. Otacílio aparece, nas matérias do jornal, muito engajado nesse objetivo, propondo a participação de toda a sociedade campomaiorense nesse objetivo. Para tanto, ele abriu até uma conta, junto com outro colaborador do jornal, para arrecadar fundos para a execução da obra:

Otacílio Eulálio com Antônio Andrade Filho – o Irmão Turuka – encetaram um movimento meritório entre março e abril de 1970, no sentido de se construir o sonhado monumento alusivo ao grande ato de bravura de campomaiorenses no dia 13 de março de 1823. E numa conta – de nº 31.001 – foi aberta por Otacílio e Irmão Turuka no Banco do Brasil SA, agência de Campo Maior, no nome do primeiro pró construção do monumento aos heróis do Jenipapo. Ontem, a pedido de Otacílio Eulálio, o que fora solicitado por nossa reportagem, um extrato da conta foi expedido pelo Banco do Brasil, que mostra a quantia de 192 cruzeiros depositada até esta data. E quem toma ciência deste valor diz que ainda é muito pequeno, haja vista que a obra sonhada deve ser verdadeiramente monumental. A sua conta, porém, continua aberta, à espera dos que amam a sua terra e os seus heróis<sup>268</sup>.

Podemos notar, assim, um grande desejo para a construção do monumento. O ato da abertura da conta é muito significativo, pois procura envolver a cidade nessa empreitada, que deve ser uma luta de todos, como indica o título da matéria. Sozinhos os dois não conseguiriam construir a sonhada obra que deveria ser monumental, assim como fora o ato dos bravos guerreiros, e a cidade era chamada a contribuir para o reconhecimento dos seus heróis.

Entretanto, passado cerca de um ano da abertura da conta, o valor ainda era irrisório, e somente por essa iniciativa o monumento não seria construído. Uma obra suntuosa, como deveria ser o monumento, não seria erguida somente com a contribuição financeira dos campomaiorenses, por maior que fosse sua veneração àqueles heróis. Assim, buscou-se também o apoio do governo estadual, como mostra a matéria a seguir:

O Prof. Raimundo Andrade solicitou recentemente do secretário da Educação e Cultura Estadual, em Teresina, a construção do sonhado monumento dos heróis do Jenipapo, que tanto prometem aos campomaiorenses, mas vem sendo tão difícil de se concretizar. O Prof. Raimundo Wall Ferraz garantiu ao ex-prefeito de Campo Maior que durante seu exercício mandará erigir o monumento. Afinal de contas, o governo do Eng<sup>o</sup> Alberto Silva inclui o turismo como uma das metas

<sup>268</sup> CAMPANHA deverá ser a luta de todos. **A Luta**, ano IV, n. 160, 13 mar. 1971.

principais, e a Batalha do Jenipapo constitui-se no fato histórico mais relevante do Piauí. (...) <sup>269</sup>.

Raimundinho Andrade ainda era prefeito de Campo Maior quando solicitou a construção do monumento ao governo do estado. Podemos ver que a obra é também uma promessa do governo estadual aos campomaiorenses, mas que tarda a se realizar. É interessante observarmos ainda o argumento do jornal para a construção do monumento, pois relaciona a obra com o projeto cultural do governo de Alberto Silva que estava em seus primeiros dias. Nesse sentido, o monumento seria uma das principais obras do governo de Silva para a promoção do turismo no estado, pois era o “fato histórico mais relevante do Piauí”.

Assim, em meio às reivindicações dos campomaiorenses e da imprensa local, e também na intenção de resgatar a identidade piauiense e trazer para o Piauí o desejado reconhecimento nacional, o governador Alberto Silva acena positivo pela construção dessa obra. O jornal *A Luta* publicou uma imagem do projeto do futuro monumento:



Imagem 05: Projeto do Monumento “Heróis do Jenipapo”<sup>270</sup>.

<sup>269</sup> R. ANDRADE pede monumento ao Secretário de Educação. *A Luta*, n. 161, 20 mar. 1971

<sup>270</sup> É PRECISO realizar nosso sonho neste sesquicentenário. *Jornal A LUTA*, ano V, abr. 1972, s/p.

Na matéria lê-se o seguinte texto: *“Uma Pátria que não cultiva seus heróis é uma Pátria que não tem perspectiva no futuro, porque o passado é o elemento que dinamiza o presente e que abre luzes para o futuro”*. Passado e futuro estariam ligados naquela construção que seria um ato de louvor aos mortos na batalha, mas também um local de edificação da memória. Seria, de acordo com Pierre Nora, um lugar de memória, pois:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais<sup>271</sup>.

Esse monumento passa a evocar memórias de diferentes momentos da história nacional. É uma significativa homenagem aos mortos da Batalha do Jenipapo e um reconhecimento de seu heroísmo; e é uma forte marca da ditadura, em Campo Maior e no Piauí. Sua construção simboliza o refúgio e a cristalização da memória<sup>272</sup> sobre a Batalha do Jenipapo, em seus diferentes significados, sobretudo o político. Nesse sentido, a partir a percepção que os campomaiorenses construíram da Batalha, podemos afirmar que esse acontecimento produziu naqueles indivíduos um “espaço de experiência”, no qual:

(...) é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia<sup>273</sup>.

Os campomaiorenses do período em questão (décadas de 1960 e 1970) não participaram diretamente da batalha, no entanto comungam de uma experiência que os leva a se sentirem participantes daquele evento. À medida que eram realizadas celebrações aos “Heróis do Jenipapo”, aquele passado, cultuado pelos campomaiorenses, era atualizado, inserido em seu presente, conservando um sentimento de heroísmo, que aliado ao discurso cívico-patriótico evocado pelos militares, contribuiu também para legitimar o regime militar em Campo Maior.

---

<sup>271</sup> NORA, op. cit., 1993, p. 13.

<sup>272</sup> Idem.

<sup>273</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 309-310.



Na expectativa da construção do monumento, em plena vigência dos *anos de ouro* do regime militar, muitas imagens e representações foram produzidas em Campo Maior sobre o passado e o presente do Brasil, mobilizando “mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual”<sup>274</sup>, enfatizados pelos valores da cultura política campomaiorense que passou a ver naqueles homens seus heróis, na construção de perspectivas de futuro, a partir das noções e ideias defendidas pela ditadura. É nesse contexto que Cunha Neto<sup>275</sup>, famoso poeta local, escreve um poema relacionando os “Heróis do Jenipapo” com os generais-militares:

São duas datas históricas  
 Que hoje vamos festejar  
 Os heróis do Jenipapo  
 Que se fizeram tombar  
 Mas aqui, seu monumento  
 Se erguerá sob o vento  
 Para lhes testemunhar

Morreram para nos dar  
 A nossa libertação  
 Hoje, somos independentes  
 É forte a nossa união  
 E aqui neste local  
 A pedra fundamental  
 Marcará a construção<sup>276</sup>.

Cunha Neto foi vereador em Campo Maior pela ARENA, como vimos no primeiro capítulo, e, portanto, comungava dos valores do regime militar. Seu poema, apesar de ser divulgado em abril, é escrito no mês de março, no qual se comemorava tanto a Batalha do

<sup>274</sup> MOTTA, op. cit., 2009, p. 21.

<sup>275</sup> José da Cunha Neto nasceu em Campo Maior a 02/06/1924. Foi poeta, radialista, político e comerciante. autor de vários livros e centenas de poesias no estilo literatura de cordel. Ocupou a cadeira 12 da Academia Campomaiorense de Artes e Letras - ACALE. O poeta foi homenageado com diversas comendas, entre elas, a Medalha do Mérito Heróis do Jenipapo. Faleceu em Campo Maior em 07 de fevereiro de 2010.

<sup>276</sup> CUNHA NETO. Os Heróis e a Revolução. **A Luta**, 15 de abr. de 1973. Ao final do poema, o jornal explica que o mesmo deveria ter sido publicado no dia 31 de março, no entanto, por problemas de edição, só foi possível fazê-lo quinze dias depois.

Jenipapo, em Campo Maior, quanto a “Revolução de 1964”. Ou seja, era um momento oportuno para o poeta, e político, utilizar sua linguagem poética para homenagear aqueles que ele considerava serem heróis daqueles dois momentos. A seguir, temos mais um trecho do poema, onde podemos o poeta demonstra que o 31 de março seria digno de louvor, assim como o dia em que era comemorada a batalha.

E a outra data, que hoje  
 Vamos também festejar  
 É o 31 de Março  
 Que fez tudo “clarear”  
 Data da Revolução  
 Que sacudiu a Nação  
 Para um feliz despertar.

O Brasil independente  
 Estava sendo enganado  
 Muitos dos filhos marcharam  
 Por caminho muito errado  
 Mas veio uma explicação  
 Chamada Revolução  
 Deixando tudo apagado<sup>277</sup>.

Em seu poema, Cunha Neto propõe uma relação entre os dois acontecimentos. O 13 e o 31 de março são entendidos, em sua perspectiva, como duas datas históricas para o país, as quais significariam a consolidação e a segurança da independência do Brasil, conquistada em 1822. Dessa maneira, o autor pretende produzir uma relação entre os dois acontecimentos, esboçando a finalidade de ambos e exaltando o feito de seus protagonistas. O presente é significado a partir do presente, no qual se constroem representações que corroborem com o projeto político em vigor. E esse poema é relevante nessa articulação, pela pessoa que o escreve, mas também pelo sentido empregado nas palavras e pela forma como ele apresenta os

---

<sup>277</sup> CUNHA NETO. Os Heróis e a Revolução. **A Luta**, 15 de abr. de 1973.

contextos, o que pode ter provocado o imaginário dos campomaiorenses quanto ao seu passado, o seu presente e também o seu futuro, pois:

As ideias, apreendidas por meio da circulação das palavras que as designam, situadas nos seus enraizamentos sociais, pensadas na sua carga afetiva e emocional, tanto quanto no seu conteúdo intelectual, tornam-se assim, tal como os mitos ou os complexos de valores, uma dessas «forças coletivas pelas quais os homens vivem o seu tempo» e, portanto, uma das componentes da «psique coletiva» de uma civilização<sup>278</sup>.

Esse poema é muito importante para compreendermos a imagem da ditadura que era expressa por vários segmentos sociais em Campo Maior e, assim, entendermos como foi sendo construída a legitimidade do regime na cidade. Cunha Neto tinha respaldo em sua obra, não só por conta de sua arte, mas também por seu prestígio político já demonstrado para com os campomaiorenses, e a maneira como ele representa aquele período é muito significativa para seus contemporâneos inseridos naquele contexto histórico, bem como para nós que, a partir *deste* presente, problematizamos aquela conjuntura. O poema ainda tem alguns versos, em que seu autor expressa que;

Nove anos decorridos  
 É bom sempre festejar  
 Não esquecendo os deveres  
 Do [inelegível] militar  
 Todos somos brasileiros  
 E também somos guerreiros  
 Pra luta vamos marchar

E nós campomaiorenses  
 Soldados por natureza  
 Cada um está preparado  
 Pra fazer sua defesa  
 Vamos ficar por aqui  
 Ampliando o Piauí

---

<sup>278</sup> CHARTIER, op. cit., 2000, p. 43.

Que já tem muita grandeza<sup>279</sup>.

Cunha Neto exalta a “Revolução”, equiparando-a à Batalha do Jenipapo, e ao fazer isso ele expõe sua dimensão do golpe, entendida a partir do lugar que ocupa na sociedade campomaiorenses, categorizado como um feito heroico. A “Revolução” teria vindo para consertar erros do país, e os campomaiorenses, tidos como “soldados” eram exortados à luta, como fizeram no passado, para assegurar a liberdade do país. Passada quase uma década, a ditadura era representada pelo poeta campomaiorenses como mais uma batalha que estaria sendo travada em prol da nação, cuja vitória demandaria o esforço de todos.

O autor defende um heroísmo dos bravos homens que morreram na Batalha do Jenipapo e dos militares que derrubaram um governo democraticamente eleito. Considera dois fatos políticos distintos como heroicos. Ao fazer isso, ele percebe interesses coletivos nas ações desses indivíduos, que teriam lutado em favor do maior bem nacional: a liberdade. E isso era instrumentalizado para exaltar o passado e legitimar o presente. Nesse sentido, é válido citarmos a noção de herói nacional esboçada por José Murilo de Carvalho:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. (...). Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado<sup>280</sup>.

De acordo com o historiador, o culto a heróis é fundamental aos regimes políticos e, em se tratando de uma ditadura, consideramos que isso se torna quase obrigatório, uma vez que um certo passado heroico é instrumentalizado para criar narrativas e discursos que legitimem o presente. É nessa conjuntura que são inseridos os “Heróis do Jenipapo”, que passam a compor o panteão cívico brasileiro, ao passo que se intenciona legitimar o regime militar identificando-o com os homens que tombaram naquela batalha.

<sup>279</sup> CUNHA NETO. Os Heróis e a Revolução. **A Luta**, 15 de abr. de 1973.

<sup>280</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 55.

O autor ainda manifesta seu entusiasmo com a construção do monumento que homenagearia os “Heróis do Jenipapo”. A memória desse período da nossa história – a ditadura militar – se faz presente naquele monumento. Sua construção simboliza o desejo do domínio da memória daqueles que comandavam o país na época, pois, como nos mostra Jacques Le Goff, “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e sociedades históricas”<sup>281</sup>. Aquele monumento representa a grandiosidade do regime militar, mas em suas entrelinhas estão inscritas também as marcas de um triste período da história do Brasil.

O monumento traz vozes do passado, mas também ecoa silêncios. Evoca o poder econômico, o civismo e o patriotismo do governo militar, mas traz também silencia os atos repressivos da ditadura contra seus opositores. A partir de sua construção, podemos dizer que houve uma manipulação da memória coletiva, em favor do regime militar, através dos esquecimentos e dos silêncios da história do regime.

Previsto para ser inaugurado em 13 de março de 1973, data do sesquicentenário da batalha, e contando com a presença do então presidente, o general Emílio Garrastazu Médici<sup>282</sup>, o monumento só foi inaugurado meses depois – sem a presença do presidente – após alguns adiamentos por conta de atrasos na obra. No dia 06 de novembro de 1973, enfim, era inaugurado em Campo Maior o Monumento Heróis do Jenipapo:

A solenidade iniciou-se com o hasteamento das bandeiras municipal, estadual e nacional, respectivamente pelo Prefeito Municipal Dácio Bona, Gal. Tácito Teófilo e o Governador Alberto Silva, ao mesmo tempo que a banda do exército entoava o Hino Nacional. Em seguida, o Mons. Joaquim Lopes Chaves<sup>283</sup>, primeiro lugar num concurso público de âmbito nacional sobre a Batalha do Jenipapo<sup>284</sup>, pronunciou inspirada oração a Deus, invocando sua assistência àquela solenidade. Depois o Gal. Tácito Teófilo leu a Ordem do Dia, onde fez uma retrospectiva histórica da gloriosa batalha. Por fim falou o Governador Alberto Silva, frisando o significado da inauguração como resgate de dívida histórica a que seu governo não pôde ficar indiferente<sup>285</sup>.

<sup>281</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas-SP: Editora UNICAMP, 2013, p. 390.

<sup>282</sup> A Luta, 1972.

<sup>283</sup> Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, mais conhecido como Monsenhor Chaves, nasceu em Campo Maior a 09/03/1913. Foi secretário do bispado durante o governo episcopal de Dom Severino Vieira de Melo e vigário da Arquidiocese de Teresina no episcopado de Dom Avelar Brandão Vilela (até o ano de 1975, Campo Maior era pertencente à arquidiocese de Teresina, quando então foi criada a Diocese de Campo Maior, instalada canonicamente no ano seguinte, tendo como seu primeiro bispo Dom Abel Alonso Nuñez). Ver: LIMA, op. cit., 1995.

<sup>284</sup> Foi o concurso “O Piauí nas Lutas da Independência do Brasil”, promovido pelo governo de Alberto Silva, porém de âmbito estadual. Podemos observar o interesse do jornal e alçar a uma dimensão nacional ações relativas à Batalha do Jenipapo.

<sup>285</sup> DO ALTO deste monumento 150 anos são contemplados. **A Luta**, ano VI, nov. 1973, s/p.

Percebemos a presença de representantes dos vários poderes e instituições (poder político municipal e estadual, Exército, Igreja) demonstrando a união da sociedade pretendida e propagada pelos militares. Altos dignitários do clero campomaiorense – e piauiense –, o poder militar e o poder político estavam juntos naquele evento, o que nos faz perceber a ligação entre esses grupos cuja aliança que articularam em 1964 culminaram no golpe que derrubou o governo democrático de João Goulart.

Como vimos no primeiro capítulo, o catolicismo predomina em Campo Maior e influencia o comportamento político dos campomaiorenses, visto que a religião é um elemento com o qual uma cultura política pode ser constituída. A presença de representantes do clero local ao lado de um chefe militar e do governador indicado pelo Executivo nacional aponta para a continuidade do apoio que parte da Igreja Católica concedeu às forças reacionárias protagonistas do golpe de 1964 em um momento em que o regime ainda vivia seus *anos de chumbo*. Sendo um forte elemento da cultura política campomaiorense, o catolicismo foi uma base de sustentação do regime militar em Campo Maior, pelo qual as ideias, valores e noções da ditadura eram respaldadas, contribuindo para a legitimidade daquele governo na cidade.

Aquela inauguração refletia o cenário em que se encontrava boa parte do país em relação à ditadura, na qual observamos a presença de grupos políticos e sociais de Campo Maior. Em um trabalho conjunto, essas forças se articulavam na intenção de identificar o regime militar como um elo de ligação entre o passado e o presente, como um condutor da nação brasileira. E, com o intuito de também se apresentar como um importante ator desse empreendimento para os piauienses, em seu discurso, o governador Alberto Silva afirmou que aquele monumento significava o “resgate” de uma dívida histórica:

(...) o Governador Alberto Silva disse que, com a inauguração do Monumento-Museu Heróis do Jenipapo, o Governo e o Povo do Piauí iniciavam o resgate de dívida histórica contraída no dia 13 de março de 1823 com os heróis que se empenharam na derrota das tropas portuguesas comandadas pelo brigadeiro Fidié.

Afirmou o Chefe do Executivo, ao fazer um breve histórico da batalha travada em terras piauienses, que não foi a ela atribuída, até hoje, a verdadeira importância que possui em relação à Independência do Brasil “que não assumiu, no Piauí, caráter de mera adesão, mas de proclamação como

consequência lógica de um processo de conspiração, de organização e de luta visando à separação política do nosso País da Coroa Portuguesa (...) <sup>286</sup>.

O governador reafirma a importância da batalha para a Independência do Brasil, que não fora dada antes. Ao dizer que aquela inauguração se tratava do resgate de uma dívida histórica, o governador se coloca como o agente principal da “quitação” dessa dívida, num esforço de inserir seu nome naquele momento e naquele monumento. Essa obra traz consigo a marca da ditadura nas terras campomaiorenses, ao passo que enraíza em seu espaço, em sua imagem <sup>287</sup> a memória da ditadura militar em Campo Maior.

O jornal *A Luta*, na edição do dia da inauguração do monumento, tem a capa inteiramente dedicada a comemorar tal feito, destacando a participação de toda a cidade na realização daquele sonho. É o coroamento da luta de muitas pessoas que se engajaram na luta por essa obra <sup>288</sup>. Mas, o jornal exalta também o seu papel para a concretização desse objetivo:

Poderia parecer incoerente não escondermos que estivemos ao lado de todos aqueles que batalharam pela construção do Monumento e que a nossa ação em favor do que se conseguiu fazer foi decisiva, para não dizer fundamental. E o fazemos aqui principalmente para lembrar aos que hoje se orgulham do Monumento que um jornal como o nosso, mesmo circulando com precariedade que nós não desconhecemos, conseguiu de maneira palpável, transformar a ideia de um grupo de sonhadores na realidade do que se presencia <sup>289</sup>.

O jornal se destaca como um grande impulsionador para o reconhecimento dos “Heróis do Jenipapo” com a construção do seu monumento. Ao longo de alguns anos, em suas páginas foram publicados vários textos que conclamavam a sociedade campomaiorense a participar dessa *luta* pelo reconhecimento de seus heróis. O jornal esteve, assim, fortemente comprometido com esse objetivo e foi, portanto, um grande incentivador dessa memória cívica dos “Heróis do Jenipapo”.

Dentro da programação da solenidade a principal atração era a encenação da Batalha do Jenipapo, feita por estudantes campomaiorenses. Era oportuno que, no dia em que era

---

<sup>286</sup> PIAUI resgatou dívida histórica. **Jornal do Piauí**, Teresina, ano XXIII, nº4.958, 07 nov. 1973, s/p

<sup>287</sup> NORA, op. cit.

<sup>288</sup> *A Luta*, 1973.

<sup>289</sup> NOSSA Participação. **A Luta**, nº 288, ano VI, 06 nov. 1973.

inaugurado o grandioso monumento, se tentasse reproduzir os momentos que tornavam aquele acontecimento possível. Assim:

Após os discursos dos oradores, aconteceu o ponto alto da festa, a encenação feita por estudantes locais, da Batalha do Jenipapo, deixando em todos os presentes a sensação de regressão no tempo, tal foi a quase perfeição com que se comportaram nossos rapazes, como verdadeiros artistas, cujo mérito também cabe a um grupo de abnegadas professoras locais que ensaiaram e dirigiram a apresentação<sup>290</sup>.

De acordo com a matéria, produzida por uma visão romantizada do evento, a encenação teria sido realizada de uma maneira quase perfeita, o que teria possibilitado aos “presentes a sensação de regressão no tempo”. Era como se espectadores daquela peça voltassem 150 anos antes e vislumbrassem aquela heroica batalha e testemunhassem tamanho ardor cívico. Um “retorno” ao passado estaria sendo proporcionado e através disso o presente era glorificado. Para tanto, a memória era usada, com a sua função de ser fiel ao passado, na tarefa de se buscar o passado, não deixa-lo cair no esquecimento<sup>291</sup>.

Essa peça teatral teve uma importância muito grande naquele contexto da inauguração do monumento e para os objetivos cívicos e patrióticos dos militares. Aqueles jovens estudantes foram revestidos da imagem dos “Heróis do Jenipapo” e mais do que uma encenação, eles deveriam proporcionar aos presentes um regresso no tempo, em que os espectadores poderiam “ver” a história acontecer diante de seus olhos. Aquela peça funcionou como um importante elemento no objetivo de forjar sentidos sobre o passado e o presente, na produção de uma memória histórica cívico-patriótica da batalha, usada pela ditadura na produção de imagens e memórias de si. A seguir, temos uma imagem daquela encenação:

---

<sup>290</sup> DO ALTO deste monumento 150 anos são contemplados. **A Luta**, ano VI, Nov. 1973, s/p.

<sup>291</sup> RICOEUR, op. cit.





Imagem 06: Encenação da Batalha do Jenipapo no dia da inauguração do Monumento Heróis do Jenipapo em Campo Maior - 1973<sup>292</sup>

Cerca de 500 estudantes protagonizaram a encenação<sup>293</sup> e eles não apenas proporcionaram aos presentes aquela sensação de regresso ao passado, como também voltaram ao campo de batalha. Podemos entender também que aquela peça foi um forma de educar aqueles jovens, fazer brotar neles esse sentimento cívico, esse reconhecimento dos “Heróis do Jenipapo”, e também fazer com eles experimentassem o prestígio daqueles homens. Além disso, aquela dramatização, realizada em uma comemoração cívica no contexto de uma ditadura, contribuiria para a construção de representações que glorificariam um determinado acontecimento, bem como afirmar a coesão social em torno do sentimento cívico e patriótico que procurava expressar, haja vista que:

As memórias construídas pelas comemorações tenderão para o heroico, para o épico, tendem a ser inscritas, tendem a materializar-se através de modelos narrativos adequados à afirmação do caráter solene e sagrado daquilo que é trazido à memória, que é recordado, que é lembrado. Como visam ser partilhadas por um coletivo, sustentadas por uma dada coletividade, por um conjunto de pessoas, as memórias trazidas à baila pelas comemorações tendem a construir e enfatizar aquilo que seria consensual, que promoveria o

<sup>292</sup> PIAUÍ resgatou dívida histórica. Jornal do Piauí, Teresina, ano XXIII, nº 4.958, 07 nov. 1973, s/p.

<sup>293</sup> A Luta, 1973.

apagamento das diferenças e dissensões no interior do corpo social. Uma das motivações que leva as comunidades humanas a comemorarem seria, justamente, este papel agregador, construtor da coesão social que elas exerceriam<sup>294</sup>.

Esse dia, sem dúvidas, quebrou a rotina da cidade. Foi decretado feriado municipal para que toda a cidade pudesse participar daquela grande festividade, em que o passado glorioso de Campo Maior seria resgatado e os Heróis do Jenipapo receberiam as devidas homenagens pelo sangue que derramaram pela pátria. Nesse sentido, podemos entender essa celebração “(...) como um momento de dramatização não só da vida e da ordem social, mas de seus desejos, de seus sonhos, de seus delírios, de seus caminhos e descaminhos, de seus projetos e projeções”<sup>295</sup>.

Depois de grande mobilização local o monumento era finalmente inaugurado, e o ato se deu numa solenidade tão grandiosa quanto a batalha a que faz memória. Uma série de elementos o tornaram possível, mas sua construção não teria sido possível em outro momento que não fosse a ditadura civil-militar. Nenhum general chegou a visitar o monumento (talvez nem conhecessem a história da batalha antes dele), mas, sem dúvida, ele contribuiu muito para exaltação do regime militar em Campo Maior. Assim:

“(...) é perceptível que a construção do monumento tinha, sobretudo, um significado cívico. Mais do que homenagear os mortos na batalha e prestar honras às suas memórias, este feito buscava reforçar o civismo pregado pelo governo militar e “transformar” as outrora “almas do batalhão” em “Heróis do Jenipapo”, visto que as condições políticas e sociais da época eram propícias para isso. Podemos ver que a “tradição inventada” em torno da Batalha do Jenipapo estava de acordo com os interesses cívicos do governo militar<sup>296</sup>.

Desta maneira, o civismo e o patriotismo propagados pelos militares foram impulsionados pelos “Heróis do Jenipapo” que passaram a ser reconhecido como heróis nacionais. A cidade ganhava um lugar de culto cívico para os seus heróis. O monumento simboliza a eternização dos heróis brasileiros e um “lugar de memória” da Batalha do Jenipapo, mas também da ditadura civil-militar. Um lugar que pode evocar, concomitantemente, a

---

<sup>294</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos** (novos ensaios de teoria da história). – São Paulo: Intermeios, 2019, p. 184

<sup>295</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. **Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs - CEDAP**, v. 7, n. 1, jun. 2011, p. 13.

<sup>296</sup> TEIXEIRA, op. cit., 2018, p. 58.

liberdade conseguida em 1823 e a supressão dessa mesma liberdade pelo governo vigente quando da sua construção.

Tendo observado como se deu a produção e reprodução de discursos e noções de teor cívico-patriótico em Campo Maior, é importante compreender também como essas ideias eram materializadas nas formas de práticas e rituais. Sendo assim, é importante analisarmos as festas cívicas realizadas na cidade em alusão à Batalha do Jenipapo e aos Heróis do Jenipapo, e como elas contribuíram para a construção da memória cívica em solo campomaiorense. Mesmo antes da construção do monumento já havia, em Campo Maior, comemorações à Batalha do Jenipapo. O dia 13 de março era celebrado com grandes festividades na cidade que envolviam todos os segmentos da cidade. Através daquelas comemorações mantinha-se viva a memória dos heróis locais e a cidade se reunia na celebração daquela data histórica para Campo Maior, para o Piauí e para o Brasil.

As festas cívicas da Batalha do Jenipapo, mais do que uma comemoração àquela data histórica, eram também um momento em que toda a cidade era envolvida em um ambiente festivo de louvor aos seus heróis, em todos os habitantes eram participantes de uma mesma festa. Com o passar dos anos, a cidade foi criando uma identidade fortemente ligada àquela batalha e aos seus heróis, contribuindo para a evocação de um passado glorioso, de uma grande importância na história nacional. Como nos mostra Michel Pollak:

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorre um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. De fato (...) podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação<sup>297</sup>.

Ao longo do tempo a memória Batalha do Jenipapo foi sendo imbricada na história de Campo Maior e na vida dos campomaiorenses, de forma que seus habitantes ainda hoje se vangloriam de ter sangue de heróis correndo em suas veias, mesmo que muitos não conheçam a história da batalha. Dessa maneira, as festas cívicas contribuíram para fomentar essa memória em torno da Batalha do Jenipapo e enaltecer seus heróis, mas também reforçaram o civismo e

---

<sup>297</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992, p. 201.

o patriotismo em torno do regime militar brasileiro, pois, conforme Durval Muniz de Albuquerque Jr:

(...) as festas nem são tradições, nem são restos, indícios ou sinais de outros tempos, mas construções e invenções práticas e discursivas de cada temporalidade na qual elas se deram ou ocorreram e na qual foram nomeadas, instituídas e legitimadas<sup>298</sup>.

No início da década de 1970, a Batalha do Jenipapo avançou as fronteiras de seu sentido religioso – com as “Almas do Batalhão” - e a cidade passou a realizar grandes celebrações àquele acontecimento, louvando os feitos daqueles grandes heróis. No ano de 1971 o dia 13 de março foi celebrado em Campo Maior com uma programação em que constavam várias atividades, como mostra a matéria a seguir:

7:00h. Missa na Igreja Matriz

7:30h. Saída para visita ao local da Batalha

8:00h. Demonstração de Rans. Fúnebre pela 2ª companhia da Polícia Militar sediada em Campo Maior

8:15h. Hino de Campo Maior, homenagem simbólica aos heróis

8:25h. Palavra do Dr. Carlos Sousa. Palavra facultada

Encerramento – Hino Nacional

15:30h: Futebol de Salão – disputa da “Taça Heróis do Jenipapo”, promovida pelo jornal “A LUTA, em colaboração com a movelaria Santo Onofre<sup>299</sup>”.

Como podemos ver, as atividades comemorativas envolveram vários segmentos da sociedade campomaiorense (Igreja, Polícia Militar, jogos de futebol), o que nos permite compreender o caráter coletivo da comemoração, que é “uma ação que só se pode realizar acompanhado, uma ação que convoca e exige a presença do outro”<sup>300</sup>. Isso mostra como Campo Maior já celebrava seus heróis mesmo antes da construção do Monumento, como as ideias de heroificação de indivíduos já eram produzidas em na cidade e reafirmadas através da construção de uma memória cívica, por meio de comemorações que convocavam a “adesão aos sentidos, aos discursos, ao imaginário”, pois “a comemoração convoca ao discurso épico, o discurso que

<sup>298</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, op. cit., 2011, p. 13.

<sup>299</sup> PROGRAMA para as homenagens aos Heróis do Jenipapo. **A Luta**, ano IV, mar. 1971, s/p.

<sup>300</sup> ALBUQUERQUE JR., op. cit., 2019, p. 182.

busca heroificar”<sup>301</sup>. A matéria a seguir explica detalhadamente como esse programa foi colocado em prática:

As comemorações do dia 13 de março de 1971 começaram às 7:00 com a celebração da missa pelo Monsenhor Mateus Rufino, na Matriz de Santo Antônio. As autoridades, o batalhão da 2ª Companhia da Polícia Militar e a banda musical da valorosa corporação, de Teresina, bem como o povo saíram, depois, em desfile para as margens do rio Jenipapo. No cemitério dos heróis, o corpo policial, composto de vinte figurantes, comandado pelo Capitão Cancio e Tenente Aguiar, da companhia de Teresina, homenagearam os guerreiros do Jenipapo com uma salva de tiros. Em seguida, o Prefeito Jaime da Paz depositou ao pé do monumento uma bonita coroa de flores, sob o cantar do Hino de Campo Maior. (...). Posteriormente, os presentes, acompanhados pela banda da PM, cantaram o Hino Nacional, após o que a multidão regressou à cidade, novamente em desfile pelas ruas e praças, com a participação de dezenas e dezenas de veículos, tendo à frente a Companhia Policial Militar e o carro do chefe do poder Executivo municipal<sup>302</sup>.

Podemos perceber que as festividades se deram em dois locais: na cidade e nas proximidades onde ocorreu a batalha. Dessa forma, podemos entender esse percurso como uma procissão em que, eufóricos, inúmeros campomaiorenses se deslocaram como podiam para o local da batalha para prestar honras cívicas àqueles grandes heróis nacionais. Nesse percurso, o poder Executivo ia à frente, comandado pelo prefeito Jaime da Paz, um tenente, como que indicando o caminho a seguir, não só naquela estrada, mas também, como um militar que era, no caminho da nação.

Deste modo, percebemos que, inicialmente cultuados como almas milagrosas, identificados pela população campomaiorense como “Almas do Batalhão”, os homens que morreram na Batalha do Jenipapo foram elevados à categoria de heróis nacionais durante a Ditadura Militar, e receberam o título de “Heróis do Jenipapo”. Numa ação que envolveu a sociedade campomaiorense e os poderes públicos (municipal, estadual e nacional), aquele feito de 13 de março de 1823 foi ressignificado no período militar e um sentido político foi atribuído àqueles simples homens.

Como coroamento desse significado político, em 1973 foi inaugurado nas proximidades do local da batalha um suntuoso monumento, intitulado “Heróis do Jenipapo”, que fazia memória àquela importante batalha e aos brasileiros que perderam suas vidas no confronto, mas

---

<sup>301</sup> Ibidem, p. 181.

<sup>302</sup> FORAM homenageados os Heróis do Jenipapo. **A Luta**, n. 161, 20 mar. 1971.

também à ditadura civil-militar em vigor no Brasil. Nesse sentido, para além de qualquer homenagem que se quisesse fazer aos Heróis do Jenipapo, o monumento é uma grande marca da ditadura civil-militar em Campo Maior.

Para solidificar essa memória cívica em torno dos Heróis do Jenipapo, bem como para enaltecer o regime em vigor, grandes festividades cívicas eram realizadas em Campo Maior, envolvendo a cidade no contexto cívico e patriótico do momento. Assim, diante do que foi dito, podemos entender que a Batalha do Jenipapo, os heróis e seu monumento foram grandemente enalticados pelos campomaiorenses, entretanto também foram utilizados politicamente para glorificar algumas pessoas, individualmente, e um terrível governo autoritário e repressor existente no Brasil.

### **3. 2 Entre discursos e ritos cívicos: o Dia da Independência em Campo Maior**

Nesta seção, discutiremos as comemorações do 7 de Setembro em Campo Maior, problematizando como aquela data foi celebrada na cidade no período em estudo, analisando tanto as narrativas criadas em torno daquela data cívica, como também os rituais celebrativos realizados na cidade naquele contexto. Com isso, pretendemos destacar a influência do discurso cívico-patriótico na construção da legitimação do regime militar em Campo Maior e como, a partir dele, foi produzida uma memória cívica da ditadura que estava em sintonia com os ideais do governo autoritário.

“O civismo foi o ideário por excelência de legitimação do Estado derivado do golpe de 1964”<sup>303</sup>. Através de discursos, e sua materialização em práticas e rituais, os militares procuravam inculcar nos brasileiros ideias e noções que fomentassem a legitimação do regime. Os símbolos nacionais foram instrumentalizados nesse processo e, juntamente com o culto aos heróis nacionais, a ditadura tentava educar cívica e patrioticamente os cidadãos.

Entre outras ferramentas utilizadas nesse objetivo, a educação recebeu uma atenção especial dos militares, por meio da qual pretendiam ensinar os cidadãos noções e comportamentos que atendessem a fins morais, cívicos e patrióticos. E, como parte do projeto educacional proposto pela ditadura, em 1969, por meio do decreto-lei 869/69 foi estabelecido

---

<sup>303</sup> MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964 - 1985). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013, p. 184.

o ensino obrigatório da disciplina Educação Moral e Cívica em todas as escolas e níveis de ensino<sup>304</sup>. De acordo com o documento oficial:

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (...) <sup>305</sup>.

Esse documento é um exemplo dos interesses cívico-patrióticos do regime militar, no qual os cidadãos seriam formados com base no civismo proposto pelo governo, se tornando “o agente social responsável por excelência pela preservação da nação”<sup>306</sup>, e sua relevância consta no fato de que ele engloba diversos segmentos nos quais os valores que assegurassem a segurança e o bem-estar da nação deveriam ser praticados. A escola seria o lugar primordial

<sup>304</sup> A disciplina de Educação Moral e Cívica já constava em currículos escolares no Brasil em períodos anteriores, sendo utilizada inclusive durante a Era Vargas para os mesmos fins políticos. Ver AGUIAR JÚNIOR, José de Arimatéa Freitas. **Festas, hinos e marchas: constituição do patriotismo e o serviço militar no Piauí (1935-1945)**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Piauí: Teresina, 2014; MELO, Salânia Maria Barbosa. **A Construção da Memória Cívica: espetáculos de civilidade no Piauí. (1930-1945)**. Teresina: EDUFPI, 2010. Entretanto, durante a ditadura civil-militar, essa disciplina foi idealizada a partir de singularidades que visavam a formação do cidadão brasileiro dentro dos objetivos dos militares, em que discursos e rituais de caráter cívico-patriótico eram a tônica nas políticas educacionais propostas pelo MEC. Sobre isso ver: MAIA, Tatyana de Amaral. **Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964 - 1985)**. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013, p. 182-206. Em Campo Maior, é possível observarmos a atuação dessa disciplina através da memória de algumas pessoas que tiveram contato com seus conteúdos na grade curricular. Sobre isso ver: TEIXEIRA, Caio Vinícius Silva Teixeira. **Moral, civismo e patriotismo: festas cívicas em Campo Maior na Ditadura Militar (1971-1978)**. Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Piauí, Campo Maior, 2018.

<sup>305</sup> BRASIL. **Decreto-Lei nº 869**, de 12 de Setembro de 1969. Não pretendemos destacar o papel da disciplina de EMC, mas usá-la como exemplo de projeto de civismo e patriotismo dos militares, através dos conteúdos que deveria abarcar, expostos no documento.

<sup>306</sup> MAIA, op. cit., 2013, p. 189.

onde os cidadãos seriam educados cívica e patrioticamente, os quais refletiriam os ensinamentos ali absorvidos em sua convivência social.

Percebemos, portanto, como que os valores e noções de civismo e patriotismo deveriam permear toda a sociedade brasileira, atravessando todos os segmentos sociais, criando um imaginário que legitimasse o regime. Era importante que toda a sociedade brasileira reproduzisse as ideias que sustentavam o governo para que, assim, pudesse se identificar com o mesmo. No seu projeto de legitimação, o governo militar pretendeu forjar um imaginário social através do qual pudesse inserir seus valores e obter, por parte da população, consentimento para suas ações, pois como nos mostra o historiador José Murilo de Carvalho:

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos, e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também (...) por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas<sup>307</sup>.

Os símbolos, os heróis, as tradições nacionais constituiriam esse imaginário objetivado pelo regime militar, em que os comportamentos dos brasileiros seria orientado pelas ideias que a ditadura defendia e estas, por sua vez, eram respaldadas no passado da nação. Assim, seria fundamental atingir os sentimentos do povo, provocando-lhe emoções e sentimentos que os fizesse se sentirem participantes da história do Brasil e do governo em vigência no país. E, nesse intuito, é imprescindível a exortação à celebração das grandes datas nacionais e ao culto aos heróis da Pátria. É nesse contexto que estão inseridas as comemorações ao 7 de Setembro em Campo Maior, que ora analisamos.

A data de 7 de setembro destaca-se na história do Brasil pelo fato de que, naquele dia, no ano de 1822, D. Pedro teria proclamado o famoso grito que ficou marcado na história nacional: “Independência ou morte!”. A história nos ensina que nenhum fato é concebido isoladamente, e a Independência do Brasil não foge a essa regra. Entretanto, o que ficou

---

<sup>307</sup> CARVALHO, op. cit., 1990, p. 10-11.



cristalizado foi que a partir daquele grito, entoado às margens do rio Ipiranga, o Brasil estaria liberto das amarras de Portugal, e Dom Pedro passou a ser reconhecido como o grande herói nacional e o Sete de Setembro como o marco fundador da nação brasileira

Ao longo do tempo, essa imagem do heroísmo de D. Pedro e da independência do Brasil foi se tornando mais forte e a comemoração ao Sete de Setembro se torna uma festividade de caráter cívico, patriótico, nacionalista. O Dia da Independência passa a ser a data magna do calendário nacional, ordenando discursos e celebrações em louvor àquele que seria o grande herói da nação e seu feito histórico, produzindo sentidos e despertando paixões nos brasileiros através de rituais e celebrações nos quais a disciplina, a ordem e a harmonia materializavam os discursos que as embasavam. Assim, essa data cívica foi se consolidando na memória dos brasileiros.

No período da ditadura civil-militar essa festa ganha um sentido mais forte devido ao patriotismo propagado pelo Estado que se intensifica em governos ditatoriais, haja vista que “A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social”<sup>308</sup>. Entretanto, a tradição de se comemorar civicamente certas datas ou personagens da História não foi criada, ou conforme Hobsbawm, inventada no período militar, mas já era praticada em outros momentos da história do Brasil.

Todavia, esse discurso cívico-patriótico em Campo Maior é reforçado força da tradição dos “Heróis do Jenipapo”, cujo heroísmo é relacionado com a independência do Brasil – e vice-versa – nas narrativas que são produzidas na cidade sobre esse episódio, colocando a bravura como elemento fundamental para a liberdade do Brasil. Esse discurso já é produzido na imprensa campomaiorenses no final da década de 1960. Em matéria alusiva à celebração do 7 de Setembro, veiculada no jornal *A Luta*, essa relação entre os dois acontecimentos já é articulada, procurando demonstrar a importância mútua das duas datas para os caminhos que a nação tomou a partir de 1822. A matéria destaca que:

Na passagem do Jenipapo, onde se travou a batalha mais sangrenta pela consolidação da Independência, nós campomaiorenses, em particular, encontramos motivos patrióticos de inspiração permanente para os movimentos cívicos que nos assegurem a sobrevivência da Democracia e da República. Os triunfos do povo têm por bandeira o idealismo no pedestal da mocidade. As conquistas do passado são irretorquíveis e os seus exemplos marcam luminosamente o destino nacional<sup>309</sup>.

---

<sup>308</sup> CARVALHO, op. cit., p. 11.

<sup>309</sup> A Grande Data. *A Luta*, 08/09/1968

A Batalha do Jenipapo seria um motivo a mais que inspiraria os campomaiorenses aos movimentos em prol da – suposta – democracia e da República, ou seja, eles deveriam se espelhar na bravura dos “Heróis do Jenipapo” e lutar pela nação. É importante destacarmos esse aspecto da mensagem, visto que no período em que ela foi publicada o país vivia intensos combates entre militares e opositores ao regime, os “anos de chumbo”, o que culminou em uma intensa repressão aos grupos que se colocavam contra a ditadura, institucionalizando-se na edição do AI-5, no final de 1968.

Desse modo, o heroísmo demonstrado nas margens do rio que nominava a batalha deveria impulsioná-los em novas lutas em defesa na nação. Percebemos, dessa forma, que o ideário de democracia constituía o imaginário de parte dos habitantes da cidade que, imbuídos pelo exemplo de seus antepassados, deveriam agir para assegurar as suas conquistas. Tal entusiasmo cívico-patriótico é lembrado na semana seguinte pelo ex-prefeito municipal João de Deus Torres:

Campo Maior, pelas suas raízes históricas, é uma das cidades brasileiras onde o Dia da Independência deve ser comemorado com inusitado brilhantismo. O movimento cívico visando nossa independência política de Portugal (...) foi consolidado com o sangue dos nossos heróis às margens do Jenipapo. (...). Ali ficou selado, como disse acima, a Independência da Pátria.

É justo, pois que, em Campo Maior, além do desfile de tropas e estudantes, houvesse competições esportivas e, sobretudo, conferências alusivas a nossa Data Magna. Assim, nossa mocidade não apenas tomaria conhecimento dos feitos de nossos antepassados, como seria encaminhada no sentido do bem e do amor à Pátria. Nenhum ato público marcou o 7 de Setembro de 1968 em terras campomaiorenses. O Governo municipal simplesmente ignorou a Data. Não sabemos que razões tão fortes levaram o Sr. Prefeito a esta atitude<sup>310</sup>.

Mais uma vez é realçada a singularidade do 7 de Setembro em Campo Maior. No imaginário campomaiorense o 13 de março e o 7 de setembro não poderiam ser pensados separadamente, pois um existia em função do outro e ambos se relacionariam na construção de uma cultura política que inserisse os campomaiorenses nesses eventos, o que explica seu comportamento frente a esses acontecimentos, pois o sentido que um grupo confere a um acontecimento é condicionado pela cultura política da qual é participante<sup>311</sup>. Assim, a cultura

<sup>310</sup> TORRES, João de Deus. Dia da Independência. **A Luta**, 15 de set. de 1968.

<sup>311</sup> BERSTEIN, op. cit. 2009; MOTTA, op. cit., 2009.

política campomaiorense é alimentada pelo discurso cívico-patriótico evocado pelo regime militar e, em contrapartida, produz representações que o legitimam, relacionando o feito ocorrido na cidade com os ideais do governo.

É oportuno destacarmos ainda a insatisfação do ex-prefeito com a não realização de atos públicos em comemoração àquela data naquele ano. Para João de Deus Torres, a Independência deveria ser celebrada em Campo Maior através de discursos e práticas que corroborassem na construção da memória cívica na cidade e que fizessem com que a mocidade cultivasse um amor à Pátria, porquanto “caberia aos jovens cultivar os elementos do passado que glorificavam a nação brasileira, assim como, constituir os anseios e projetos para o futuro do país, assumindo um papel específico atribuído a “sua geração”<sup>312</sup>.

Já no ano seguinte, o dia da Independência foi bem celebrado em Campo Maior, destacando-se a parada que aconteceu no Estádio Municipal Deusdedith Melo, com a participação de milhares de pessoas, envolvidas em diversas atividades. Irmão Turuka<sup>313</sup>, uma destacada personalidade campomaiorense, e um assíduo escritor do jornal *A Luta*, esteve presente naquele evento, do qual deixou registrada o seu testemunho:

Eram 8 horas quando começou o desfile, pelo mais velho Grupo Escolar “Valdivino Tito”, com 40 anos de função agora com 800 alunos (...). Depois vimos o Grupo Escolar “Leopoldo Pacheco” (...) com 830 alunos (...). O terceiro a entrar (...) foi o Grupo Escolar “Briolanja Oliveira” (...) com 600 alunos (...). Depois (...) o Grupo Escolar 13 de Março (...) com seus 532 alunos (...). Em seguida (...) o Grupo Escolar Petrônio Portela (...) com seus 652 alunos (...). Triunfalmente desfilou o Grupo Escolar Marion Saraiva (...) com 740 alunos (...). Escola Sindical Paulo Ferraz (...), com 220 alunos (...). Escola Alzira Pacheco (...) com 232 alunos (...)<sup>314</sup>.

Em seu relato, o articulista faz uma descrição detalhada daquele evento, citando seus participantes e dando ênfase às diversas atividades realizadas pelos envolvidos na celebração. Primeiramente, notamos o local em que a parada de 1969 ocorreu: no estádio municipal. Diferenciando-se do tradicional desfile nas grandes avenidas da cidade, aquela festividade ocorreu em um espaço importante na cidade, onde comportaria as variadas atividades que comporiam o conjunto celebrativo do 7 de Setembro de 1969 em Campo Maior.

---

<sup>312</sup> ZIMMERMANN, op. cit., 2020, p. 34.

<sup>313</sup> Antonio Andrade Filho, mais conhecido como Irmão Turuka, foi um comerciante, jornalista e espírita campomaiorense. Fundou na cidade o Centro Espírita Caridade e Fé, desenvolvendo por meio desta instituição ações sociais aos mais necessitados no município. Faleceu em Campo Maior em 28/06/1970.

<sup>314</sup> TURUKA, Um Campo Maior grande faz uma grande parada 7 de Setembro. *A Luta*, 14 set. de 1969.

Percebemos a numerosa participação de estudantes campomaiorenses, representando suas escolas e mostrando como a educação na cidade reproduzia as noções de civismo e patriotismo expressas naquele contexto. A cultura política campomaiorense, enraizada também nos valores cívico-patrióticos que foram mais enfatizados naquele período, contribuiu, ao lado da função normatizadora que a escola desempenhava, para que os jovens se sentissem imbuídos de participar daquelas celebrações.

Cada escola, com seus alunos, ao desfilar dava testemunho do sentimento cívico-patriótico e exortava aos espectadores a compartilharem desse mesmo sentimento. Analisando esse fato, observamos que escola desempenhou um papel fundamental na inculcação dos valores de civismo e patriotismo fortemente pregados pelo regime militar. Nesse sentido, Janaína Martins Cordeiro nos mostra que:

(...) a participação das escolas e seus alunos não pode ser entendida dissociada do projeto cívico da ditadura, que incluía, sem dúvida a (re)educação da juventude a partir de normas que valorizassem a disciplina, a hierarquia, a obediência e o nacionalismo, entendido aqui no contexto dos anos 1970, tendo em vista também seu conteúdo anticomunista, ou seja, como antídoto necessário contra ideologias estranhas, que poderiam seduzir facilmente alguns jovens<sup>315</sup>.

Dessa forma, entendemos que a escola funcionaria como um agente de socialização dos valores propagados pelos militares, pois “A internalização e a aceitação dos valores apresentados como fundantes do regime militar deveriam, assim, ser feitas por todas as instituições da sociedade”, e a escola seria um dos principais instrumentos nesse projeto, sobretudo por ser “ (...) instituição fundamental para formar o cidadão, possuindo, portanto, tarefas específicas que permeavam o conjunto das disciplinas com seus conteúdos e métodos<sup>316</sup>. Ainda de acordo com o relato de Irmão Turuka, foram realizadas outras atividades naquela celebração no estádio municipal. Descreve-nos ele que:

Terminado o desfile de perto de 6000 jovens, passamos a observar as ricas representações dos carros alegóricos, mostrando em quadros vivos os feitos de nossa história. (...). Depois do desfile alegórico dos carros, passamos a ver números de arte, ginásticas, danças e jogos. (...). Fazendo esta súmula dos acontecimentos, para registro em nossa história, queremos dar destaque especial aos dois maiores times de futebol da cidade, Comercial Atlético

<sup>315</sup> CORDEIRO, op. cit., 2012, p. 28.

<sup>316</sup> BITTENCOURT, Circe. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 56.

Clube e Caiçara Esporte Clube que fizeram uma belíssima exibição do preparo físico de seus atletas, em formidável número de ginástica<sup>317</sup>.

Podemos observar que além dos desfiles outras atividades foram desenvolvidas naquela festividade com o intuito de transmitir ideias, noções e valores de caráter cívico-patriótico. Os quadros-vivos e os carros alegóricos citados na matéria funcionariam na construção de uma memória cívica ao ensinar aos presentes capítulos da história nacional, que poderiam ser entendidos numa linguagem acessível à plateia. Novamente, é notável a atuação da escola nesse projeto ao produzir diferentes maneiras de se ensinar esse conteúdo cívico-patriótico, pois, naquela conjuntura:

A missão da escola relativa ao ensino das tradições inventadas (...) justificava a preocupação na organização das atividades cívicas criadas para reforçar essa memória. As tradições nacionais não poderiam (...) ser tratadas apenas pelos livros didáticos acompanhados das preleções dos professores em sala de aula. “As festas e comemorações, discursos e juramentos” tornaram-se partes integrantes e inerentes da educação escolar<sup>318</sup>.

Era proporcionado aos campomaiorenses presentes no local uma leitura do passado do Brasil, a partir da qual seria possível lhes inculcar valores de civismo e patriotismo, ao passo que representações eram construídas acerca do evento comemorado, pois as representações são influenciadas pelas ações e sua reprodução se dá através de práticas rituais que corroboram na forma como os homens apreendem a realidade<sup>319</sup>. Nesse sentido, entendemos que tais práticas e rituais desenvolviam um papel importante na apreensão da cultura política do regime militar, porquanto “a realização de práticas reiterativas, como a repetição de rituais e cerimônias, e a participação em eventos e manifestações (...) servem para selar o compromisso dos aderentes, confirmando o sentido de pertencimento a um grupo”<sup>320</sup>.

“A elaboração de representações ancoradas na formação do sentimento de civismo concebido como sinônimo de patriotismo foi considerada fundamental pelos grupos civis e militares atuantes no Estado”<sup>321</sup>. Essas representações seriam reproduzidas através de práticas e rituais, como vimos acontecer em Campo Maior, nas quais se intencionava legitimar o regime

<sup>317</sup> TURUKA, Um Campo Maior grande faz uma grande parada 7 de Setembro. **A Luta**, 14/09/1969

<sup>318</sup> BITTENCOURT, op. cit., 2011, p. 59.

<sup>319</sup> MOTTA, op. cit., 2009.

<sup>320</sup> MOTTA, op. cit., 2009, p. 23.

<sup>321</sup> MAIA, Tatyana de Amaral. Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1975). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 67, 2014, p. 90.

militar, pois no presente se estaria dando continuidade a uma obra do passado na qual se teria alcançado a liberdade da nação brasileira. Liberdade que foi tema de um discurso proferido pelo capitão da Polícia Militar, Geraldo de Souza Câncio, por ocasião das comemorações do Dia da Pátria, realizadas na Praça Bona Primo, no ano de 1970:

Naquela memorável tarde, de 7 de Setembro de 1822 nascia uma nação forte, livre e soberana. Naquele dia, nossos antepassados legaram-nos a maior herança a que um povo pode aspirar: a LIBERDADE.

A maior glória de um povo livre é transmitir essa LIBERDADE aos seus filhos. E é exatamente o que estamos fazendo neste momento, com grande alegria e entusiastas vibrações.

Independência não é outra coisa senão LIBERDADE. O amor à liberdade, meus caros campomaiorenses, foi nos dado juntamente com a vida. E dos dois presentes do céu, o de menor valor é a vida. Daí porque D. Pedro I, ter proferido no seu grito, INDEPENDÊNCIA OU MORTE. Se não se pode ser livre, pra que viver?

Através dos anos nossas Forças Armadas vêm lutando indefectivelmente pela liberdade do povo brasileiro. Estão sempre alertas, velando noite após noite, dia após dia por esta liberdade, que se constitui no verdadeiro apanágio do homem.

Se é crime despojar um homem da liberdade que ele se tornou digno, é monstruosidade, é insulto à humanidade, roubar de um povo o direito de ser livre, de dirigir os seus destinos, de pensar livremente.

A liberdade dignifica e eleva os povos. A liberdade é o ideal da vida de todo homem espiritualmente bem formado. Atentar contra a liberdade de um povo é ignomínia, porque é despojá-lo do seu maior patrimônio. (...).

De início, percebemos a intenção do capitão com tal discurso, no qual ele faz uma defesa daquilo que ele entende por liberdade. Todavia, é profundamente questionável o paradoxo entre o tema do discurso do militar – a liberdade – e o contexto no qual ele é proferido, uma vez que se dá em uma conjuntura de acirrada supressão das liberdades individuais, em prol de uma suposta democracia, estando o país no “auge” dos anos de chumbo. Não obstante a extensão desse discurso, sua transcrição em sua quase totalidade se dá devido à importantes questões expressas pelo seu autor em toda a sua elaboração, que dialogam diretamente com as problematizações que estamos empreendendo.

Ao proferir esse discurso, o capitão Geraldo de Souza Câncio esboça uma visão de liberdade que corroborava com o sentido histórico e político que o regime militar pretendia lhe imprimir, na tentativa de se colocar como um guardião da Pátria Livre. O cenário da emissão daquele discurso tal qual podemos apreender – a data, a comemoração, seu autor, o local (a

principal praça da cidade) – nos demonstra o objetivo da ditadura de inculcar na população a imagem de que a liberdade conquistada no passado pelo heroísmo atribuído a D. Pedro estaria sendo garantida pelos supostos “heróis do presente”. Percebemos nesse contexto uma manipulação da história, em vista de atender certos fins políticos, uma vez que:

A história não pode ser interrompida por uma ação política, mas ela pode ser manipulada e, com isso, determinadas ações podem ser realçadas ou mitigadas pelo Estado. Foi isso que a ditadura fez, usou a versão dos acontecimentos do passado que considerou favorável a sua concepção de nação e silenciou sobre os eventos que não cabiam nessa formulação. Tudo isso mantendo a perspectiva de futuro como um horizonte ao alcance das mãos<sup>322</sup>.

Todo o contexto corroborava para a produção dessa mensagem e, ciente disso, o militar soube se aproveitar da situação para proferir uma mensagem que demonstrasse firmeza nos valores e ideias sob os quais os militares tomaram o poder. Era uma tentativa de demonstrar aos campomaiorenses que a nação estava segura sob o comando das Forças Armadas, das quais ele era um representante na cidade. O golpe de 1964, assim como seus protagonistas, é destacado na mensagem do militar, como podemos ver a seguir:

Não podia deixar de lembrar neste momento, o grande brasileiro Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que tão magnificamente surgiu na hora precisa para tirar nosso País da guerra dos corruptos, dos comunistas, inimigos da liberdade, e reconduzi-lo ao caminho da democracia, da ordem e do progresso.

Mais uma vez, foi nossa Independência consolidada, graças ao movimento revolucionário de 1964.

Originada na hora precisa e desenvolvida na forma das exigências nacionais, a Revolução de 31 de março de 1964 significa sobretudo um movimento de espírito e de ação, rumo à consolidação dos princípios cívicos e patrióticos do povo brasileiro, solapados até então, por demagogos que fomentavam a desordem, a corrupção, a baderna, a indisciplina que nos levaria, sem dúvida alguma, à morte de nossa liberdade, ao desfacelamento de nossa Pátria. (...).

Hoje, temos como Chefe Supremo da Nação, o já conhecido e admirado por todos nós, o General Emílio G. Médici, que como seus antecessores tem demonstrado firmeza e dedicação para a consecução dos reais interesses da Pátria, para que a mesma cresça livre, dentro da mais perfeita ordem política e social, com seus filhos trabalhando, tranquilos, confiantes, fervorosos e esperançosos em dias melhores e ainda com a indômita vontade de serem LIVRES, dentro de uma Pátria LIVRE<sup>323</sup>.

<sup>322</sup> MORAIS, Fabrício de Sousa. **Pátria nossa a cada dia**: o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da Ditadura Militar (150º aniversário da Independência do Brasil). (Tese de Doutorado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2015, p. 126.

<sup>323</sup> SAUDAÇÃO à Pátria. **A Luta**, 13 set. de 1970.

Não obstante a extensão desse discurso, sua transcrição em sua quase totalidade se dá devido à importantes questões expressas pelo seu autor em toda a sua elaboração, que dialogam diretamente com as problematizações que estamos empreendendo. Este capitão da polícia militar de Campo Maior atribui um caráter heroico ao golpe de 1964, identificando-o como fator que teria consolidado a Independência e que seria a garantia de sua segurança. Os generais presidentes eram exaltados pela ação que empreenderam, fazendo-se lembrar do primeiro imperador do Brasil. Nessa investida, Humberto Castelo Branco é lembrado por sua liderança à frente do golpe de 1964, ato passível de despertar orgulho nos campomaiorenses que apoiavam a ditadura, em razão do fato de o primeiro presidente do regime militar ter sido reconhecido, antes do golpe, como um cidadão campomaiorense<sup>324</sup> pelo legislativo municipal, atitude que desperta contraditórios sentimentos no passado e no presente.

Tal discurso objetiva colaborar na construção da legitimação da ditadura civil-militar em Campo Maior, utilizando para tal finalidade artifícios que produzam representações enaltecidas do regime para os campomaiorenses. Era forjado um cenário em que os receptores da mensagem eram exortados a louvar uma suposta liberdade da qual todos os brasileiros colhiam frutos, ao passo em que eram negligenciadas as lutas por esta liberdade, realidade controversa à fala do militar. Nesse sentido, é nítida a finalidade de tal discurso, entendida a partir de elementos que já apresentamos, posto que:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar<sup>325</sup>.

As concepções teóricas de Foucault nos são importantes na tarefa de desnaturalizarmos os discursos e entende-los articulados numa conjuntura que os torna possíveis. Como nos adverte o filósofo francês, o discurso é um elemento com o qual se travam lutas políticas,

---

<sup>324</sup> Humberto de Alencar Castelo Branco foi homenageado na Câmara Municipal de Campo Maior com o título de “Cidadão Campomaiorense”, por ser filho de Cândido Borges Castelo Branco, militar campomaiorense, em data que se celebrava o centenário do nascimento de seu pai. CAMPO MAIOR. **Ata nº 605**. Sessão ordinária, 30 de julho de 1960.

<sup>325</sup> FOUCAULT, op. cit., p. 10.



portanto, ele é carregado das subjetividades de quem o produz e visa conquistas, convencimentos, difusão de ideias, noções e valores dos grupos em que ele é fabricado.

Identificando o autor daquela mensagem, um representante do Exército em Campo Maior, mediante seu discurso podemos observar como o regime militar era apresentado aos campomaiorenses e como se eram produzidas representações com o intuito de legitimá-lo nas “terras dos carnaubais”, a partir da noção de que “(...) a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma ‘imagem’ capaz de trazê-lo à memória e ‘pintá-lo’ tal como ele é”<sup>326</sup>. Essa conduta foi intensificada em 1972, ano em que a Independência do Brasil comemorava seu sesquicentenário, momento em que os sentimentos cívicos e patrióticos foram elevados por diversas ações executadas pela ditadura militar, nas quais se pretendia concomitantemente exaltar aquele governo.

Em 1972, o regime militar ainda se beneficiava do “milagre econômico”, contexto propício para angariar o consentimento da população brasileira em relação à política empreendida pelos militares, e a comemoração dos 150 anos da Independência foi percebida como uma grande oportunidade o regime se legitimar perante os brasileiros. Foram realizados eventos de proporções nacionais com imponente evocação patriótica expressando um grandioso espetáculo cívico-patriótico<sup>327</sup>. Um desses eventos foi a corrida do chamado “Fogo simbólico da Pátria”, em tochas acesas percorreriam todo o país com o objetivo de demonstrar uma pretensa integração nacional em torno do projeto político do governo militar. Campo Maior constou no percurso deste símbolo cívico e sua passagem pela cidade foi anunciada pelo jornal *A Luta*:

O Fogo Simbólico da Pátria, percorrendo novamente o território piauiense, desta vez no ano do Sesquicentenário da Independência, passará por Campo Maior 3ª feira vindoura, procedendo de Teresina e dirigindo-se para Parnaíba. Partirá o Fogo Simbólico da capital, às 8 horas e chegará a Altos às 11 horas. Conduzido por atletas da cidade vizinha, dali sairá às 13 e atingirá Campo Maior por voltas das 16 horas, acontecendo a solenidade na Praça Bona Primo, presentes as autoridades civis, militares e eclesiásticas do município, o representante da Liga da Defesa Nacional, Maj. Geraldo Cância, representantes de associações, estudantes e o povo em geral, a quem dirige o convite o prefeito Jaime da Paz. Às 8 horas de 4ª feira a chama seguirá para Capitão de Campos, levada por atletas campomaiorenses. 4ª feira, cedo uma centelha será conduzida de Campo Maior para Batalha e Esperantina, transportadas por atletas das respectivas cidades<sup>328</sup>.

<sup>326</sup> CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*: a história entre incertezas e inquietudes. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 74.

<sup>327</sup> CORDEIRO, op. cit., 2012.

<sup>328</sup> DE VOLTA o Fogo Simbólico da Pátria. *A Luta*, ano V, nº 217, jun. 1972, s/p.

Pelo enunciado da matéria, percebemos que esta seria a segunda passagem do Fogo Simbólico pelas terras campomaiorenses, para a qual estava preparada uma solenidade na principal praça da cidade com a presença de autoridades locais. Tal fato demonstra a união das forças políticas e sociais de Campo Maior em torno das ideias cívico-patrióticas do governo militar, impelindo a população a se sentir participante de um evento nacional e, ao mesmo tempo, exaltar o governo autoritário o qual aquela tocha também simbolizava, representando sua presença em todos os territórios do Brasil. Isso nos permite compreender que:

A sociedade não ficava alheia a esse clima “alucinante” de festejos, celebrações, desenvolvimento econômico e progresso. Sob este aspecto, o Sesquicentenário da Independência pode ser considerado uma ocasião importante para se observar a adesão e o consentimento social com relação ao regime. É um momento no qual podemos analisar as formas pelas quais os mais diversos segmentos da sociedade reivindicaram sua participação num evento, que ao fim, servia como forma de legitimação do governo<sup>329</sup>.

Indubitavelmente, os festejos do Sesquicentenário foram muito propícios aos militares para alcançarem o consentimento da população brasileira. Isso se intensificaria na culminância dos festejos, na semana em que se comemorava o dia da Independência. Todo o país deveria festejar aquele momento, e Campo Maior não se excluiu dessa festividade. O governo municipal elaborou uma programação com variadas atividades para comemorar a Semana da Pátria de 1972, assim divulgada pelo jornal A Luta:

Dia 1 – Comemorações internas nos estabelecimentos de ensino

Dia 2 – Jogos no Iate Clube: Handebol: Colégio Estadual x Colégio Normal, às 8:00h. Futebol de Salão: Colégio Estadual x Ponte-Preta (que valerá pelas semifinais da V Copa Campo Maior e Taça Sesquicentenário), às 15:00h

Dia 3 – Corrida de Bicicleta Campo Maior – Teresina (...) às 7:00h. Missa solene na Igreja Matriz, às 8:00h. Futebol de campo: Colégio Estadual x GOT, Estádio Deusdeth de Melo, às 15:00h

Dia 4 – Palestras nos Estabelecimentos Escolares

Dia 5 – Treinamento Geral

Dia 6 – Corrida de Resistência – ambos os sexos – Juvenil e Infantil – Praça Bona Primo, às 8:00h. Corrida de Bicicleta – Contorno do Açude, às 16:00h

<sup>329</sup> CORDEIRO, op. cit., 2012, p. 87-88.

Dia 7 – Desfile Geral dos alunos e outras apresentações em homenagem ao Sesquicentenário da Independência<sup>330</sup>.

Os festejos do Sesquicentenário da Independência teriam seu ápice na Semana da Pátria que seria celebrada em todo o país. Diante da programação feita pela prefeitura, podemos observar que o intuito era promover diversas atividades, envolvendo a população em diferentes formas de se celebrar aquela data cívica, fazendo transparecer o objetivo primordial das celebrações cívicas que é promover uma comunhão coletiva de valores nacionais, através de interpretações de acontecimentos pretéritos visando a legitimar o presente, visto que a comemoração é:

(...) um dos usos que se pode fazer do passado, uma das modalidades de enunciação e de ritualização daquilo que se costuma chamar de cultura histórica. A comemoração apresenta dadas leituras da história, se constitui, ela mesma, uma dada forma de pensar e tratar o que seria a matéria histórica: o caráter temporal de todas as coisas. As comemorações, notadamente aquelas que se voltam para as chamadas datas ou efemérides históricas, são sustentadas, alimentadas e, ao mesmo tempo, produzem e constroem dadas leituras da história<sup>331</sup>.

Em tais comemorações, em que eram feitas leituras da história, havia a glorificação do passado, procurando atualizá-lo no presente. Reafirmava-se uma cultura política em que a tradição nacional, com seus heróis e seus símbolos, era cultuada. Através de todo aquele aparato ideológico, os campomaiorenses eram inseridos na história, fazendo com que se sentissem participantes daquilo que, por meio deles próprios, era representado e, dessa forma, pertencentes à nação que expressavam com palavras e gestos. Nisto podemos compreender a dimensão de tais celebrações, pois:

A história-memória teria como função social conscientizar o cidadão de seu pertencimento a um “povo”, através da valorização do passado, da elaboração de uma trajetória compartilhada no “tempo e no espaço”, e da invenção de heróis. A construção dessas narrativas históricas, associadas à memória nacional com a função de forjar nos cidadãos sentimentos de pertencimento que promovessem o patriotismo dos nacionais, dependia da elaboração de um discurso otimista sobre a trajetória da sociedade brasileira<sup>332</sup>.

---

<sup>330</sup> PROGRAMAÇÃO da Semana da Pátria. **A Luta**, 26/08/1972, nº 228, ano V.

<sup>331</sup> ALBUQUERQUE JR., op. cit., 2009, p. 188.

<sup>332</sup> MAIA, op. cit., 2013, p. 199.

No ano seguinte, continuam os louvores à Independência do Brasil e ao heroísmo atribuído a Dom Pedro. Representações sobre o primeiro imperador do país, com forte teor cívico, continuam sendo produzidas em Campo Maior, estabelecendo ligações entre passado e presente, nas quais heróis de outrora eram lembrados também para exaltar os supostos heróis do agora. É o que vemos em um poema veiculado em setembro de 1973 no jornal A Luta, que traz os seguintes versos:

O Brasil independente  
Estava sendo enganado  
Muito dos filhos marcharam  
Por caminho muito errado  
Mas veio uma explicação  
Chamada Revolução  
Deixando tudo apagado

Nove anos decorridos  
É bom sempre festejar  
E nós campomaiorenses  
Soldados por natureza  
Cada um está preparado  
Pra fazer sua defesa  
Vamos ficar por aqui  
Ampliando o Piauí  
Que já tem muita riqueza.

(...)

O nosso governador  
Como homem idealista  
Fará este Monumento  
E não perderá de vista  
A sua inauguração

Será mesmo pra Nação  
Uma era de conquista  
(...)  
Portanto hoje somos independentes  
Graças a Dom Pedro e seu talento  
E o Brasil marcha ininterruptamente  
A caminho do desenvolvimento<sup>333</sup>.

Através deste poema, percebemos que o seu autor articula três acontecimentos, a Independência do Brasil, a Batalha do Jenipapo e o golpe de 1964, considerando todos como eventos por meio dos quais a liberdade do país fora conquistada, consolidada e assegurada. Como vimos anteriormente, um outro poeta campomaiorense já havia relacionado os “Heróis do Jenipapo” com o militares atribuindo-lhes um heroísmo fundamental para a história do Brasil.

No poema que ora analisamos, o autor convida o leitor a festejar os nove anos de uma “revolução” que teria posto fim a problemas que teriam sido causados por filhos da nação que tomaram caminhos errados. Novamente, vemos ser construídas representações do golpe de 1964 que o glorificam, e ao citar esse acontecimento em um momento de louvor à Independência do Brasil, Raimundo Alcântara propõe uma relação entre os dois eventos, com o intuito de criar uma ligação histórica entre esses momentos e, a partir do 7 de setembro exaltar também o 31 de março.

Cabe notar ainda a referência que ele faz a acontecimentos e personalidades piauienses, a saber a Batalha do Jenipapo, a construção do monumento e o governador Alberto Silva, citado como um homem idealista que proporcionaria uma conquista para a nação com a inauguração da obra em homenagem aos mortos na batalha de 1823. Vimos na sessão anterior como Silva projetou seu nome na história do Piauí através de grandes obras, entre as quais estava presente o Monumento “Heróis do Jenipapo” e a forma como ele é lembrado no poema nos leva a entender que o poeta tinha uma imagem do governador que o colocava no grupo de heróis que deveriam ser enaltecidos pelas conquistas que alcançaram ao estado e ao país, seja no passado ou no presente.

---

<sup>333</sup> ALCÂNTARA, Raimundo Andrade de. 7 de Setembro. **A Luta**, edição sem data.

Pelo que expomos até aqui, compreendemos que a data da Independência do Brasil era fortemente celebrada em Campo Maior, através de mensagens e textos, mas sobretudo, por meio de práticas e rituais que materializavam os discursos de civismo e patriotismo e que colaboravam para ensinar tais valores, defendidos pelos militares, aos campomaiorenses. Eram ações que propunham engajar toda a população em sua realização, fazendo com que todos compartilhassem dos mesmos sentimentos patrióticos. E, nesse contexto, em 1975, o jornal *A Luta* divulga uma mensagem se mostrando participante dessa paixão cívico-patriótica tão intensificada no Brasil daqueles anos:

O povo, governo, autoridades, estudantes e militares, nesta manhã, estarão todos, imbuídos do mesmo ardor cívico-patriótico, irmanados num só ideal, nas ruas de nossa cidade para comemorar a data magna da nacionalidade, quando cento e cinquenta e três anos são decorridos de independência.

Este jornal, que sempre se preocupou desde os mais comezinhos aos mais altos fatos de nossa História, não seria neste dia que iria silenciar.

Nós que fazemos o jornalzinho, em número que não ultrapassa à casa dos cinco dentre cento e dez milhões de brasileiros, nos sentimos bem à vontade para externar os nossos sentimentos de brasilidade e também, como todos, acender uma vela no Altar da Pátria pela continuidade do regime de liberdade que sua Alteza, Príncipe Dom Pedro I, nos legou em memorável acontecimento às margens do Riacho do Ipiranga no 7 de Setembro de 1822<sup>334</sup>.

No capítulo anterior, vimos como este jornal foi fundamental para a legitimação do regime militar em Campo Maior através das representações que ajudou a construir acerca da ditadura. Nesta mensagem, o semanário se mostra não só um divulgador dos valores de civismo e patriotismo, mas também entusiasmado com tais valores. Além disso, podemos perceber como tais valores são mencionados para respaldar o discurso de liberdade com o qual o jornal se refere ao regime militar legitimando, dessa forma, a ditadura.

Notamos como o jornal é um defensor das ideias e valores cívico-patrióticos também quando este faz críticas ao governo municipal pela forma como os desfiles de 7 de setembro foram realizados em algumas oportunidades. Em 1977, por exemplo, o desfile daquele ano fugiu ao padrão já apresentado em Campo Maior em anos anteriores e o jornal *A Luta* não poupou críticas:

Com pouco entusiasmo de parte da numerosa assistência ali postada e escasso movimento rítmico, cedência, digamos assim, excetuando-se alguns pelotões estudantis e a tropa militar, foi como se realizou, em nossa cidade, a parada

<sup>334</sup> A LUTA e o 7 de Setembro. *A Luta*, 07 de set. de 1975.

de 7 de Setembro, neste ano da graça de 1977, em comemoração à Semana da Pátria.

Consoante “programa” da Prefeitura Municipal, que marcou para 16:30 horas o início do magno desfile, somente depois das 18 horas isso foi possível acontecer, levando-se em conta as dificuldades de última hora. Resultou desse retardamento que metade do desfile teve seu curso noite a dentro, que cá pra nós, não é própria para acontecimentos desse jaez. Aliás, as tardes e as noites não foram feitas para esse tipo de festa. Campo Maior se constituiu assim numa exceção à regra nesse particular. Não se conhece nenhuma outra cidade, capital ou vila deste país (pelo menos não temos conhecimento) que faça sua parada de 7 de Setembro noutro horário que não o da manhã. E porque então essa esdrúxula medida para a nossa cidade?

Talvez por falta de cordões de isolamento, que neste ano não foram colocados ao longo da Avenida José Paulino, separando o povo dos participantes do desfile, a pista encontrava-se quase sempre invadida por populares, meninos vadios e até por ciclistas, que entenderam de fazer também as suas evoluçõeszinhas. Aqui e ali um ciclista era notado na pista e aí as vaias campeavam soltas, numa conotação não muito adequada ao momento, que deveria ser de respeito e seriedade e nunca para a prática de molecagens<sup>335</sup>.

O jornal tece diversas críticas ao desfile daquele ano que, pelo que percebemos, foi muito diferente dos que ocorreram em anos anteriores, seja pelo entusiasmo dos participantes, seja por sua organização. Tais críticas nos fazem perceber que o poder público municipal não organizou elaboradas festividades para comemorar a data, como ocorrera em anos anteriores, o que nos leva a entender que aquela chama do fogo do amor à Pátria estava perdendo sua força. O civismo e o patriotismo, fortemente evocado em Campo Maior, estava diminuindo sua intensidade, provocando um desânimo justamente naqueles que deveriam disseminar esses sentimentos à população.

É um fato intrigante esse desânimo com as questões cívicas em na cidade quando esta foi palco de grandes discursos e celebrações à Independência do Brasil, sobretudo na primeira metade da década de 1970. Porém, nos anos seguintes desinteresse, desorganização e falta de entusiasmos se sobressaíram nas festividades cívicas em Campo Maior, em contraste com as apaixonadas manifestações de amor à Pátria que foram marcantes na cidade anteriormente. O jornal *A Luta* divulgou uma matéria criticando o desfile de sete de setembro de 1978 em Campo Maior:

Um desfile desorganizado e com pouca expressão, até mesmo atabalhado, com o Ginásio Santo Antônio desistindo de prosseguir embora já desfilando em plena Av. Vicente Pacheco, e apresentando-se de modo elegante, foi o que

---

<sup>335</sup>PARADA cívico-militar de 7 de Setembro. *A Luta*, 11 de set. de 1977.

o povo presenciou na tarde de 7 de setembro, demonstrando descontentamento e certa revolta ao descaso de quem de direito omitindo-se de promover aquela que seria aqui a maior festa do povo, comemorada em outras ocasiões com a dignidade e o entusiasmo a que faz jus<sup>336</sup>.

Aquele ardor cívico percebido em anos anteriores em Campo Maior foi arrefecendo e a chama do amor pela Pátria foi perdendo sua intensidade na cidade. Aquelas comemorações no estádio municipal, nas grandes avenidas, deram lugar a tímidas manifestações alusivas ao dia da Independência nos anos finais da década de 1970, provocando insatisfação nos grupos que foram responsáveis por promover o civismo e o patriotismo em Campo Maior.

Diante do que foi discutido neste capítulo, podemos compreender como se deu a construção do civismo e do patriotismo em Campo Maior durante a ditadura civil-militar e como isso foi fundamental para a legitimação do regime na cidade. O discurso cívico-patriótico foi materializado em diversas celebrações com o intuito de inculcar nos campomaiorenses tais valores, tão caros ao regime com os quais pretendia ser identificado. Impelida pela tradição de seus heróis locais, a cidade de Campo Maior reproduziu práticas e discursos de caráter cívico e patriótico e com isso, mais uma vez, foi possível a construção de representações legitimadoras da ditadura civil-militar na cidade.

---

<sup>336</sup> FRACAS as comemorações do Dia da Independência. Jornal A LUTA ano XI, nº 521, set. 1978, p.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, fizemos um percurso pela história da cidade de Campo Maior durante a Ditadura Civil-Militar, dentro do recorte que estabelecemos no nosso objeto (1964-1979), procurando analisar as relações empreendidas com o regime autoritário em vigor, no intuito de compreender de que maneira a política e a sociedade campomaiorenses foram afetadas por aquela conjuntura política.

Analisando a política municipal, a imprensa, e os discursos e ideias acerca do civismo e do patriotismo difundido pelo governo militar nos foi possível compreender como se deu a construção de uma rede de consentimento à ditadura sustentada nesses elementos, problematizando a visão que por eles eram produzidas sobre o golpe de 1964 em diferentes contextos e momentos durante a vigência do regime autoritário, nos possibilitando dimensionar a forma como foram fabricadas representações legitimadoras da ditadura em Campo Maior.

No tecido dessa parte da história de Campo Maior, esses três elementos supracitados, embora aparentemente separados entre si, foram “costurados” por um “fio” denso e complexo em sua estrutura, que nos permitiu compreender a problemática aqui proposta. Esse “fio” foi aquilo que identificamos como sendo uma *cultura política campomaiorense*, que alicerçada sob valores, discursos e práticas de uma tradição política que remonta às origens da cidade, norteou o comportamento de diferentes esferas e grupos da sociedade local conduzindo-os a se tornarem agentes legitimadores da ditadura civil-militar em Campo Maior

Esse comportamento não é uma página isolada da história local, mas faz parte de uma complexa articulação política existente na política, na cultura e na sociedade campomaiorenses. A própria política municipal, estudada no primeiro capítulo, é em si mesma um elemento muito importante no que concerne ao nosso objeto estudado, assim como se constitui como um ponto de análise também para os demais componentes elencados na pesquisa.

Herdeira de uma tradição que protagonizava há muito tempo a história política local, a elite política campomaiorense que comandava a cidade no período do início da ditadura, urgiu em demonstrar seu apoio àquele novo regime que se instaurava no país e, dessa forma, manter assegurados seus privilégios, colocando-se como um braço do governo naquela pequena cidade piauiense. Todavia, sem se desfazer dessa mesma tradição, reproduzindo as disputas, os conflitos e os arranjos que são uma marca da cultura política campomaiorense.

Os valores, as ideias e noções que norteavam o pensamento dos militares foram difundidos em Campo Maior também através da imprensa local. Nesse aspecto, o jornal *A Luta* aparece como um importante elemento de construção de legitimidade da ditadura civil-militar na sociedade campomaiorense por funcionar como um irradiador da cultura política sob a qual o regime se constituía. Mesmo com sua pequena estrutura, esse veículo de comunicação desempenhou um significativo papel nessa articulação, colaborando para que os habitantes de Campo Maior que o consumissem pudessem ver no regime militar um período de conquistas para o país.

Ainda nessa configuração histórica, é preciso pormos em relevo a memória cívica construída no período. O civismo e o patriotismo foram instrumentalizados pelo governo militar no intuito de a partir dessas noções alcançar para si uma legitimidade. Campo Maior, que já contava em sua história com um capítulo em que o heroísmo de homens da terra já tinha sido destacado, viu-se imbuída nessa conjuntura a reproduzir valores cívico-patrióticos que visavam a identificar os militares como heróis da nação. Dessa maneira, discursos e ritos alusivos à Batalha do Jenipapo e à Independência do Brasil formam produzidos de forma a propor uma nova leitura do passado no presente e, assim, construir perspectivas de futuro.

As fontes investigadas – discursos, documentos oficiais, matérias jornalísticas, poemas – nos dão uma visão de algumas imagens que foram produzidas em Campo Maior sobre o golpe de 1964 e a ditadura que dele se originou. Aquele governo é representado, por alguns segmentos sociais da cidade, como um novo tempo da história nacional que deveria ser lembrado com exaltações e louvores. Como vimos no início da introdução, o lenço da história não cessa de ser dobrado, ou seja, a história, em sua dinamicidade e em sua singularidade, que se modificam conforme o desenvolvimento das sociedades, está sempre nos ensinando a olhar para o passado questionando-o, problematizando os elementos que o construíram a visão que dele temos.

Se a ditadura foi glorificada na cidade de Campo Maior, muito pelo contexto da época, nessa mesma cidade, hoje, vivendo numa democracia conquistada com muita luta, com muito sangue derramado, nessa mesma Campo Maior devemos trabalhar para desconstruir essa visão de um regime tão duro que beneficiou poucas pessoas em detrimento de muitas e que deixou suas marcas na história e na memória do país. Devemos olhar para esse passado procurando entender sua configuração e dimensionar suas consequências no e para o presente. Continuemos, pois, a dobrar e redobrar o lenço da história de modo que o passado não nos seja ocultado nessas dobras do tempo.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes

8º ANIVERSÁRIO da Revolução. **A Luta**, ano V, nº 208, mar. 1972, s/p.

10 anos de paz – José R. de Miranda – **A Luta**, ano VII, nº 309, 31 de março de 1974

A Grande Data. **A Luta**, 08/09/1968

ALA jovem não é subversão. **A Luta**, 10 de maio de 1970, p. 01

ALCÂNTARA, Raimundo Andrade de. 7 de Setembro. **A Luta**, edição sem data

A LUTA e o 7 de Setembro. **A Luta**, 07/09/1975

AQUI a verdade. **A Luta**, Campo Maior, 17 out. 1976, p. 3

ARENA-1 terá candidato. **A Luta**, Campo Maior, 11 de agosto de 1970, s/p.

ARENA-2 promoveu grande comício em Lagoinha. **A Luta**, Campo Maior, 03 de outubro de 1976

BRASIL. **Decreto-Lei nº 869**, de 12 de Setembro de 1969

CAMPANHA deverá ser a luta de todos. **A Luta**, ano IV, n. 160, 13 mar. 1971

CAMPO MAIOR. **Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal**. 06/04/1964.

CAMPO MAIOR. **Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Campo Maior**. 07/04/1964

CAMPO MAIOR. **Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal**, 07/04/1969.

CAMPO MAIOR. **Ata sessão da Câmara Municipal de Campo Maior**, 15/02/1977

CAMPO MAIOR. **Decreto nº 6**. 30 de março de 1978.

CARLIVAN. Imagem de Campo Maior. **A Luta**, 30/01/1971, p. 4.

CINCO anos de Revolução. **A Luta**, ano II, N° 71, 30 de março de 1969

CUNHA Neto. Os Heróis e a Revolução. **A Luta**, 15/04/1973

DÁCIO Bona quer vitória fácil. **A Luta**, Campo Maior, ano V, 13 ago. 1972, nº 226, s/p

DE VOLTA o Fogo Simbólico da Pátria. **A Luta**, ano V, nº 217, jun. 1972, s/p.

DO ALTO deste monumento 150 anos são contemplados. **A Luta**, ano VI, nov. 1973, s/p

EM 1964 uma Revolução salva o Brasil do Comunismo. **A Luta**, ano XII, nº 547, 01 de abr. de 1979, s/p

FORAM homenageados os Heróis do Jenipapo. **A Luta**, n. 161, 20 mar. 1971.

FRACAS as comemorações do Dia da Independência. **Jornal A LUTA** ano XI, n° 521, set. 1978, p.

GEISEL conclama ampla vitória da Arena. **A Luta**. Ano IX, n° 429, 12 nov. 1976, s/p.

LOPES, Luís de Ribamar Osório Lopes. Entrevista concedida a Ramsés Eduardo Pinheiro e Phelipe Cunha em 11 de abril de 2010 na Fazenda Matinhos – Campo Maior-PI.

MENSAGEM do prefeito pelos 10 anos de Revolução. **A Luta**, ano VII, n° 309, 31 de mar. de 1974, s/p.

NOSSA Participação. **A Luta**, n° 288, ano VI, 06 nov. 1973

PARADA cívico-militar de 7 de Setembro. **A Luta**, 11 de setembro de 1977

PEDRO Celestino. Revolução e Desenvolvimento. **A Luta**, ano II, N° 71, 30 de março de 1969

PIAUI resgatou dívida histórica. **Jornal do Piauí**, Teresina, ano XXIII, n°4.958, 07 nov. 1973, s/p

POLÍTICA. **A Luta**, Campo Maior, 26 set. 1976, p. 4

POLÍTICA. **A Luta**, Campo Maior, 17 out. 1976, s/p.

POLÍTICA- Grandes concentrações da ARENA II no interior. **A Luta**, Campo Maior, 31 out. 1976, p. 4.

POVO honesto e consciente de C. Maior. **A Luta**, Campo Maior, ano IX, n° 428, 07 nov. 1976, p. 1

PROGRAMA para as homenagens aos Heróis do Jenipapo. **A Luta**, ano IV, mar. 1971, s/p.

PROGRAMAÇÃO da Semana da Pátria. **A Luta**, 26/08/1972, n° 228, ano V.

R. ANDRADE pede monumento ao Secretário de Educação. **A Luta**, n. 161, 20 mar. 1971

SAIU a relação dos vereadores eleitos. **A Luta**, Campo Maior, 12/12/1970, s/p

SANTANA, Carlos Augusto e Joqueira hoje na Praça Rui Barbosa. **A Luta**. Ano IX, n° 429, 12 nov. 1976, s/p.

SAUDAÇÃO à Pátria. **A Luta**, 13/09/1970.

SIGEFREDO fará acordo. **A Luta**, Campo Maior, ano V, 29 jul. 1972, n° 224, s/p

SOUSA, Antonio Damião de. **O homem e a terra: a ditadura militar e latifundiários contra os camponeses.** – Campo Maior: Edição do autor, 2015.

TORRES, João de Deus. Dia da Independência. **A Luta**, 15/09/1968.

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI), disponível em <https://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1945-a-1992>.

TURUKA, Um Campo Maior grande faz uma grande parada 7 de Setembro. **A Luta**, 14/09/1969

UM ano de luta. **A Luta**, Campo Maior, ano I, nº 53, 17 nov. 1968, p. 3.

ZÉ OLÍMPIO: a maior vitória dos últimos tempos. **A Luta**, Campo Maior, ano X, nº 430, 28 de nov. de 1976.

### Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história** — Bauru, SP: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. **Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs - CEDAP**, v. 7, n. 1, jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **O tecelão dos tempos** (novos ensaios de teoria da história). – São Paulo: Intermeios, 2019.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982-1985**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Campinas: 2000.

ATANÁSIO, Francisco Chagas O.; ROCHA, Damião de Cosme de C. Dentre lutas, lidas e labutas: Memórias e narrativas sobre o processo de formação das ligas camponesas no Piauí e suas experiências organizativas na “terra dos carnaubais” (Fazenda Matinhos/Campo Maior). In: **Vozes, Pretérito & Devir**, Ano I, Vol. I, N. I, 2013, p. 72-91.

BAHIENSE, Daniel de Albuquerque. As convenções nacionais da Arena e o processo de disciplinarização do partido. **XXIX Simpósio Nacional de História**. Brasília, 2017.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma história cultural**. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

\_\_\_\_\_. Os Partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BITTENCOURT, Circe. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, Alessandra. As atividades político-partidárias e a produção de consentimentos durante o regime militar brasileiro. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, vol. 2 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. – São Paulo: Contexto, 1988.

CARDOSO, Luceleide Costa. Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964’. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 31, n° 62, p. 117-140, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso político. In: EMEDIATO, Wander, et. al. **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade** – Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. **Discurso das mídias**. - São Paulo: Contexto, 2013

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre Práticas e Representações**. Lisboa. 2. ed. Memória e sociedade, 2000.

\_\_\_\_\_. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHAVES, Celson. **Câmara Municipal de Campo Maior: 256 anos de história (1762-2018)**. – Teresina: Gráfica SP LTDA, 2018.

\_\_\_\_\_. **Rua Santo Antonio**. – 2ª ed. Teresina: EDUFPI, 2014.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. In: **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia** – Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERNANDES, Ailton Laurentino Cais. Da construção do Golpe à imposição do regime militar: o papel da Doutrina de Segurança Nacional. **XXVIII Simpósio Nacional de História** – Florianópolis, 2015.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

\_\_\_\_\_. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano; volume 4).

FONTINELLES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: Aula inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996.

- \_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber** -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008
- GRINBERG, Lúcia. **Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – 1965-1979.** – Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- JESUS, Pauliana Maria de. **A cidade dos desejos: Reflexões sobre a modernização em Campo Maior-PI (1930-1970).** – Teresina: Cancioneiro, 2020.
- KLEIN, Lúcia. Brasil pós-64: a nova ordem legal e a redefinição das bases de legitimidade. In: KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64.** – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos** – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988.** (Tese de Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas – Campinas-SP, 2001.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** – Campinas: Editora Unicamp, 2013.
- LIMA, Reginaldo Gonçalves de. **Geração Campo Maior: anotações para uma enciclopédia.** Teresina: Júnior, 1995.
- MORAIS, Fabrício de Sousa. **Pátria nossa a cada dia: o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da Ditadura Militar (150º aniversário da Independência do Brasil).** (Tese de Doutorado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2015.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964).** Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos.** – Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- \_\_\_\_\_. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. In: **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013.
- \_\_\_\_\_. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **História**, São Paulo, 1993.
- OLIVEIRA, Natália; AFONSO, Alcília. **Da matriz vejo a cidade: A Igreja de Santo Antônio em Campo Maior.** – Teresina: Halley, 2015.
- PEREIRA, Raimundo Nonato Bittencourt. **O jornal A Luta e as representações acerca da modernização urbana e progresso de Campo Maior-PI (1967-1979).** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História: Porto Alegre -RS, 2020.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014
- RABELO FILHO, José Valdenir. **A “Princesinha do Norte” em tempos de autoritarismo: legitimidade, consenso e consentimento (Sobral-CE / 1964-1979).** Dissertação (Mestrado em

História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2014.

REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: \_\_\_\_\_ (coord.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. 1º ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 5.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René. Do político. In: \_\_\_\_\_ (Org.) **Por uma história política** (tradução de Dora Rocha). FGV: Rio de Janeiro, 2003.

RESENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Eduel: Londrina, 2013.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Edunicamp. 2007.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, vol. 2 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROSA, José de Ribamar de Sena. **Quando a imprensa miúda é o veículo: o semanário “A LUTA” e a cidade de Campo Maior-PI – falando de trocas e meios** (Dissertação de Mestrado). Universidade Severino Sombra: Vassouras-RJ, 2012.

SILVA, Antônio Girlêudo da. **A história do rádio em Campo Maior: da implantação à consolidação das primeiras emissoras no município**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual do Piauí, 2018.

SILVA, Sônia Maria de Meneses da. **A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **Tempo de esperança: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência. In: \_\_\_\_\_ **Brasil: uma biografia**. 2º Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TEIXEIRA, Caio Vinícius Silva Teixeira. **Moral, civismo e patriotismo: festas cívicas em Campo Maior na Ditadura Militar (1971-1978)**. Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Piauí, Campo Maior, 2018

ZIMMERMANN, Ana Carolina. **O golpe vira uma festa: o 31 de março de 1964 nos discursos e práticas cívico-patrióticas (1970-1971)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020.